



Sara Margarida dos Santos Feio de Sousa

CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA REFUTAÇÃO EM PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO

Tese de Doutoramento em Língua Portuguesa: Investigação e Ensino, orientada pela Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes e apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA
REFUTAÇÃO EM PORTUGUÊS
EUROPEU CONTEMPORÂNEO

Sara Margarida dos Santos Feio de Sousa

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA REFUTAÇÃO EM PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO
Autor/a	Sara Margarida dos Santos Feio de Sousa
Orientador/a	Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes
Identificação do Curso	Doutoramento em Língua Portuguesa: Investigação e Ensino
Data	2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tese de Doutorado financiada pela
Fundação para a Ciência e a Tecnologia,
através da Bolsa de Formação Avançada
SFRH/BD/35809/2007.

Imagem da capa: reprodução de *Chase*, quadro da autoria de Paul Klee, datado de 1931.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes. Os seus seminários despertaram em mim o fascínio pela Linguística e os seus comentários e reflexões têm sido, ao longo dos anos, um estímulo e guia constantes. Pelo empenho e amizade com que, uma vez mais, orientou este trabalho e me ajudou a vencer inúmeras adversidades, a minha profunda gratidão.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, em particular, ao Centro de Linguística Geral e Aplicada e ao Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, pelas facilidades materiais concedidas, nomeadamente no que respeita à recolha de bibliografia.

Ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, na pessoa da Dra. Luísa Santos Pereira, pela simpatia e prontidão com que me disponibilizou os dados do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo apoio financeiro concedido.

Finalmente, à minha família. Sem o vosso amor e apoio incondicionais, nada seria possível.

Índice

Índice.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	vii
Introdução	1
1. Texto e coerência textual.....	5
1.1. A noção de <i>texto/discurso</i>	5
1.2. A coerência como um parâmetro central da textualidade	7
1.2.1. Coerência relacional: análise crítica de algumas propostas fundamentais	13
1.2.2. Coerência semântica e coerência pragmática	28
1.3. Síntese	31
2. A relação discursiva <i>refutação</i>	33
2.1. Refutação e negação metalinguística	37
2.1.1. Negação descritiva vs. negação metalinguística	38
2.1.2. Negação metalinguística e ambiguidade pragmática	40
2.1.3. Propriedades das construções com negação metalinguística	49
2.1.3.1. Tipo de negação	49
2.1.3.2. Relação com os termos de polaridade.....	51
2.1.3.3. Traços prosódicos	52
2.1.4. Síntese	52
2.2. Refutação: análise crítica de algumas propostas fundamentais	53
2.2.1. Moeschler (1982)	53
2.2.2. van der Sandt (1991; van der Sandt & Maier, 2003).....	55
2.2.3. Geurts (1998).....	57
2.2.4. Asher & Lascarides (2003).....	58
2.2.5. Síntese	60
2.3. Escopo da refutação	61

2.3.1. Refutação e condições de aceitabilidade	61
2.3.1.1. Refutação e implicaturas	64
2.3.2. O enunciado alvo de refutação.....	73
2.4. Refutação e retificação	75
2.5. Construções refutativo-retificativas e focalização	79
2.5.1. A noção de <i>foco</i>	79
2.5.1.1. Foco informativo vs. foco contrastivo.....	83
2.5.2. A marcação de foco contrastivo em construções refutativo-retificativas	86
2.5.2.1. Marcação prosódica	88
2.5.2.2. Construções de clivagem	89
2.6. As construções refutativo-retificativas no quadro interacional	98
2.7. Síntese	104
3. Construções refutativo-retificativas em Português Europeu	107
3.1. Construções refutativo-retificativas de coordenação	108
3.1.1. A distinção <i>mas</i> _{PA} / <i>mas</i> _{SN}	109
3.1.2. A construção <i>não p, mas</i> _{SN} <i>q</i>	117
3.1.3. As construções <i>não p, mas sim/mas antes/e sim q</i>	121
3.1.4. Construções correlativas do tipo <i>não só p, mas também q</i>	129
3.2. Construções refutativo-retificativas de justaposição	133
3.2.1. A construção <i>não p // sim/antes q</i>	137
3.2.2. A construção <i>não p // pelo contrário q</i>	139
3.3. Marcadores das relações de refutação e retificação em Português Europeu	143
3.3.1. Marcadores de refutação	143
3.3.2. Marcadores de retificação	150
3.4. Síntese	152
Conclusões.....	155
Referências bibliográficas.....	161
Fontes.....	191

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de análise a relação discursiva *refutação* e as construções em que esta é materializada em Português Europeu Contemporâneo.

Operando ao nível pragmático-funcional, a refutação pode ser definida como a relação que se estabelece entre um enunciado, da responsabilidade de um locutor B, cuja função é rejeitar um outro e o enunciado, da responsabilidade de um locutor A, que é alvo de refutação. Prototipicamente, esta relação ocorre em textos dialogais e constitui-se como um ato reativo negativo, ameaçador da face de ambos os interlocutores.

O segmento discursivo que desempenha esta função é tipicamente seguido de uma continuação discursiva que estabelece com este e com o enunciado alvo de refutação uma relação de *retificação*. Neste segmento, é apresentado, pelo locutor B, o elemento considerado mais adequado para substituir aquele que é alvo de refutação. Este segmento constitui-se igualmente como uma justificação da refutação levada a cabo.

Na base de uma refutação poderá estar um vasto conjunto de aspetos relacionados, em sentido lato, com as condições de aceitabilidade do enunciado alvo. Nas suas ocorrências mais prototípicas, a refutação terá por base o que é dito ou implicado no referido enunciado. Nas suas ocorrências mais periféricas, esta pode ter igualmente por base aspetos de ordem formal, relacionados com a sua "correção" linguística. Em ambos os casos, no escopo de um enunciado refutativo não se encontra tipicamente a totalidade do enunciado alvo, mas determinados constituintes que conduzem à sua inaceitabilidade do ponto de vista do locutor que o refuta. Tais constituintes são tipicamente focalizados por processos de vária ordem, onde se destacam a negação de constituinte, as construções de clivagem e a entoação contrastiva. A compreensão destes processos de ordem sintático-prosódica só é possível à luz da função discursiva das sequências em que ocorrem.

Em Português Europeu, as sequências refutativo-retificativas podem moldar-se em dois tipos de construções paratáticas: construções de coordenação e construções de justaposição.

Em construções de coordenação, os segmentos refutativo e retificativo podem assumir a forma *não p, mas q* ou ainda as formas *não p, mas sim/mas antes/e sim q*, em

que as conjunções *mas* e *e*, coocorrendo sistematicamente com os advérbios *sim* e *antes*, parecem ter-se especializado na marcação de um valor refutativo-retificativo. Estas construções são aceitáveis quer com refutações baseadas no que é dito ou implicitado no enunciado alvo, quer com refutações baseadas em aspetos formais.

Em construções de coordenação, os segmentos refutativo e retificativo podem ainda assumir formas especializadas na refutação de determinados aspetos do enunciado alvo, tais como a estrutura *não só p, mas também q*, especializada na refutação de aspetos atinentes ao conteúdo proposicional ou a Q-implicaturas associadas ao enunciado alvo, ou ainda as formas *não é p, mas/mas sim/mas antes/e sim q* e outras semelhantes, tais como *não se diz p, mas/mas sim/mas antes/e sim q*, especializadas na refutação de aspetos formais do referido enunciado.

Em construções de justaposição do tipo *não p // q*, a conexão entre os segmentos refutativo e retificativo não é realizada por nenhuma conjunção, não havendo também qualquer restrição relativamente ao tipo de elementos que podem estar na base da refutação levada a cabo.

Estas construções podem igualmente assumir formas especializadas na refutação de aspetos formais do enunciado alvo, como é o caso de *não é p // é q* ou outras de valor semelhante como *não se diz p // diz-se q*, ou ainda a forma *p, não // q*, que permite a refutação de enunciados negativos ou de enunciados não compatíveis com uma refutação do tipo *não p // q*. Em construções de justaposição, o segmento refutativo não é necessariamente realizado através de um enunciado negativo de carácter metalinguístico, tal como se verifica na generalidade construções refutativo-retificativas.

Em construções de justaposição, podem ainda ocorrer as expressões *sim*, *antes* ou *pelo contrário*, em estruturas do tipo *não p // sim/antes/pelo contrário q*. Neste contexto, estas unidades comportam-se como conectores ou marcadores discursivos que, não contribuindo para as condições de verdade das sequências em que ocorrem, fornecem instruções sobre o modo como a relação entre estas deve ser computada. As construções *não p // sim, antes q*, onde as unidades *sim* e *antes* permitem realçar, respetivamente, o contraste de polaridade e o valor preferencial do segmento que prefaciam, apenas são aceitáveis quando na base da refutação se encontra o que é dito ou implicitado no enunciado alvo. A construção *não p // pelo contrário q*, dado o valor

antitético da expressão conectiva nela presente, apenas é aceitável quando na base da refutação se encontra o conteúdo proposicional do enunciado alvo e, mais especificamente, quando entre este e o enunciado prefaciado por *pelo contrário* existem dois predicadores distintos que estabelecem entre si uma relação de antonímia.

Em Português Europeu, estão ainda disponíveis outro tipo de expressões de natureza não conectiva que parecem igualmente ter-se especializado na marcação das relações de refutação e retificação, como é o caso das unidades *lá*, *cá* e *agora* (Martins, 2010) e da unidade *nada*, em construções do tipo [V_*nada*] (Pinto, 2011) que, em determinados contextos, parecem ter um valor inequivocamente refutativo, ou ainda da expressão *mas é* que parece constituir-se como um marcador de retificação. Estas unidades ocorrem predominantemente na oralidade, particularmente em registos informais, e o seu uso parece restringir-se aos casos em que, na base da refutação, se encontra o que é dito ou implicado no enunciado alvo.

Abstract

The main purpose of this study is to analyse the *denial or refutation* discourse relation and the linguistic constructions that express it in European contemporary Portuguese.

Operating at the pragmatic level, denial can be defined as the discourse relation that holds between an utterance, produced by a speaker B, whose function is to reject another utterance, the target utterance produced by a speaker A. Prototypically, this relation occurs in dialogues and functions as a reactive act, a face-threatening act that challenges the faces of both speakers.

The text span that carries out this function is typically followed by a discourse continuation that corrects or rectifies the target utterance. In his/her corrective discourse move, the speaker B presents the information that, in his/her opinion, should replace what was previously rebutted.

In its most prototypical occurrences, denial involves what is said or implied in the rebutted utterance. In its less prototypical occurrences, it can equally involve formal aspects of the rebutted utterance, associated, in a broad sense, with its linguistic accuracy. Typically, in both cases, it is not the entire utterance produced by the speaker A that is rejected, but only the constituents that lead to its unacceptability from the point of view of the speaker B. Such constituents are typically focused by a wide range of linguistic processes, such as constituent negation, cleft sentences and contrastive intonation. A comprehensive analysis of these syntactic and prosodic focusing processes needs to consider the discourse function of the sequences in which they occur.

In contemporary European Portuguese, the denial and correction text sequences under analysis can be shaped into two types of paratactic constructions: coordination and juxtaposition constructions.

In coordination constructions, the linguistic forms *não p, mas q* or *não p, mas sim/mas antes/e sim q*, seem to be specialized in the linguistic marking of the discourse relations at stake (denial and correction). These constructions can be used to reject not only what has been said in or implied by the target utterance, but also some formal aspects of its linguistic formulation.

In coordination constructions, denial and rectification may also be expressed by the construction *não só p, mas também q*, which is specialized in the rebuttal of the propositional content or the Q-implicatures associated with the target utterance. Constructions such as *não é p, mas/mas sim/mas antes/e sim q*, *não se diz p, mas/mas sim/mas antes/e sim q*, seem to be specialized in the rejection of formal aspects of the target utterance.

In juxtaposition constructions such as *não p // q*, the link between the text spans that refute and rectify the target utterance is not marked by any connective. There are no restrictions concerning the kind of element (propositional content, implicatures or formal aspects) that triggers the rejection of the target utterance.

In the juxtaposition constructions, the denial and corrective text spans can also assume specialized forms when only formal aspects of the target utterance are involved. It is the case of *não é p // é q* or similar ones, such as *não se diz p // diz-se q* or *p, não // q*. It is worth stressing that in juxtaposition constructions, the denial text span does not necessarily take the form of a (metalinguistic) negative utterance.

Finally, juxtaposition constructions also display structures such as *não p // antes/sim/pelo contrário q*. In this context, these expressions behave as discourse markers or discourse connectives. They give instructions on how to compute the discourse relation that holds between *p* and *q*. The constructions *não p // sim/antes q*, where the units *sim* and *antes* signal, respectively, the polarity contrast and the preferential value of the text span in which they occur, are only acceptable when what is being rejected is the propositional content or the implicatures associated with the target utterance. The construction *não p // pelo contrário q*, given the antithetical value of the connective *pelo contrário*, is only acceptable when what is being rejected is the propositional content of the target utterance. More specifically, this construction is only acceptable when, in the target utterance and in the utterance introduced by *pelo contrário*, there are two distinct predicates related by an antonymic semantic relation.

In contemporary European Portuguese, there are other kinds of expressions (non-connective ones) whose function, in specific contexts, is also related with the conventional marking of the discourse relation of denial: *lá, cá, agora* (Martins, 2010) and *nada*, in constructions such as [V_nada] (Pinto, 2011), seem to have a clear denial marking function. Furthermore, the expression *mas é* may also signal the

rectification/correction discourse relation. These expressions occur predominantly in oral interaction, particularly in informal registers, and their usage seems to be restricted to cases where what is being rejected is the propositional content or the implicatures associated with the target utterance.

Introdução

Atualmente, a análise das relações discursivas ou, como também são designadas, relações de coerência/retóricas, assume uma dimensão central em todos os domínios que, direta ou indiretamente, se ocupam dos processos envolvidas na produção e/ou interpretação textuais. Todavia, na literatura existente até à data, a *refutação* tem sido uma relação pouco estudada, quer ao nível teórico, em termos da sua caracterização semântico-pragmática, quer ao nível da sua realização discursiva.

Neste quadro, um estudo mais aprofundado da refutação parece afigurar-se de particular relevância. Constituindo-se como a relação que se estabelece entre um enunciado alvo, da responsabilidade de um locutor A, e um outro enunciado, da responsabilidade de um locutor B, cuja função é rejeitar o primeiro, tendo em conta, do ponto de vista do locutor que o refuta, a sua inaceitabilidade, a refutação permite explicitar os aspetos que os falantes consideram necessários para que um enunciado seja aceitável num determinado contexto de enunciação e que englobam não só o que nele é dito ou implícito, mas igualmente aspetos de ordem formal, atinentes à sua realização linguística.

Para além disso, como procuraremos evidenciar no presente trabalho, a refutação revela-se fundamental para a compreensão de vários fenómenos relacionados com a gramática das línguas, particularmente ao nível sintático-prosódico, que têm tido, até à data, um tratamento disperso. De facto, a consideração do valor refutativo das sequências em que ocorrem parece imprescindível para o entendimento de diversos fenómenos, particularmente ao nível dos chamados processos de focalização, como sejam as construções de clivagem, a negação de constituinte ou a chamada entoação contrastiva.

No que ao Português Europeu diz respeito (doravante, PE), esta relação afigura-se igualmente de grande importância para a análise de um vasto grupo de construções e, em particular, de expressões conectivas que têm estado, até à data, ausentes das gramáticas ou nelas têm sido esporadicamente incluídas sem que o seu valor discursivo em sequências deste tipo seja alvo de consideração.

No presente trabalho, pretendemos, assim, proceder a uma caracterização semântico-pragmática da refutação e descrever as construções em que esta pode materializar-se em Português Europeu Contemporâneo. Para tal, recorreremos preferencialmente à análise de *corpora*, nomeadamente o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (doravante, CRPC), CETEMPúblico e *Diários da Assembleia da República* (doravante, DAR), onde esta relação, dada a orientação tipicamente antagónica do Discurso Político Parlamentar, assume um papel de destaque. Sempre que tal se revelou pertinente, recorreremos ainda a exemplos construídos, suportados pela nossa intuição enquanto falante nativa.

Tendo em vista a prossecução dos objetivos enunciados, no primeiro capítulo do presente trabalho é feita uma pequena introdução onde procuramos evidenciar o papel das relações discursivas na configuração dos textos/discursos e onde procedemos a uma breve apresentação de algumas das principais tipologias de relações discursivas existentes na atualidade. Neste capítulo, é também explorada a distinção entre relações que operam no plano semântico e relações que operam no plano pragmático, fundamental para o enquadramento da relação em análise.

No segundo capítulo, procuramos caracterizar, do ponto de vista semântico-pragmático, a refutação. Tendo em conta que grande parte dos trabalhos onde esta relação é referida têm por objeto o estudo da negação metalinguística, que constitui justamente uma das suas realizações discursivas mais prototípicas, debruçamo-nos, num primeiro momento, sobre este tipo de negação. De seguida, procedemos a uma revisão crítica da literatura existente sobre a refutação propriamente dita, debruçando-nos sobre a proposta matricial de Moeschler (1982) e sobre os trabalhos desenvolvidos no quadro das chamadas *Teorias Semânticas Dinâmicas*, onde se destacam as propostas de van der Sandt (1991; van der Sandt & Maier, 2003), Geurts (1998) e, mais recentemente, Asher & Lascarides (2003).

Após a revisão da literatura, procuramos descrever os elementos que podem estar, em sentido lato, no "escopo" de um enunciado refutativo. Tais elementos, associados geralmente a determinados constituintes do enunciado alvo e não à sua globalidade, podem estar relacionados não só com o que nele é dito ou implicado, tal como se verifica nas suas ocorrências mais prototípicas, mas também com aspetos de ordem formal, parecendo constituir-se, no seu conjunto, como condições de "aceitabilidade" do

enunciado em questão. Neste ponto, detemo-nos, em particular, sobre a interação entre refutação e implicaturas, dado que esta parece constituir uma evidência adicional das propriedades que distinguem os vários tipos de implicaturas elencados em propostas de matriz neo-griceana como as de Levinson (2000) ou Horn (2004). No que ao escopo da refutação diz respeito, debruçamo-nos ainda sobre a questão da identificação do enunciado alvo, tendo em conta que este, particularmente em textos de natureza monologal, nem sempre está presente na superfície textual.

Sendo a refutação tipicamente seguida ou mesmo (indiretamente) realizada por um segmento discursivo onde é apresentado o elemento que deve substituir aquele que é alvo de refutação, procuramos ainda analisar, do ponto de vista semântico-pragmático, a relação discursiva de *retificação* que se estabelece entre este segmento e os segmentos refutativo e alvo de refutação. Nas sequências em análise, este segmento parece desempenhar não só uma função retificativa ou corretiva, mas igualmente uma função justificativa da própria refutação levada a cabo. Esta função assume um papel de grande relevo neste contexto, dado que estas sequências, tal como procuramos evidenciar na parte final deste capítulo, têm tipicamente um caráter ameaçador de face, não só do alocutário, mas também do próprio locutor que leva a cabo a refutação. Neste capítulo, analisamos ainda a estreita relação existente entre refutação e focalização, destacando o papel que esta desempenha no entendimento do chamado foco contrastivo e dos processos ao serviço da sua marcação.

No terceiro capítulo, procedemos à análise das construções em que as relações de refutação e retificação podem materializar-se em PE, particularmente quando ocorrem em simultâneo na superfície textual. Neste contexto, estes segmentos ocorrem exclusivamente em construções de natureza paratática, que podem ser de coordenação ou de justaposição. Neste capítulo, analisaremos as formas que cada uma destas construções podem assumir, bem como as expressões conectivas que nelas podem ocorrer. Por último, debruçar-nos-emos ainda sobre algumas construções em que ocorrem expressões que, embora de natureza não conectiva, parecem igualmente ter-se especializado na marcação destas relações discursivas em PE. Como procuraremos evidenciar, parece haver uma forte correlação entre o tipo de elementos que podem estar na base de uma refutação e o tipo de construção em que esta pode materializar-se.

Por fim, na conclusão, apresentaremos uma síntese do que consideramos mais relevante em termos da caracterização das relações de refutação e retificação, bem como das construções em que estas podem ser moldadas em PE. Neste ponto, serão ainda apresentadas algumas linhas de investigação a explorar no futuro.

1. Texto e coerência textual

A coerência textual, afigurando-se como um elemento central na configuração dos textos/discursos, tem vindo a ocupar um lugar de destaque não só no âmbito das disciplinas mais tradicionalmente associadas ao estudo destas unidades, tais como a Linguística Textual, a Análise do Discurso e áreas afins, ou à descrição e análise, em sentido lato, do significado linguístico, tais como a Semântica ou a Pragmática, mas também em todos os domínios que, direta ou indiretamente, se ocupam dos processos envolvidos na produção e/ou interpretação textuais, tais como a Psicolinguística e a Linguística Cognitiva, ou ainda a Linguística Computacional e a Inteligência Artificial.

Ora, tal como é hoje consensual, as relações discursivas que se estabelecem entre os vários segmentos textuais desempenham um papel muito importante na construção da coerência.

Neste quadro, a relação de *refutação*, operando ao nível pragmático-funcional, afigura-se particularmente relevante, dado que permite a conexão de segmentos textuais tendo por base os elementos que os falantes parecem considerar relevantes para que um determinado enunciado seja considerado, em sentido lato, "aceitável" num determinado contexto de enunciação e que englobam não só o que nele é dito ou implicado, tal como se verifica nas sequências refutativas mais prototípicas, mas igualmente aspetos atinentes à sua "correção" linguística.

1.1. A noção de *texto/discurso*

Qualquer falante reconhece, intuitivamente, que a comunicação linguística não se realiza por meio de frases ou enunciados isolados, mas sim através de sequências que estabelecem entre si relações de vária ordem. Tais sequências constituirão precisamente os textos/discursos de uma dada língua.

No presente trabalho, a noção de texto/discurso abará, assim, toda a sequência discursiva – seja esta oral ou escrita, monologal ou dialogal – que, independentemente

da sua extensão,¹ é dotada de uma unidade semântico-pragmática, isto é, funciona como um todo de significação subordinado a um objetivo comunicativo/ilocutório global.²

Pese embora a evidência de que a comunicação se materializa efetivamente em textos e não em enunciados isolados, a verdade é que só a partir da década de 70 do século passado a reflexão linguística começou a evidenciar uma verdadeira preocupação pela consideração desta unidade. Para tal contribuíram decisivamente as reflexões desenvolvidas por autores como Halliday & Hasan (1976), van Dijk (1972, 1977) ou Beaugrande (1980), cujas obras marcaram indelevelmente o nascimento do que, na senda de van Dijk (1997), designaremos de *Estudos do Discurso* – onde se reúnem, entre outras, áreas como a Linguística Textual, a Análise do Discurso ou a Análise Conversacional.³

Como seria inevitável, uma das questões centrais que desde logo se colocou à reflexão sobre as unidades textuais foi precisamente a sua definição, isto é, a identificação dos parâmetros que permitem separar o texto/discurso de uma sequência desconexa de enunciados.

¹ Ainda que, prototipicamente, estas sequências sejam constituídas por mais do que enunciado, em determinados contextos as mesmas poderão até ser realizadas por um simples *Bom dia!* ou *Parabéns!*, não deixando, por isso, de ter um caráter textual/discursivo.

² Na senda, entre outros, de Fonseca (1992, 1993) e Lopes (2005), consideraremos equivalentes os termos *texto* e *discurso*. Há, no entanto, autores que, por razões de vária ordem, optam por distinguir o uso das duas lexias. Adam (1990:23), por exemplo, considera *texto* o produto verbal e *discurso* o processo socialmente condicionado (englobando assim o texto e as suas condições de produção). Ducrot (1984: 174) considera *discurso*, por oposição a *texto*, como "un phénomène observable". Numa fase inicial, van Dijk (1977) distingue o uso destes dois termos em bases semelhantes, definindo *texto* como "the abstract theoretical construct underlying what is usually called a discourse" (p.3), optando, numa fase posterior (1997), por abandonar esta distinção, considerando que o *texto* corresponderá aos produtos verbais escritos e a *fala* ("talk") aos produtos verbais orais, sendo a junção de ambos englobada no termo *discurso*. Esta última distinção é atualmente partilhada por vários autores (cf., entre outros, Sanders, Spooren & Noordman (1993: 129)).

³ Os termos *Linguística Textual* e *Análise do Discurso* constituem, em larga medida, duas designações alternativas para a mesma área de investigação que eleger o estudo do texto/discurso como objeto de conhecimento. No entanto, o campo da *Análise do Discurso* tem-se tornado progressivamente mais alargado, abrindo-se à consideração de aspetos que vão muito para além da análise dos aspetos linguísticos da organização textual e que incluem, particularmente em trabalhos realizados no âmbito da *Análise Crítica do Discurso*, a consideração do modo como determinadas questões sociais – tais como a desigualdade, o poder, o género ou a raça – são evidenciadas e/ou instituídas nos textos/discursos que circulam numa dada comunidade.

1.2. A coerência como um parâmetro central da textualidade

Na definição dos parâmetros da textualidade, Beaugrande (1980) surge como uma referência incontornável. Procurando sistematizar algumas das propostas que haviam sido feitas até então, o autor estabelece um conjunto de propriedades que, prototipicamente, caracterizam as unidades textuais.⁴

Em primeiro lugar, um texto deverá ser revestido de *intencionalidade*, isto é, ser o resultado da intenção comunicativa de um sujeito, cuja produção verbal terá por objetivo cumprir uma determinada função junto do interlocutor. A comunicação será, assim, efetiva se o interlocutor apreender a intenção comunicativa em questão.

Em segundo lugar, qualquer produção discursiva implicará sempre uma atitude de *aceitabilidade* por parte do interlocutor, reconhecendo que esta é uma unidade dotada de sentido, isto é, um produto textual.

No que toca ao contexto enunciativo em que é produzido, um texto deverá igualmente evidenciar *situacionalidade*, isto é, ser contextualmente adequado. Tal requisito implicará, entre outros aspetos, uma adequação discursiva às relações de maior ou menor distância socioafectiva entre os interlocutores, aos seus papéis sócio-simbólicos e aos contextos físicos/espaciais e institucionais em que decorre o ato comunicativo.

Por outro lado, um produto textual deverá possuir ainda *informatividade*, isto é, apresentar um equilíbrio entre informação já conhecida ou previsível e informação nova, permitindo, deste modo, que haja uma progressão informativa sem que, no entanto, seja quebrada a necessária continuidade temática.

Qualquer produção textual estabelecerá também uma relação dialógica – no plano formal e/ou no plano do conteúdo – com outros textos que circulam/circularam num determinado contexto histórico-social. Tal propriedade, designada de *intertextualidade*, está assim intimamente relacionada com a memória textual coletiva, onde se encontram arquivados determinados modelos textuais. Os exemplares mais evidentes deste

⁴ Tal como tem sido sobejamente referido, tais parâmetros não devem ser considerados, numa perspetiva meramente intensional, como um conjunto de propriedades necessárias e suficientes dos produtos textuais. De facto, tais propriedades caracterizarão os elementos mais centrais ou representativos da classe, podendo algumas delas, por razões de vária ordem, estar ausentes dos elementos menos prototípicos ou periféricos. Como salientam Halliday & Hasan (1976: 23), "Under normal circumstances, of course, we do not find ourselves faced with 'non-text', which is 'non-sense' of a rather esoteric kind. Texture is a matter of degree."

dialogismo intertextual serão as citações, as remissões, os comentários de texto e o discurso relatado.

Por fim, encontram-se os dois parâmetros que têm ocupado o lugar de maior destaque na reflexão sobre as unidades textuais: a *coesão* e a *coerência*.

A coesão (ou, nos termos de Beaugrande, conectividade sequencial) diz respeito aos mecanismos léxico-gramaticais de sequencialização que asseguram uma ligação semântica entre os segmentos que compõem um determinado texto/discurso.

No conjunto desses recursos idiomáticos, cuja importância é particularmente evidente ao nível das relações que se estabelecem entre frases ou unidades superiores, destacam-se as cadeias de referência, os conectores intra e interfrásicos e a compatibilidade entre tempos verbais e entre estes e os adjuntos adverbiais temporo-aspetuais.

A reflexão em torno da importância de tais mecanismos para a construção da unidade textual deve-se, em grande medida, ao trabalho pioneiro de Halliday & Hasan que, em 1976, publicam *Cohesion in English*.

Procurando dar conta das propriedades constitutivas dos textos/discursos, Halliday & Hasan defendem que estes se caracterizam por possuir *textura*:

The concept of TEXTURE is entirely appropriate to express the property of 'being a text'. A text has texture, and this is what distinguishes it from something that is not a text. It derives this texture from the fact that it functions as a unity with respect to its environment. (Halliday & Hasan, 1976: 2)

Ora, embora reiterando que uma unidade textual deverá possuir não só *textura interna*, que engloba o que Halliday & Hasan designam de "text-forming resources" – que inclui, para além das relações estruturais que se estabelecem no interior da frase e da estrutura informacional do texto, mecanismos coesivos de várias ordens⁵ –, mas também *textura externa*, que diz respeito, *grosso modo*, às relações entre o texto e o

⁵ Halliday & Hasan (1976) definem o funcionamento dos mecanismos coesivos do seguinte modo: "Cohesion occurs where the INTERPRETATION of some element in the discourse is dependent of that of another. The one PRESUPPOSES the other, in the sense that it cannot be effectively decoded except by recourse to it. When this happens, a relation of cohesion is set up, and the two elements, the presupposing and the presupposed, are thereby at least potentially integrated into a text." (p. 4). Na obra em análise são considerados cinco grandes categorias de nexos coesivos: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical.

contexto de enunciação, a verdade é que é à textura interna e, em particular, à coesão que é acometido o papel mais importante – e, não raro, quase exclusivo – na configuração da textualidade:

There are, of course, other types of semantic relation that are associated with a text which are not embodied in this concept [cohesion]; but the one that it does embody is in some ways the most important, since it is common to text of every kind and is, in fact, what makes a text a text. (Halliday & Hasan, 1976: 13)⁶

Dado o seu carácter pioneiro e as possibilidades que oferecia para um tratamento mais rigoroso das propriedades constitutivas dos textos/discursos, esta obra teve, desde a sua publicação, uma grande influência nos estudos sobre a textualidade.

No entanto, embora seja inegável que tais nexos coesivos são, de facto, muito importantes na configuração da unidade textual, a verdade é que é fácil verificar que a sua presença não é suficiente para que uma determinada sequência se constitua como um produto textual:

- (1) Há uns dias atrás, [o Pedro]_i marcou uma consulta no nutricionista, *porque* []_i queria aprender a tocar [piano]_j. [Este instrumento musical]_j vende-se em todas as lojas de roupa; *assim*, é muito difícil encontrá-[lo]_j fora de lojas especializadas em artigos musicais.

De facto, pese embora a presença de mecanismos coesivos de vária ordem, tais como as cadeias de referência associadas aos sintagmas *o Pedro* e *piano*, os conectores *porque* ou *assim*, ou a compatibilidade entre os diferentes tempos verbais e entre estes e o adjunto adverbial *Há uns dias atrás*, a verdade é que uma passagem como a anterior parece não fazer sentido. Tal dever-se-á, em grande medida, à dificuldade em estabelecermos uma interligação consequente entre os vários segmentos que a compõem, não só porque a relação que se estabelece entre *marcar uma consulta no*

⁶ Em vários momentos da obra são feitas afirmações semelhantes. Veja-se, aliás, a própria definição de texto:

"A text, then, can be thought of as the basic unit of meaning in language. [...] It is a unit of situational-semantic organization: a continuum of meaning-in-context, constructed around the semantic relation of cohesion." (Halliday & Hasan, 1976: 25).

nutricionista e querer aprender a tocar piano ou a afirmação de que *os pianos se vendem nas lojas de roupa* são contrárias ao nosso conhecimento do mundo – necessariamente convocado na interpretação de qualquer produto linguístico –, mas também porque, do ponto de vista lógico, a relação que se estabelece entre os dois últimos segmentos se revela contraditória.⁷

Ora, a compatibilidade entre os eventos ou situações descritos numa determinada sequência textual e o nosso conhecimento do mundo, bem como a conformidade de tal sequência em relação a determinados princípios gerais do exercício do pensamento e da construção do conhecimento constituem justamente dois aspetos centrais da coerência textual (ou, nos termos de Beaugrande, conectividade relacional), atualmente considerada a dimensão basilar da textualidade.

Intuitivamente, afirmar que uma determinada sequência discursiva é coerente equivale a dizer que a mesma faz sentido. Ora, pese embora a multiplicidade de fatores que certamente concorrem para a construção desse sentido, a verdade é que, como salienta Fonseca (1993), este repousará necessariamente na existência de uma interligação consequente, quer ao nível semântico, quer ao nível pragmático, não só entre os vários elementos que compõem tal sequência, mas também entre estes e o "todo" em que estão inseridos. Será precisamente tal interligação, estabelecida, assim, ao nível local e ao nível global, que conferirá aos produtos textuais a "conectividade" ou unidade semântico-pragmáticas invariavelmente invocadas na sua definição.

Uma questão central que se colocará desde logo será, assim, a de saber se esta é uma propriedade formal dos produtos verbais, instituída, tal como a coesão, através dos recursos idiomáticos de uma determinada língua.

Ora, sequências como a analisada anteriormente (cf. (1)) parecem constituir evidência de que a coerência textual, tal como já apontavam Beaugrande & Dressler (1981),⁸ não é uma propriedade formal dos produtos verbais, mas sim da representação mental que os falantes deles constroem.⁹ De facto, pese embora a sua boa formação

⁷ É de notar, no entanto, que na presença de um contexto enunciativo particular – tal como aconteceria se estivéssemos, por exemplo, perante um texto literário – tal sequência já poderia ser interpretada como um todo coerente (de significação), isto é, constituir-se como um produto textual.

⁸ "Coherence is clearly not a mere feature of text, but rather the outcome of cognitive processes among text users." (Beaugrande & Dressler, 1981: 6).

⁹ A este propósito, vejam-se, entre outros, Gernsbacher & Givón (1995) e Sanders & Spooren (2001).

gramatical e a presença de mecanismos coesivos de vária ordem, tal sequência é, ainda assim, incoerente e, deste modo, claramente inaceitável para qualquer falante.

Tal representação mental (coerente) dos produtos textuais, estabelecida de forma dinâmica e incremental, será certamente construída com base no material explicitamente verbalizado na superfície textual, mas também – e em larga medida – com base em inferências construídas a partir deste e de um vasto conjunto de saberes e competências, onde justamente se incluem o conhecimento do mundo,¹⁰ correntemente designado com recurso às noções de *scripts/frames/schemata* ou ainda *scenes-and-frames* (Fillmore, 1985)¹¹ – que englobará, aliás, o conhecimento das "regras" que comandam a própria interação verbal – e as normas ou princípios que comandam o exercício do pensamento e, deste modo, a própria construção do conhecimento, onde se destacam os princípios de *não-tautologia, não-contradição e relevância*.¹²

Assim, tal como é evidenciado em Asher & Lascarides (2003), a "busca" da coerência por parte dos recetores dos produtos verbais – ou, nos termos de Fonseca (1993: 187, n. 5), o "benefício da coerência" –, tomado como princípio interpretativo básico dos produtos verbais, permitirá dar conta de um vasto conjunto de processos inferenciais – em particular, implicaturas –, que têm lugar justamente para que a coerência dos produtos textuais possa ser mantida.¹³

Aliás, tal princípio parece subsumir também, em larga medida, os próprios parâmetros da textualidade convocados até ao momento. De facto, para "fazer sentido", isto é, para ser coerente, uma determinada sequência textual terá naturalmente de ser produzida com uma determinada intencionalidade, isto é, ter um determinado objetivo comunicativo ou ilocutório, que dominará, assim, não só a produção discursiva do locutor, mas também a interpretação que dela faz o alocutário, assumindo uma atitude de "aceitabilidade" perante tal sequência, isto é, tomando-a como um produto textual. Por outro lado, para que tal sequência possa ser aceitável é também necessário que esta

¹⁰ Tal conhecimento do mundo, pese embora as inevitáveis diferenças entre indivíduos ou mesmo comunidades, estará assim relacionado não com um saber especializado, mas sim com um saber interindividualmente partilhado relativamente às representações estereotípicas dos objetos, situações e sequências de eventos que têm lugar no "mundo real" ou em "mundos alternativos" (cuja ordenação intelectual será, no entanto, necessariamente baseada, por semelhança ou contraste, no "mundo real").

¹¹ A este propósito, vejam-se ainda as noções de *modelos cognitivos idealizados* (Lakoff, 1987) ou ainda de *domínios cognitivos* (Langacker, 1987).

¹² Dada a sua importância, tais princípios são frequentemente designados de *Condições de coerência textual*.

¹³ Note-se que, embora a coerência seja tipicamente abordada sob o ângulo da receção/interpretação, esta é, naturalmente, também um princípio norteador das produções discursivas dos locutores.

evidencie não só uma adequação em relação ao contexto enunciativo em que ocorre, mas também em relação a determinados modelos textuais que fazem parte do conjunto de saberes e competências necessariamente convocados na interação verbal. Tendo em conta não só o princípio da não-tautologia, mas também os próprios fundamentos de toda a interação verbal, para "fazer sentido" um texto terá também de ser informativo, isto é, de apresentar informação nova ou não previsível, que, no entanto, deve surgir numa relação de equilíbrio com informação dada ou previsível, precisamente para que a sua coerência temática ou referencial não seja quebrada. Finalmente, no que toca à relação entre coerência e coesão, exemplos como o analisado anteriormente (cf. (1)) parecem, de facto, constituir evidência de que, tal como salienta Lopes (2005: 19), "os mecanismos coesivos estão ontológica e funcionalmente subordinados a condições específicas de coerência e só se revelam plenamente operativos se essas condições forem respeitadas".

A estreita relação entre estes dois últimos princípios é particularmente evidente quando se analisam os dois vetores centrais para a construção de uma representação mental coerente de um determinado texto/discurso: a existência de coerência referencial e de coerência relacional.

A coerência referencial, tal como foi salientado anteriormente, é justamente a propriedade que, suportada pelas cadeias de referência, permite a ativação de informação recorrente e, deste modo, a configuração de temas ou tópicos discursivos, assegurando, assim, a continuidade temática dos textos/discursos.

A coerência relacional, suportada pelos conectores, é, por seu lado, a propriedade que garante a existência de um nexos (ou interligação consequente) entre os vários segmentos textuais.¹⁴ Tais nexos, estabelecidos, assim, quer ao nível intrafrásico (ou seja, no domínio da frase complexa, em que duas proposições surgem interligadas), quer ao nível interfrásico (ou seja, no domínio da conexão de frases independentes ou mesmo de unidades superiores, tais como, no registo escrito, os parágrafos) desempenham um papel crucial na construção de uma representação mental coerente dos textos/discursos. Tal como tem sido evidenciado em múltiplos estudos, é ao estabelecimento de tais

¹⁴ Como é sabido, as relações de sentido que se estabelecem entre dois ou mais segmentos textuais podem não estar explicitamente marcadas na superfície textual, sendo a sua computação o resultado de um processo inferencial. No entanto, a presença de conectores ou de outras expressões que assinalem explicitamente o tipo de conexão existente entre tais segmentos parece facilitar claramente o processamento textual. A este propósito, veja-se, entre outros, Sanders & Spooren (2001).

nexos – que, na literatura especializada, são correntemente designados de conexões/relações discursivas, relações retóricas ou relações de coerência – que se deve, em grande medida, a distinção entre um texto/discurso e uma sequência desconexa de frases ou enunciados.

1.2.1. Coerência relacional: análise de algumas propostas fundamentais

A análise das relações de sentido sobre as quais se edifica a coerência relacional tem sido um dos campos mais produtivos no âmbito dos estudos sobre a textualidade.

De facto, atendendo não só à importância, mas também à extensão e complexidade do objeto de análise, facilmente se compreende a existência de um grande número de propostas que, embora não mutuamente exclusivas, diferem não só na inventariação e descrição das relações consideradas pertinentes para a análise dos textos/discursos, mas também – e essencialmente – na própria reflexão sobre os processos inferenciais envolvidos na sua identificação.

Um dos trabalhos pioneiros neste campo é Hobbs (1985). Partindo da assunção básica de que as unidades textuais são dotadas de uma estrutura que se edifica, em larga medida, nas relações que se estabelecem entre os vários segmentos textuais, Hobbs procura estabelecer o que designa de uma "teoria das relações de coerência". Tal teoria, consubstanciada no estabelecimento de um conjunto de relações cuja definição se baseia no mecanismo inferencial subjacente à sua identificação, desempenhará, segundo Hobbs, um papel central na análise do modo como os falantes, tendo por base o seu conhecimento do mundo, processam/interpretam os produtos textuais.

Hobbs considera existirem quatro classes de relações discursivas, intimamente relacionadas com os critérios que, no seu entender, definem os produtos textuais e que estão diretamente relacionados com o contexto em que a interação discursiva tem lugar:

We may approach the problem by describing as follows the situation in which discourse between a speaker and a listener takes place. (1) The speaker wants to convey a message. (2) The message is in service of some goal. (3) The speaker must link what he says to what the listener already knows. (4) The speaker should

ease the listener's difficulties in comprehension. These considerations give rise to four classes of coherence relations. (Hobbs, 1985: 8)

A primeira classe estabelecida na proposta em análise é a de *Ocasão*. Esta relação, ilustrada na sequência seguinte, será a que define, segundo Hobbs, um evento que proporciona ou dá origem à ocorrência de um outro:

- (2) a. Walk out the door of this building.
- b. Turn left.
- c. Go to the corner. (Hobbs, 1985: 10)

A segunda classe apresentada é a das relações de *Avaliação*, que decorrem da necessidade de os falantes estabelecerem uma interligação entre o que é dito e um determinado objetivo comunicativo. Segundo o autor, esta será a relação que pode ser inferida a partir de um enunciado como o seguinte, onde se anuncia que o que será relatado tem por objetivo entreter ou divertir o alocutário:

- (3) The funniest thing happened to me. (Hobbs, 1985: 12)

A terceira classe apresentada pelo autor é a que diz respeito à relação que se estabelece entre um determinado segmento discursivo e os conhecimentos previamente adquiridos pelo alocutário. Desta classe fazem parte duas relações: a relação de “*background*”, ilustrada em (4), e a relação de *explicação*, ilustrada em (5):

- (4) And one Sunday morning about ohhh five o'clock in the morning I sat down in the Grand – no, no, not in the Grand Central, in the Penn Station, and while I was sitting there a young cat came up to me, ... (Hobbs, 1985: 12)

- (5) a. He was in a foul humour.
- b. He hadn't slept well that night.
- c. His electric blanket hadn't worked.

(Hobbs, 1985: 14)

O quarto e último grupo de relações estabelecido na proposta em análise é o das relações de *Expansão*. Este grupo, que é o mais vasto de todos, inclui as relações que, segundo Hobbs, não fazem "avançar" o discurso, acrescentando informação ao quadro já partilhado pelos interlocutores, mas apenas o expandem. Estas relações são classificadas tendo em conta o tipo de movimento discursivo que é realizado – de uma asserção mais particular para uma asserção mais geral e vice-versa – e a sua interação com a negação. A conjugação destes parâmetros dá origem ao quadro seguinte:

	<u>Specific to Specific</u>	<u>Specific to General</u>	<u>General to Specific</u>
Positive:	Parallel	Generalization	Exemplification
Negative:	Contrast	_____	_____

(Hobbs,1985: 15)

Segundo Hobbs, neste quadro poderia ser igualmente incluída a relação de *expectativa violada*, que é apresentada como um caso-limite da relação de *contraste*. Esta relação, sobre a qual nos debruçaremos mais detalhadamente aquando da análise dos vários usos de *mas* em Português, pode ser ilustrada numa sequência como a seguinte:¹⁵

(6) John is a lawyer, but he's honest. (Hobbs, 1985: 22)

Terminada a apresentação dos quatro grupos de relações elencados acima, e equacionando o problema da aferição do que é asserido sempre que dois segmentos (S_0 e S_1) se conjugam por meio de uma relação de coerência, Hobbs divide estas relações em dois grandes tipos: relações de coordenação e relações de subordinação. Segundo o autor, uma relação será de coordenação sempre que for possível inferir uma proposição comum a cada um dos segmentos conectados. Neste grupo, estão incluídas as relações de *paralelo* e *elaboração*. Uma relação será de subordinação sempre que um dos segmentos conectados, S_0 ou S_1 , se subordine ou seja dominado por outro. Neste caso, a

¹⁵ O mecanismo inferencial subjacente à identificação desta relação será, segundo o autor, "Infer p from the assertion of S_0 and $\neg p$ from the assertion of S_1 " (Hobbs, 1985: 22). Na proposta em análise, a notação S_1 diz respeito à oração atual ou a um segmento discursivo mais alargado e a notação S_0 ao segmento discursivo imediatamente precedente.

asserção que resulta do segmento composto por S_0 e S_1 será a asserção do segmento dominante. Neste último grupo, estão incluídas as relações de "background", explicação, exemplificação, generalização, contraste e expectativa violada.¹⁶

A proposta de Hobbs constituiu-se como um trabalho basilar no âmbito dos estudos sobre a textualidade, não só pelo quadro de relações proposto, mas também – e fundamentalmente – pelo facto de ser uma das primeiras publicações onde se salienta o papel central das relações discursivas no processamento textual.

Outra das propostas que ainda hoje é uma referência incontornável nos trabalhos sobre este tema é a *Rhetorical Structure Theory (RST)*, de Mann & Thompson (1988). Debruçando-se sobre textos monológicos escritos, Mann & Thompson defendem igualmente que as relações discursivas que se estabelecem entre os vários segmentos textuais desempenham um papel central na estruturação textual.¹⁷

Partindo da assunção de que tais segmentos não têm todos a mesma relevância no que toca aos objetivos comunicativos/ilocutórios do sujeito enunciador – tendo uns uma função nuclear e outros uma função secundária ou satélite –, Mann & Thompson estabelecem quatro critérios para a identificação das relações que podem ocorrer no universo textual: (i) constrangimentos sobre o Núcleo (N); (ii) constrangimentos sobre o Satélite (S); (iii) constrangimentos sobre a combinação de Núcleo e Satélite (N + S); (iv) o Efeito.¹⁸

Assim, uma relação como a de *antítese*, que une o segmento satélite (c) ao segmento nuclear (b) de um fragmento como (a) *Every rule has exceptions, (b) but the tragic and too-common tableaux of hundreds or even thousands of people snake-lining up for any task with a paycheck illustrates a lack of jobs, (c) not laziness* (Mann & Thompson, 1988: 253), é definida nos seguintes termos:

¹⁶ No que toca ao grupo das relações de *Ocasão*, Hobbs considera que a sua inclusão em qualquer um dos tipos mencionados é problemática, visto que não é certo se aquilo que é asserido no segmento composto é: (i) o que se asser no segundo segmento conectado; (ii) a mudança relatada; (iii) a ocorrência de um determinado evento abstrato que pode ser decomposto em cada um dos eventos relatados.

¹⁷ Em Mann & Thompson (1988), o critério para a identificação das várias unidades textuais é a existência de autonomia funcional. Com base neste critério, a unidade mínima de segmentação textual estabelecida na proposta em análise é a oração (com exceção das orações com função de sujeito ou complemento ou ainda das orações relativas com valor restritivo).

¹⁸ Apesar de a estrutura *núcleo – satélite* ser dominante, Mann & Thompson (1988) consideram igualmente a existência de relações multinucleares, de que são exemplos as relações que designam de *contraste, sequência e junção*.

Constraints on N: W¹⁹ has positive regard for the situation presented in N

Constraints on S: none

Constraints on the N + S combination: the situations presented in N and S are in contrast (...); because of an incompatibility that arises from the contrast, one cannot have positive regard for both the situations presented in N and S; comprehending S and the incompatibility between the situations presented in N and S increases R's²⁰ positive regard for the situation presented in N

The effect: R's positive regard for N is increased

Locus of the effect: N (Mann & Thompson, 1988: 253)

Da consideração dos quatro parâmetros enunciados anteriormente resulta a identificação de vinte e três relações:²¹

Organization of the relation definitions

Circumstance	Antithesis and Concession
Solutionhood	Antithesis
Background	Concession
Enablement and Motivation	Condition and Otherwise
Enablement	Condition
Motivation	Otherwise
Evidence and Justify	Interpretation and Evaluation
Evidence	Interpretation
Justify	Evaluation
Relations of Cause	Restatement and Summary
Volitional Cause	Restatement
Non-Volitional Cause	Summary
Volitional Result	Other Relations
Non-Volitional Result	Sequence
Purpose	Contrast

(Mann & Thompson, 1988: 250)

¹⁹ W designa a entidade *writer*.

²⁰ R designa a entidade *reader*.

²¹ Embora presente na definição das várias relações elencadas na proposta em análise, o *Locus do efeito* é considerado parte integrante do *Efeito*:

"In the definitions, the locus of the effect is presented as a separate field simply for convenience. It is derived from the Effect field and contains no additional information about the relation." (Mann & Thompson, 1988: 279: n. 4).

Embora todos os critérios evocados sejam importantes para a definição das várias relações elencadas, a verdade é que o *Efeito*, diretamente relacionado com os objetivos comunicativos/ilocutórios do sujeito enunciador, adquire um papel central na proposta em análise, definida pelos autores, de modo particularmente ilustrativo, como "a functional account of the text as a whole" (1988: 258).²²

Precisamente no que toca à organização das várias relações elencadas no quadro anterior, Mann & Thompson salientam uma vez mais a importância deste parâmetro, ao defenderem que a distinção entre relações que operam no plano semântico – ou, nos seus termos, *subject matter relations* – e relações que operam no plano pragmático – ou, nos seus termos, *presentational relations* –, se baseia justamente no efeito entendido pelo sujeito enunciador:

We can, then, divide the relations we have presented into these two groups. What determines the proper group for a given relation? The clearest indicator is the effect a relation has on the reader, as given in the definition for each relation. Subject matter relations are those whose intended effect is that the reader *recognizes* the relation in question; presentational relations are those whose intended effect is to *increase some inclination* in the reader, such as the desire to act or the degree of positive regard for, belief in, or acceptance of the nucleus.

(Mann & Thompson, 1988: 257)

Tendo em conta esta divisão entre relações de ordem semântica e relações de ordem pragmática, Mann & Thompson apresentam uma classificação alternativa das relações propostas anteriormente:

²²A importância do plano ilocutório na proposta em análise é, desde logo, evidenciada na própria designação *Rhetorical Structure Theory*.

Relation classification on subject matter / presentational basis

Subject Matter	Presentational	
Elaboration	Motivation	(increases desire)
Circumstance	Antithesis	(increases positive regard)
Solutionhood	Background	(increases ability)
Volitional Cause	Enablement	(increases ability)
Volitional Result	Evidence	(increases belief)
Non-Volitional Cause	Justify	(increases acceptance)
Non-Volitional Result	Concession	(increases positive regard)
Purpose		
Condition		
Otherwise		
Interpretation		
Evaluation		
Restatement		
Summary		
Sequence		
Contrast		

(Mann & Thompson, 1988: 257)

No âmbito da análise textual, a proposta de Mann & Thompson, salientando o caráter funcional e hierárquico da estrutura dos textos/discursos – estrutura essa baseada, em larga medida, nas relações que se estabelecem entre os vários segmentos textuais –, revelou uma elevada adequação descritiva, exercendo uma grande influência nos modelos que se lhe seguiram.

Todavia, se aceitarmos a natureza essencialmente cognitiva do fenómeno em análise, já evidenciada na proposta de Hobbs (1985), tal implica que, concomitantemente a uma descrição do valor destas relações em textos concretos, haja também uma forte preocupação em dar conta dos processos inferenciais que estão na sua origem.²³

²³ Tendo em conta a grande quantidade de trabalhos sobre este fenómeno – na década de 90, Hovy (1990) contabilizava já mais de 350 relações diferentes –, Sanders, Spooren & Noordman (1992) propõem que as várias propostas existentes sejam avaliadas tendo em conta a sua adequação descritiva e a sua plausibilidade psicológica.

A proposta de Sanders e da sua equipa (Sanders, Spooren & Noordman 1992, 1993; Sanders, 1997) surge justamente como uma tentativa de análise dos princípios cognitivos que, do ponto de vista da interpretação/processamento textual, estão na origem da identificação deste tipo de relações por parte dos falantes.

Partindo do *significado relacional* de cada uma delas, isto é, do significado não diretamente ligado ao valor individual dos segmentos conectados,²⁴ mas sim ao valor da relação propriamente dita, Sanders, Spooren & Noordman (1992, 1993) propõem uma análise das relações discursivas – ou, nos seus termos, relações de coerência – em torno de quatro princípios cognitivos fundamentais, cuja adequação testam em várias experiências relatadas nos trabalhos supracitados.

O primeiro destes princípios é a *Operação Básica* envolvida na conexão. Tal operação pode ser de ordem aditiva, se a relação entre os dois segmentos conectados for uma relação de conjunção ($p \& q$), ou de ordem causal, se puder ser inferida uma relação de implicação entre os referidos segmentos ($p \rightarrow q$). No primeiro caso, temos uma conexão fraca e, no segundo, uma conexão forte.

O segundo destes princípios diz respeito à *Fonte de Coerência*. Se a conexão entre dois segmentos textuais se basear no seu conteúdo proposicional, a fonte de coerência será semântica; se a conexão se basear no valor ilocutório de um ou de ambos os segmentos conectados, então a fonte de coerência será de ordem pragmática.

O terceiro desses princípios está relacionado com a *Ordem dos Segmentos*. Dada a típica simetria lógica das relações aditivas, este princípio só se aplica às relações de ordem causal.²⁵ Dois segmentos estarão, assim, conectados numa ordem básica, se o segmento com o valor de antecedente preceder o segmento com valor de conseqüente; tais segmentos ocorrerão numa ordem não-básica se, pelo contrário, o segmento com valor de antecedente ocorrer depois do segmento com valor de conseqüente.

Por fim, o quarto e último dos princípios enunciados é a *Polaridade*. Uma relação será positiva se os segmentos conectados funcionarem diretamente na operação básica envolvida na conexão, e será negativa se, pelo contrário, não são os segmentos conectados que funcionam diretamente na relação, mas sim o seu contraponto negativo.

²⁴ Em Sanders, Spooren & Noordman (1992, 1993) a unidade mínima de segmentação textual é também a oração.

²⁵ Sanders, Spooren & Noordman (1992, 1993) optam por não abordar os casos em que, devido a diferenças no valor temporal dos segmentos conectados, as relações aditivas se tornam assimétricas.

Na proposta em análise, estes princípios revelam-se fundamentais. Por um lado, permitem dar conta do mecanismo inferencial a partir do qual os falantes identificam a relação que se estabelece entre dois ou mais segmentos textuais e, por outro, revelando as "relações" existentes entre as várias relações, constituem-se como parâmetros em torno dos quais os autores estabelecem uma tipologia de doze classes de relações:

Overview of the taxonomy and prototypical relations

Basic Operation	Source of Coherence	Order	Polarity	Class	Relation
Causal	Semantic	Basic	Positive	1a	Cause-Consequence
				1b	Condition-Consequence
Causal	Semantic	Basic	Negative	2	Contrastive Cause-Consequence
Causal	Semantic	Non-Basic	Positive	3a	Consequence-Cause
				3b	Consequence-Condition
Causal	Semantic	Non-basic	Negative	4	Contrastive Consequence-Cause
Causal	Pragmatic	Basic	Positive	5a	Argument-Claim
				5b	Condition-Claim
Causal	Pragmatic	Basic	Negative	6	Contrastive Argument-Claim
Causal	Pragmatic	Non-basic	Positive	7a	Claim-Argument
				7b	Claim-Condition
Causal	Pragmatic	Non-basic	Negative	8	Contrastive Claim-Argument
Additive	Semantic	—	Positive	9	List
Additive	Semantic	—	Negative	10a	Opposition
				10b	Exception
Additive	Pragmatic	—	Positive	11	Enumeration
Additive	Pragmatic	—	Negative	12	Concession

(Sanders, Spooren & Noordman, 1993: 103)

Assim, a título de exemplo, uma relação como a que, na tradução para o Português, designaremos de *consequência-causa contrastiva* (cf. relação *contrastive consequence-cause*, no quadro acima), que conecta os dois segmentos de uma passagem como *The cranes are in a poor condition on arrival, although they take long and frequent rests during the journey* (Sanders, Spooren & Noordman, 1993: 128) poderá ser analisada como:

- (i) uma relação de ordem causal, visto existir no mundo uma relação de implicação entre o antecedente *descansar* e o conseqüente *estar bem (fisicamente)*;
- (ii) uma relação de ordem semântica, dado a conexão relevante se basear no conteúdo proposicional dos segmentos conectados;
- (iii) uma relação cujos elementos ocorrem numa ordem não-básica, visto o segmento com valor de conseqüente ocorrer antes do segmento com valor de antecedente;
- (iv) uma relação negativa, dado que o segmento com valor de antecedente expressa a negação do conseqüente na operação causal básica subjacente à conexão realizada.

Pese embora o objetivo central deste trabalho ser a descrição dos processos inferenciais subjacentes à identificação das várias classes de relações por parte dos falantes, os autores salientam ainda a possibilidade de uma maior especificação das várias relações elencadas, potenciando assim a adequação descritiva do modelo proposto.

Centrando-se apenas nas relações de ordem semântica, a proposta de Kehler (2002, 2004) – que o próprio designa de *Informational approach to coherence* (2004: 260) – surge igualmente como uma tentativa de estabelecer uma tipologia de relações baseada em princípios de ordem cognitiva.

Partindo do trabalho do filósofo David Hume (1955 [1748]), que defende que os três princípios possíveis de conexão entre as "ideias" são os de *Semelhança*, *Contigüidade* (no tempo ou no espaço) e *Causa* ou *Efeito*,²⁶ Kehler organiza as várias relações discursivas em torno destes três conceitos.²⁷

O primeiro grupo estabelecido pelo autor é o das *Relações de Causa-Efeito*, que se baseiam no estabelecimento de uma implicação entre os conteúdos proposicionais

²⁶ "Though it be too obvious to escape observation that different ideas are connected together, I do not find that any philosopher has attempted to enumerate or class all the principles of association – a subject, however, that seems worthy of curiosity. To me there appear to be only three principles of connection among ideas, namely *Resemblance*, *Contiguity* in time or place, and *Cause* or *Effect*." (Hume, 1955 [1748]: 32).

²⁷ As relações elencadas em Kehler são, na sua maioria, baseadas na proposta de Hobbs (1985).

dos segmentos conectados e cujo exemplo prototípico é a relação de *resultado*, ilustrada numa passagem como a seguinte:

- (7) George W. Bush wanted to satisfy the right wing of his party. He introduced an initiative to allow government funding for faith-based charity organizations. (Kehler, 2004: 241)

Nesta grupos, estão ainda incluídas as relações de *explicação*, *negação de impedimento* e *expectativa violada*. Esta última relação é ilustrada num exemplo como o seguinte:

- (8) George wanted to satisfy the right wing of his party, but he refused to introduce an initiative to allow government funding for faith-based charitable organizations. (Kehler, 2004: 247)

O segundo grupo proposto é o das *Relações de Semelhança*, que se baseiam no reconhecimento, baseado nas operações de comparação, analogia e generalização, de semelhanças e contrastes entre entidades e predicções paralelas e cujo exemplo prototípico é a relação de *paralelo*, ilustrada numa passagem como a seguinte:

- (9) Dick is worried about defense spending. George is concerned with education policy. (Kehler, 2004: 242)

Neste grupo, incluem-se ainda as relações de *exemplificação*, *generalização*, *exceção*, *elaboração* e *contraste*. Esta última relação ocorre, segundo o autor, em exemplos como os seguintes:

- (10) a. Dick supports a raise in defense spending, but George opposes it.
b. Dick supports a raise in defense spending, but George wants a raise in education investment. (Kehler, 2004: 248)

O terceiro e último grupo de relações proposto pelo autor é o das *Relações de Contiguidade*, cujo exemplo prototípico (e único) é a relação de *ocasião*, definida como uma relação que permite a expressão de uma situação centrada num determinado sistema de entidades, utilizando estados de coisas intermédios como pontos de conexão entre descrições parciais de tal situação. Esta relação é ilustrada numa sequência como a seguinte:

- (11) George delivered his tax plan to Congress. The Senate scheduled debate for next week. (Kehler, 2004: 242)

A tipologia proposta por Kehler está bastante próxima das categorizações apresentadas em Halliday & Hasan (1976), que dividem as relações discursivas nas categorias *Aditiva*, *Temporal*, *Causal* e *Adversativa*, em Longacre (1983), que, por sua vez, as divide nas categorias de *Conjunção*, *Tempo*, *Implicação* e *Alternância* e Martin (1992), cujas categorias propostas são as de *Adição*, *Tempo*, *Consequência* e *Comparação*. No entanto, ao contrário do que é proposto nestes trabalhos, Kehler defende a existência de apenas três classes de relações, considerando que o quarto grupo elencado nestas propostas deve ser englobado na classe das relações aditivas/conjuntivas e não considerado uma categoria à parte (Kehler, 2004: 243, 247).

A proposta de Asher & Lascarides (2003), uma das mais destacadas na atualidade, surge no quadro da *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT), que é um modelo semântico (formal) de descrição dos textos/discursos onde a interação entre interpretação textual e coerência desempenha um papel fundamental.

Partindo do princípio de que a computação ou interpretação dos textos/discursos é condicionada pelo pressuposto de que estes são coerentes, e considerando que um produto textual/discursivo só será coerente se, para além de ser possível atribuir um referente a todas as expressões anafóricas nele presentes, os segmentos de que é composto estiverem ligados entre si por meio de relações retóricas ou discursivas, Asher & Lascarides defendem que o estabelecimento de tais relações decorre justamente do facto de os falantes tenderem invariavelmente a interpretar os produtos verbais de modo a que estes "façam (o máximo) sentido" num determinado contexto de enunciação. Este princípio, que permite, assim, dar conta da interpretação preferencial que um falante

competente atribui a uma determinada sequência discursiva, é formulado do seguinte modo:²⁸

Maximize Discourse Coherence (MDC)

The logical form for a discourse is always a logical form that's maximal in the partial order of the possible interpretations; i.e., those which are consistent with the compositional semantics and monotonic constraints on anaphora resolution.

(Asher & Lascarides, 2003: 21)

As relações retóricas ou discursivas que se estabelecem entre os vários segmentos textuais, cuja origem radica, assim, na "busca" de coerência, serão computadas tendo por base um complexo raciocínio que integra várias fontes de informação. De facto, ao contrário das teorias semânticas dinâmicas tradicionais, Asher & Lascarides consideram que as fontes para a computação linguística dos textos/discursos – e, conseqüentemente, para a computação das relações de sentido que neles se estabelecem – incluem não só a semântica lexical e composicional e o "conteúdo" do contexto discursivo, mas também elementos como o conhecimento do domínio e os estados cognitivos dos intervenientes.²⁹ Tais elementos que, embora distintos, interagem entre si, são integrados numa lógica modular, onde o acesso às várias fontes de informação e, em particular, aos elementos de ordem não estritamente linguística, tais como o conhecimento do domínio e os estados cognitivos dos intervenientes, se faz de modo bastante seletivo.³⁰

²⁸ O princípio de que os falantes interpretam os produtos verbais de modo a que estes "façam (o máximo) sentido" num determinado contexto é, em larga medida, equivalente ao *Princípio da Relevância* (Sperber & Wilson, 1986), segundo o qual os falantes tendem a interpretar um determinado produto verbal de modo a que este seja "maximamente relevante" num determinado contexto, tendo em conta o esforço que estão dispostos a despendar na sua computação.

²⁹ De facto, para além da integração das relações retóricas na forma lógica dos textos/discursos – o que implica que o processo de actualização discursiva envolva não apenas o acrescentar de informação nova a informação (já) dada, mas igualmente o estabelecimento de uma relação retórica entre ambas –, uma das diferenças mais salientes entre as teorias semânticas dinâmicas tradicionais (cf., entre outros, Kamp (1981), Kamp & Reyle (1993) e Groenendijk & Stokhof (1991)) e a SDRT está justamente relacionada com as fontes de informação utilizadas na computação textual.

³⁰ "[...] SDRT separates the various information sources that contribute to interpretation into distinct but interacting 'reasoning modules'. Each different kind of information source (e.g., cognitive states, domain knowledge, lexical semantics) has its own, distinct logic. And a further glue logic – in which the logical form of discourse is constructed – has only restricted access to the inferences in these logics [...]" (Asher & Lascarides, 2003: 37).

O modo como as relações discursivas são concebidas na proposta em análise parece já prefigurado em Mann & Thompson (1988), onde o domínio ilocutório assume um papel central. De facto, considerando que as relações retóricas/discursivas são, na realidade, tipos de atos ilocutórios, e demonstrando que tais relações afetam o "conteúdo" ou condições de verdade das sequências em que ocorrem, permitindo dar conta de um vasto conjunto de fenómenos linguísticos,³¹ Asher & Lascarides apresentam um modelo que integra a Pragmática no centro da descrição semântica (formal) dos textos/discursos.

No que toca à organização das várias relações elencadas, e ao contrário de propostas como a de Sanders, Spooren & Noordman (1992, 1993), Asher & Lascarides não estabelecem uma tipologia organizada em torno de um número limitado de parâmetros de cujos valores possa ser inferida a relação presente num determinado contexto enunciativo – o que parece decorrer justamente do modo como é concebido o processo de computação discursiva na proposta em análise.

No entanto, à imagem de Mann & Thompson (1988), que assinalam a pertinência de uma distinção entre *subject matter* e *presentational relations*, ou de Sanders, Spooren & Noordman (1992, 1993) e Sanders (1997), que defendem que a fonte da coerência é um parâmetro determinante na organização das relações discursivas, Asher & Lascarides propõem igualmente uma divisão das várias relações em torno do nível de significação relevante para a conexão realizada.

O primeiro grupo estabelecido na proposta em análise é o das *Relações no plano do conteúdo*, que engloba as relações discursivas que, segundo os autores, podem ser inteiramente definidas em termos dos eventos ou indivíduos introduzidos nos seus constituintes e onde se incluem as relações de *explicação*, *alternativa*, "*background*", *consequência*, *consequência anulável*, *continuação*, *elaboração*, *narração*, *resultado* e ainda os *pares pergunta-resposta*. A primeira das relações elencadas ocorrerá, segundo os autores, numa sequência como a seguinte:

(12) Max has fell. John pushed him. (Asher & Lascarides, 2003: 462)

³¹ Asher & Lascarides demonstram a importância das relações retóricas para o tratamento de questões tão relevantes como a estrutura temporal dos discursos, a anáfora, a elipse de sintagmas verbais, o fenómeno de *bridging*, as pressuposições, a ambiguidade lexical e as implicaturas.

O segundo grupo proposto é o das *Relações de estruturação textual*, onde se incluem os nexos de *contraste* e *paralelo*. A sequência seguinte ilustra a ocorrência do primeiro dos referidos nexos:

- (13) a. John loves sport.
b. But he hates football. (Asher & Lascarides, 2003: 465)

O terceiro grupo apresentado é o das *Relações no plano cognitivo*, constituído pelas relações que, segundo os autores, podem ser definidas, pelo menos parcialmente, em termos das crenças e intenções dos interlocutores e nas quais são incluídos os nexos de *aceitação/reconhecimento*, *pares pergunta-resposta indiretos*, *pares pergunta-resposta parciais*, *informação insuficiente*, *correção de plano*, *elaboração de plano*, *elaboração de pergunta* e *elaboração de pedido*. As sequências seguintes ilustram a ocorrência da relação de *aceitação/reconhecimento*:

- (14) a. A: Close the window.
B: OK.

b. A: The window is closed.
B: Yeah/OK.

(Asher & Lascarides, 2003: 466)

O quarto grupo é constituído pelas *Relações de divergência*, que assinalam a existência de um desacordo entre interlocutores e onde se incluem as relações de *correção*, *contraevidência* e *disputa*. A primeira das relações elencadas, que corresponderá, na terminologia por nós adotada, às relações de *refutação* e *retificação*, é ilustrada numa sequência como a seguinte:

- (15) A: John distributed the copies.
B: No, it was Sue who distributed the copies.

(Asher & Lascarides, 2003: 470)

Por fim, o quinto e último grupo de relações proposto é o das *Relações metadiscursivas*, onde são incluídos as relações que, segundo os autores, conectam o conteúdo de um enunciado à produção de um outro e não ao seu conteúdo. Neste grupo, são incluídas as relações de *consequência, explicação e resultado*. Veja-se a sequência seguinte, onde se ilustra a ocorrência da relação de *explicação*, operando agora não ao nível do conteúdo, mas ao nível metadiscursivo:

(16) Close the window. I'm cold. (Asher & Lascarides, 2003: 470)

1.2.2. Coerência semântica e coerência pragmática

Entre os vários parâmetros que têm sido convocados na análise das relações discursivas, o nível/plano de significação em que se dá a conexão é o que parece reunir um maior consenso na comunidade linguística.³² Vejam-se os seguintes exemplos, adotados de Lopes (2005):

(17) A torre ruiu porque houve um sismo violento. (p. 25)

(18) Está alguém em casa (i), porque as luzes estão acesas (ii). (p. 27)

Ainda que em ambos os exemplos esteja envolvido, em sentido lato, o estabelecimento de um nexos de causalidade, em (17) estamos perante uma relação entre dois eventos ou situações do mundo, em que a ocorrência de um sismo é apontada como a causa que levou uma torre a ruir e, em (18), estamos perante o estabelecimento de um nexos de causalidade entre uma asserção com valor de conclusão (cf. (i)) e uma asserção com valor de premissa (cf. (ii)), não sendo possível, no entanto, afirmar que existe no mundo uma relação de causa-efeito entre o facto de as luzes estarem acesas e o facto de estar alguém em casa.³³ Assim, em (17) temos uma relação de ordem semântica, em que o domínio relevante para a conexão realizada é o conteúdo proposicional dos segmentos

³² A este propósito, recorde-se o trabalho de Halliday (1973) sobre as metafunções da linguagem verbal.

³³ De facto, se a sequência *O facto de ter havido um sismo violento provocou a queda da torre* poderia constituir uma paráfrase de (17), o mesmo já não aconteceria, em relação a (18), com uma sequência como *# O facto de as luzes estarem acesas provocou a existência de alguém em casa*, que é claramente inaceitável.

conectados; em (18) temos uma relação de ordem pragmática, em que o nível relevante para a conexão é o valor ilocutório dos referidos segmentos. Lopes (2005) designa as construções do tipo de (17) de *causais* e as construções do tipo de (18) de *explicativas*.³⁴ Na literatura, estas construções têm também sido designadas, respetivamente, de *causais de re/causais de conteúdo* e *causais de dicto*.

Exemplos deste tipo, que envolvem um nexos de causalidade, têm sido os mais utilizados no tratamento desta distinção, tendo-se estabelecido um conjunto de testes que permitem evidenciar que a diferença que (intuitivamente) entre eles reconhecemos tem reflexos a vários níveis.

O critério proposto em Sanders (1997) para a identificação dos dois tipos de relações em análise é o da paráfrase. Assim, uma passagem como (17) seria parafraseável por *O facto de ter havido um sismo violento provocou a queda da torre*, e uma passagem como (18) seria, por seu turno, parafraseável por *O facto de as luzes estarem acesas leva-me a concluir/afirmar que está alguém em casa*.

Para além da paráfrase, que é justamente um modo de tornar explícita a interpretação que qualquer falante atribui a exemplos como os anteriores, Lopes (2005) aponta ainda um conjunto de testes de ordem sintático-semântica e prosódica que permitem evidenciar que a distinção entre estes os dois tipos de relações tem claros reflexos ao nível das formas em que estas podem moldar-se em PE. De facto, em exemplos como (17), que envolvem o estabelecimento de uma causa ao nível semântico, o produto categorial final resultante da conexão será de ordem frásica, o domínio de significação envolvido será o domínio do conteúdo ou ideacional e o enunciado produzido corresponderá a um só ato discursivo; em exemplos como (18), que envolvem o estabelecimento de uma causa ao nível pragmático, o produto final resultante da conexão será de ordem textual embora não frásica e o domínio de significação envolvido será o domínio interpessoal, havendo, assim, a conexão de dois enunciados que corresponderão precisamente aos dois atos ilocutórios conectados.

Como se evidencia nas tipologias analisadas anteriormente, o plano em que se dá a conexão parece ser, de facto, o parâmetro que tem reunido o maior consenso nos trabalhos sobre este tema. Sob a designação de *semantic/content/subject matter/external*

³⁴ Note-se que, embora sob a mesma designação, a relação de *explicação* analisada em Asher & Lascarides (2003) não equivale à relação proposta em Lopes (2005) sob a mesma designação. De facto, quando opera no plano do conteúdo, esta relação parece corresponder ao que Lopes designa de *causa*.

e pragmatic/speech-act/presentational/internal relations, respetivamente, esta distinção revelou-se pertinente não só em trabalhos sobre coerência e relações discursivas, mas também em trabalhos sobre conectores,³⁵ que são justamente o meio privilegiado de explicitação, na superfície textual, das relações de sentido que unem os vários segmentos textuais.³⁶

Saliente-se, no entanto, que ao defendermos a pertinência desta distinção, não pretendemos afirmar que o plano pragmático ou ilocutório é independente do plano semântico ou proposicional (e vice-versa). De facto, em particular nas construções com valor explicativo (cf. (18)), tal interdependência é até bastante clara, dado que o estabelecimento de um raciocínio do tipo *conclusão-premissa* não é, obviamente, independente do conteúdo proposicional dos segmentos conectados. De facto, mesmo em sequências em que a natureza pragmática da relação presente é ainda mais evidente do que em (18), o conteúdo proposicional dos segmentos conectados não é irrelevante para a conexão realizada, como se evidencia comparando a aceitabilidade dos dois exemplos seguintes:

(19) Acorda, porque são horas de ir para a escola! (Lopes, 2005: 30)

(20) # Acorda, porque a torradeira é nova!

Ao defendermos uma distinção entre relações de ordem semântica e relações de ordem pragmática não pretendemos, assim, afirmar que os dois planos de significação são mutuamente exclusivos, mas sim que, pese embora a sua interdependência, há sequências cuja conexão relevante se dá ao nível semântico ou proposicional e sequências cuja conexão relevante se dá ao nível pragmático ou ilocutório.³⁷

³⁵ Um dos trabalhos mais relevantes sobre este tema é Sweetser (1990).

³⁶ Há várias línguas que apresentam um conector especializado na marcação de uma causa ao nível semântico e um conector especializado na marcação de uma causa ao nível pragmático. A título de exemplos, veja-se, em Francês, a distinção entre os conectores *parce que* e *car* (Bentolila, 1986).

³⁷ Esta interdependência é ilustrada de um modo particularmente esclarecedor na análise da relação de *explanation* que, segundo Asher & Lascarides (2003), está presente numa sequência como *Max fell. John pushed him*, já citada anteriormente: "The speech act *Explanation* (α , β) may well have been uttered for a particular purpose (e.g., the speaker believes that the hearer will not believe K_α unless he provides support for it in the form of the explanation K_β). Hence cognitive states determine *why* the agent performed a particular speech act. But such intentions don't affect the content conveyed by the logical forms which feature content-level relations like *Explanation*." (Asher & Lascarides, 2003: 459).

1.3. Síntese

Tal como pretendemos evidenciar neste capítulo introdutório, as relações discursivas sobre as quais se edifica a coerência textual são um fenómeno bastante complexo e multifacetado, cuja cabal compreensão deve convocar, no nosso entender, uma vertente de ordem mais descritiva, baseada na análise da sua ocorrência em textos concretos, com uma vertente de ordem mais cognitiva, debruçando-se sobre os processos de ordem inferencial que estão na base do seu processamento.

Nesse sentido, pese embora as inegáveis diferenças entre as principais tipologias existentes até à data, atinentes não só ao número e à definição das várias relações elencadas, mas também – e fundamentalmente – ao quadro teórico-metodológico que as enforma, parece-nos que a compreensão deste fenómeno e, em particular, de uma determinada relação discursiva em concreto, em muito beneficia de uma análise que procure conciliar os contributos que cada uma das propostas existentes pode oferecer.

Esta possibilidade é, aliás, evidenciada pela existência de vários pontos de interseção entre estas, onde se destaca, desde logo, a consideração de que haverá relações que operam fundamentalmente ao nível semântico-proposicional e relações que operam ao nível pragmático-funcional, que parece reunir hoje um largo consenso na comunidade linguística.

No que à relação de *refutação* diz respeito, é de notar que, com exceção da proposta de Asher & Lascarides (2003), esta não é contemplada nas principais tipologias existentes até à data, surgindo apenas num dos exemplos apresentados em Mann & Thompson (1988) sob a designação de *antítese*. A sua ausência poderá dever-se, entre outros fatores, não só ao facto de algumas destas tipologias se basearem na análise de textos monologais escritos, como é o caso de Mann & Thompson (1988), e esta relação ocorrer prototipicamente em textos dialogais, mas igualmente ao facto de esta estar tipicamente associada a um certo grau de polemicidade discursiva e, não raro, de ameaça à face dos interlocutores e, por conseguinte, não ocorrer com grande frequência na maior parte dos *corpora* existentes. Na exposição que se segue, iremos retomar com maior detalhe a proposta de Asher & Lascarides (2003) no que à análise da refutação diz respeito.

2. A relação discursiva *refutação*

A relação discursiva que constitui o nosso objeto de estudo e que, na senda de Moeschler (1982), designaremos de *refutação* parece ser precisamente uma relação que opera ao nível pragmático.³⁸

Na literatura existente, a *refutação* é geralmente entendida como a relação que se estabelece entre um enunciado cuja função é rejeitar ou declarar inaceitável um outro e o enunciado que é rejeitado ou refutado. Esta será, assim, uma relação de ordem pragmática: o que está em causa não é uma relação entre conteúdos proposicionais, mas, antes de mais, uma relação entre atos ilocutórios.

Nas suas ocorrências mais prototípicas, a *refutação* de um determinado enunciado terá por base o que nele é dito ou implicado, tal como se verifica nas sequências seguintes:³⁹

(21) A: O aniversário da Maria foi *no sábado*.

B: Não foi *no sábado*. Foi *na sexta*.

A': Estás enganado. Na sexta foi o da Carolina.

(22) A: A Margarida não passou *por ser preguiçosa*

B: A Margarida não passou *porque esteve doente a semana toda e não pôde estudar*.

A': Pensas que me enganas... É sempre a mesma desculpa.

(23) A: É verdade que tivemos um prejuízo de *alguns milhões*, mas estamos a trabalhar para corrigir essa situação.

B: Não foi um prejuízo de *alguns milhões*, Sr. Ministro. Foi um prejuízo de *muitos milhões*.

A': O Sr. Deputado parece estar com muitos problemas de memória. Quer comparar estes números com os do período em que V.^a Ex.^a estava no governo?

³⁸ Nos trabalhos de matriz anglo-saxónica, esta relação é geralmente designada de *denial*.

³⁹ Nos *corpora* analisados, a esmagadora maioria das sequências refutativas tem por base o que é dito ou implicado no enunciado alvo de *refutação*.

Em (21), o locutor B refuta o enunciado de A tendo por base a não verificação, no seu entender, do seu conteúdo proposicional; em (22), o mesmo enunciado é rejeitado tendo por base a não validade da relação causal estabelecida entre os dois estados de coisas relatados por A; finalmente, em (23), a refutação tem por base não o que é asserido, mas sim o que se implica – neste caso, a *Q-implicatura* desencadeada pela utilização do predicado escalar *alguns*.⁴⁰

Todavia, tal como tem sido salientado na literatura (Horn, 1989; van der Sandt, 1991; Carston, 1996; Geurts, 1998), na base de uma refutação poderão estar igualmente aspetos de ordem mais formal, como sejam a realização sintática, morfológica ou fonética do enunciado alvo de refutação, ou ainda questões ligadas à seleção lexical ou ao registo ou estilo de língua nele adotados. Vejam-se as sequências seguintes:

(24) A: * Tu é que *dissestes* isso?

B: Não é: *dissestes*. É: *disseste*.

A': Não tentes desviar a conversa. Tu é que disseste isso, não foi?

(25) A: Este livro é *super fixe*, professora.

B: Este livro é *muito bom*. "Super fixe" não é uma expressão para utilizar na aula.

A': Desculpe, professora!

(26) Não são (*apenas*) os *políticos* que devem ser responsabilizados pela atual situação do país. São os *políticos e todos aqueles que os elegeram*.

Em (24), o que está em causa não é o que é dito ou implicado, mas sim a forma como algo é dito – no exemplo em questão, a incorreta flexão do verbo *dizer* na segunda pessoa do singular do Pretérito Perfeito Simples do Indicativo; em (25), é também, em sentido lato, o modo como algo é dito que se encontra na base do ato refutativo – no

⁴⁰ Na proposta de Levinson (2000) aqui adotada, o termo *Q-implicatura* diz respeito às implicaturas conversacionais generalizadas que resultam da aplicação da primeira submáxima da Quantidade de Grice (1975 [1967]), podendo, *grosso modo*, ser parafraseáveis por *O que não é dito, não se verifica*. Assim, no exemplo em análise, a *Q-implicatura* gerada pela utilização do predicado escalar *alguns* (*milhões*) seria a de que o prejuízo em questão foi *apenas* de alguns (milhões) e não mais do que isso (na escala em questão). Mais adiante será analisada a relação entre refutação e implicaturas.

exemplo em causa, a inadequação do termo *super fixe* ao registo de língua que seria adequado à situação enunciativa; finalmente, em (26), o que está em causa é novamente o que se implica no enunciado alvo de refutação (enunciado esse que, por se tratar de uma sequência monologal, não se encontra explicitamente presente no discurso anterior) – neste caso, a *Q-implicatura* que decorreria de uma asserção como *São os políticos que devem ser responsabilizados pela atual situação do país*.⁴¹

Atendendo aos elementos que podem estar na sua base, parece-nos inegável a existência de uma clara distinção, ao nível qualitativo, entre as sequências refutativas baseadas no que é dito ou implicado no enunciado alvo, que constituirão as suas ocorrências mais prototípicas, e as sequências baseadas em aspetos de ordem mais formal, que, para além de ocorrerem com uma frequência consideravelmente menor nos *corpora* analisados, parecem estar restritas a contextos muito particulares, como sejam o contexto didático.⁴² Tendo presente esta distinção, consideramos, no entanto, que a um nível fundamental se trata da mesma relação discursiva, o que parece ser evidenciado pelas propriedades que ambos os tipos de refutação partilham, nomeadamente ao nível das construções linguísticas em que podem materializar-se.

Constituindo-se como um ato reativo negativo, com uma dimensão interacional retroativa, a refutação ocorrerá prototipicamente em textos dialogais, sendo particularmente frequente em contextos que favoreçam interações de carácter mais polémico, como sejam o Discurso Político, o Discurso Jurídico ou, ainda que em termos diversos, o Discurso Didático.⁴³

No entanto, como é ilustrado em (26), é igualmente possível a ocorrência de enunciados marcados por uma relação deste tipo em textos monologais, sempre que se convoca o discurso (real ou possível) de um outro locutor, refutando-o.⁴⁴ Neste caso, a consideração de questões atinentes à polifonia da enunciação e às intenções de ordem

⁴¹ Neste caso, a *Q-implicatura* gerada seria a de que são *apenas* os políticos que devem ser responsabilizados pela atual situação do país.

⁴² A um nível intuitivo, o termo *refutação* parece remeter-nos efetivamente para a rejeição de um enunciado tendo por base, em sentido lato, o que nele é dito e não questões de ordem mais formal, às quais um termo como *correção* parece mais naturalmente aplicável.

⁴³ As sequências (23) e (25) analisadas anteriormente poderiam, respetivamente, constituir exemplos de interações deste tipo no Discurso Político (Parlamentar) e no Discurso Didático.

⁴⁴ Aliás, mesmo em textos dialogais, o enunciado que é alvo de refutação não tem necessariamente de se encontrar explícito na superfície textual:

(i) A: Ainda bem que a situação se resolveu!

B: Mas não foi nada fácil. Foi bem difícil!

argumentativa que frequentemente estão associadas à produção de enunciados refutativos será particularmente relevante.⁴⁵

Embora a refutação possa ter múltiplas realizações linguísticas, um enunciado contendo uma negação metalinguística (cf. (21-B), (23-B), (24-B) e (26)) parece ser uma das construções refutativas prototípicas na generalidade das línguas.⁴⁶

Tipicamente, na base de uma refutação não se encontra um enunciado na sua totalidade, mas determinados constituintes específicos (cf. exemplos (21) a (26)) cuja presença, por razões de vária ordem, conduz justamente à sua "inaceitabilidade" do ponto de vista do locutor que o refuta.⁴⁷ Regra geral, tais constituintes são prosodicamente focalizados, podendo esta focalização ser ainda reforçada do ponto de vista sintático, por exemplo, através de uma negação de constituinte (cf. (27-B)) ou de uma construção clivada (cf. (28-B)):

(27) A: Ela é muito gulosa. De manhã, come logo dois bolos.

B: Não são *dois*, mas *pelo menos três*.

(28) A: A paciência é o mais importante.

B: *A perseverança* é que é o mais importante.

Tendo em conta o facto de constituírem tipicamente uma ameaça à face do alocutário, estas sequências são geralmente seguidas de continuações discursivas onde o locutor apresenta o termo ou expressão considerados mais adequados para substituir o elemento alvo de refutação,⁴⁸ apresentando deste modo – e ainda que indiretamente – uma justificação do próprio ato refutativo realizado. Não raro, a refutação é mesmo

⁴⁵ No Discurso Político Parlamentar, a refutação é frequentemente utilizada como uma estratégia de atribuição ao alocutário de afirmações que se sabe não terem sido proferidas nem intendidas por este. Esta questão será retomada mais adiante.

⁴⁶ Dada a sua centralidade para o tratamento da relação discursiva em análise, a negação metalinguística será alvo de uma análise aprofundada mais adiante.

⁴⁷ O conceito de "aceitabilidade" é aqui utilizado em sentido lato, abrangendo os aspectos considerados necessários pelos falantes para que um determinado enunciado seja aceitável num determinado contexto de enunciação.

⁴⁸ Frequentemente, é graças à presença de tal continuação discursiva que se evidencia sob que ângulo o constituinte que esteve na base do ato refutativo é considerado inaceitável (cf., entre outros, Geurts (1998)).

realizada diretamente por sequências discursivas deste tipo (cf. (22-B), (25-B) e (28-B)) que, neste caso, desempenharão simultaneamente uma função refutativa e retificativa.⁴⁹

No que toca à sua resolução discursiva, as sequências em análise, justamente pelo seu caráter ameaçador, convocam tipicamente um enunciado reativo por parte do alocutário, onde este pode aceitar (cf. (24-A') e (25-A'))⁵⁰ ou, por sua vez, rejeitar a refutação realizada (cf. (21-A'), (22-A') e (23-A')).⁵¹

Na exposição que se segue, debruçar-nos-emos sobre estes e outros aspetos que consideramos essenciais para uma adequada caracterização da refutação.

2.1. Refutação e negação metalinguística

A refutação, nos termos em que tem vindo a ser equacionada no âmbito dos estudos linguísticos, está indissociavelmente ligada à análise da negação metalinguística (Ducrot, 1972, 1973; Horn, 1985, 1989).

De facto, um enunciado contendo uma negação deste tipo é geralmente apontado como um dos meios privilegiados para a realização de uma refutação, e esta, por sua vez, apontada como a função discursiva prototípica deste tipo de negação. Nesse sentido, e tendo em conta que a reflexão em torno de alguns dos aspetos centrais para a análise da refutação se desenvolveu, em larga medida, nos estudos sobre a negação metalinguística, é à análise deste conceito que nos dedicaremos em primeiro lugar.⁵²

⁴⁹ A retificação presente nas sequências em análise envolverá sequências discursivas produzidas por diferentes locutores, não devendo ser assimilada à relação de *reformulação retificativa* que envolverá apenas discurso monogerado, tal como se ilustra na sequência seguinte:

(i) A comida está *boa*. Aliás, está *excelente*!

⁵⁰ Tal aceitação pode ser explícita (cf. (25-A')) ou apenas implícita (através da opção pelo silêncio ou, por exemplo, pela mudança de assunto (cf. (24-A'))).

⁵¹ Em (23), essa refutação não é explícita, parecendo repousar sobretudo na contestação do que A considera ser *muitos* (e não apenas *alguns*) na escala específica do tópico em debate.

⁵² Neste ponto, são retomados os aspetos centrais da análise da negação metalinguística levada a cabo em Sousa (2006, 2011a). Algumas questões foram, no entanto, alvo de uma nova reflexão crítica e as referências bibliográficas foram significativamente atualizadas.

2.1.1. Negação descritiva vs. negação metalinguística

Em 1972, na obra *Dire et ne pas dire*, dedicada ao estudo da pressuposição semântica, Ducrot propõe a distinção entre uma negação descritiva, ilustrada num enunciado como *Il n'y a pas un nuage au ciel* (p. 37), cuja função prototípica é a descrição de um estado de coisas, e uma negação que designa de metalinguística, ilustrada num enunciado como *Ce mur n'est pas blanc* (p. 37), cuja função prototípica é a refutação de um enunciado anterior, quer este se encontre ou não explicitado na superfície textual.

Segundo o autor, enquanto a negação descritiva conserva as pressuposições associadas ao enunciado afirmativo correspondente, podendo definir-se, em linguagem formal, como $NEG "x|y" = "x|NEG y"$ (p. 147), a negação metalinguística pode refutá-las, sendo, assim, definida como $REF "x|y" = "-|NEG - ET x, y"$ (p. 147).

Em 1973, na obra *La preuve et le dire*, Ducrot opta por designar a negação metalinguística de *negação polémica*, mantendo, no entanto, todos os traços que, no seu entender, a distinguem da negação descritiva:

- (i) a negação metalinguística/polémica opera a um nível diferente da negação descritiva, apresentando-se, antes de mais, como "um enunciado sobre um enunciado";
- (ii) no seu uso metalinguístico, o operador de negação marca uma oposição em relação a uma afirmação anterior, explícita ou apenas implícita;
- (iii) neste sentido, os enunciados em que ocorre têm uma função refutativa;
- (iv) ao contrário da negação descritiva, a negação metalinguística pode ter no seu escopo as pressuposições semânticas, permitindo refutá-las;
- (v) igualmente ao contrário da negação descritiva, que, na presença de predicados escalares, produz um efeito de descida na escala, a negação metalinguística pode ter um efeito de descida ou de subida na escala, invertendo ou mantendo a orientação argumentativa dos enunciados em que ocorre.⁵³

⁵³ Paralelamente à sua interação com a pressuposição semântica, o comportamento da negação metalinguística face a predicados escalares foi outro dos fatores que desde logo evidenciou as suas diferenças relativamente à negação descritiva. De facto, já em 1924 Jespersen notava:

Em 1984, na obra *Le dire et le dit*, Ducrot propõe, no entanto, uma reformulação desta distinção, tendo por base a *Teoria da argumentação na língua*, desenvolvida em parceria com Jean-Claude Anscombre (Anscombre & Ducrot, 1983) e a *Teoria da polifonia da enunciação*. Partindo do pressuposto de que a função primária da linguagem não é de natureza descritiva, mas sim acional e, mais precisamente, argumentativa, o autor considera que o caráter polêmico da negação metalinguística é agora uma característica da generalidade dos enunciados negativos, incluindo os (aparentemente) descritivos. Neste novo quadro, o autor reserva a designação negação metalinguística para os casos em que a negação tem no seu escopo enunciados efetivamente produzidos por um outro locutor.

Ditada, porventura, por razões de coerência teórica, esta reformulação parece constituir, no nosso entender, um retrocesso em relação à distinção inicialmente proposta (1972, 1973), na medida em que, ao considerar todos os enunciados negativos como inerentemente polêmicos, Ducrot limita a distinção entre a negação metalinguística e a negação descritiva à materialização, na superfície textual, de um enunciado da responsabilidade de um locutor A, em relação ao qual um locutor B se opõe. Ora, há inúmeros casos em que a negação metalinguística, mantendo todas as características que a caracterizam como tal – de que são justamente exemplos o seu comportamento face à pressuposição e aos predicados escalares – é utilizada não para refutar enunciados efetivamente produzidos e materializados na superfície textual por um determinado locutor, mas apenas enunciados plausíveis num determinado contexto enunciativo.⁵⁴

"La règle générale que l'on trouve dans la plupart des langues sinon dans toutes est que *not* signifie 'moins que', ou plus exactement 'situé entre le terme auquel il s'applique et rien'. *Not good*, 'pas bon', signifie donc 'inférieur' et ne comprend pas 'excellent'; *not lukewarm*, 'pas tiède', indique une température inférieure à celle qu'indique *lukewarm*, 'tiède', c'est-à-dire quelque chose qui se situe entre 'tiède' et 'glacé' et non entre 'tiède' et 'brûlant'. [...] Dans tous les cas, la négation signifie 'moins que...'. [...] Il arrive exceptionnellement que ces expressions signifient 'plus que', à la condition que le mot qui suit l'élément négatif porte un accent d'intensité particulièrement fort, qu'on emploie l'intonation caractéristique de la contradiction, et en général que l'on fasse suivre la combinaison d'une précision qui la corrige:

Not lukewarm but really hot.

His income is not two hundred a year, but at least three hundred.

Not once, but two or three times." (Jespersen, 1971 [1924]: 464-465)

⁵⁴ A refutação de enunciados não explicitados na superfície textual, seja em sequências monológicas ou mesmo em sequências dialógicas, será alvo de reflexão mais adiante.

2.1.2. Negação metalinguística e ambiguidade pragmática

Intimamente ligada ao estudo da pressuposição semântica, a reflexão em torno dos vários usos da negação é, na verdade, bastante anterior aos trabalhos de Ducrot (1972, 1973).

Frege, no célebre artigo "On sense and reference" (1970 [1892]), analisa o comportamento do que designa de *proper names*,⁵⁵ defendendo que a pressuposição existencial por eles ativada não faz parte do conteúdo proposicional dos enunciados em que ocorrem, mas sim das pressuposições a estes associadas:

(29) Kepler died in misery. (Frege, 1970 [1892]: 69)

De facto, se a forma lógica de um enunciado como (29) resultasse composicionalmente da soma das proposições *Kepler died in misery* (p) e *The name "Kepler" has a reference* (q), então, de acordo com a Lei de De Morgan $\neg (p \wedge q) \leftrightarrow (\neg p \vee \neg q)$, a sua negação assumiria a forma *Kepler did not die in misery or the name "Kepler" has no reference* e não *Kepler did not die in misery* (Frege, 1970 [1892]: 69), como na realidade se verifica. Tal permite evidenciar que q tem um estatuto distinto do de p , fazendo parte não do conteúdo proposicional do enunciado em análise, mas sim da pressuposição existencial a ele associada.

Será justamente pelo facto de não fazerem parte do conteúdo proposicional dos enunciados em que ocorrem que as pressuposições, tal como aconteceria num enunciado como *Kepler did not die in misery*, se mantêm sob negação (descritiva). Este é um dos traços que, na senda de Frege, se tornariam essenciais para a sua definição.

Russell, no igualmente célebre artigo "On denoting" (1905), opõe-se à análise proposta por Frege, defendendo que o que este último denomina de conteúdo pressuposicional faz igualmente parte do que é asserido:

(30) The present King of France is bald. (Russell, 1905: 490)

⁵⁵ Em Frege, esta noção engloba todas as unidades ou expressões que podem ter como referente um *objeto definido* (1970 [1892]: 57).

Assim, num enunciado como o anterior, o que se asserere não é apenas que uma determinada entidade possui uma certa propriedade, mas sim a conjunção das seguintes proposições:

- (i) existe um x , tal que x tem a propriedade de ser Rei de França (postulado existencial);
- (ii) não existe um y distinto de x que possua a propriedade de ser Rei de França (postulado de unicidade);⁵⁶
- (iii) x tem a propriedade de ser calvo (atribuição de propriedade).

Em termos da Lógica de Predicados, o que é asserido num enunciado como o anterior pode, assim, ser representado do seguinte modo:

$$\exists x (Rx \wedge \neg \exists y ((y \neq x) \wedge Ry) \wedge Cx)$$

"Existe um x tal que (i) x é Rei de França e (ii) não existe um y tal que y seja diferente de x e Rei de França e (iii) x é calvo."

Perante a não satisfação da primeira das proposições supracitadas – dado que França é uma república –, um enunciado como (30) não pode, no entender de Russell, ser senão falso.⁵⁷ Contudo, o mesmo já não se verifica (necessariamente) quando este se apresenta sob a forma negativa:

[...] "the present King of France is not bald" is false if it means "There is an entity which is now King of France and is not bald", but is true if it means "It is false that there is an entity which is now King of France and is bald". (Russell, 1905: 490)

Para Russell, a negação terá, assim, duas leituras possíveis, podendo significar que um determinado predicado não se aplica a uma determinada entidade que, neste caso, terá uma ocorrência primária em relação ao operador de negação (ou, numa

⁵⁶ Esta propriedade está intimamente ligada à presença do artigo definido, cuja ocorrência em sintagmas nominais, a par dos quantificadores, determina a existência do que Russell designa de *denoting phrase* (1905: 479).

⁵⁷ Para Frege, que abrirá caminho ao desenvolvimento da chamada lógica trivalente, um enunciado cujo conteúdo pressuposicional não se verifique não pode ser considerado nem verdadeiro nem falso.

formulação mais atual, estará fora do seu escopo) ou que a correspondente asserção afirmativa é falsa, porque, por exemplo, tal entidade, como acontece em (30), não existe. Neste caso, tal entidade terá uma ocorrência secundária em relação ao operador de negação (ou, numa formulação mais atual, estará sob o seu escopo).

A análise da forma lógica das proposições proposta por Russell está na origem da distinção entre os conceitos de *negação interna* e *negação externa* que se tornaria central nas teorias que defendem a ambiguidade semântica do operador de negação. Entre os seus defensores, onde se incluem Lukasiewicz (1967a [1930], 1967b [1934]), Smiley (1960), Herzberger (1970) ou Katz (1964, 1972, 1977), as posições adotadas dividem-se entre a defesa de uma ambiguidade lexical e a defesa de uma ambiguidade de escopo no seio do operador de negação linguística:

- (i) os que defendem a primeira posição distinguem um operador de negação interna $\neg p$, que conserva as pressuposições e, nesse sentido, leva à existência de *truth-value gaps* quando estas não são satisfeitas, e um operador de negação externa $\sim p$, que permite cancelar as pressuposições e, assim, conservar o caráter bivalente (verdadeiro ou falso) das proposições;
- (ii) os que optam pela segunda posição defendem que a negação externa, que pode ter no seu escopo, ao contrário da negação interna, as pressuposições, pode ser definida como a aplicação do operador de negação a um conector abstrato de verdade, o que leva a que um enunciado como *O atual Rei de França é calvo*, na sua leitura externa, seja considerado equivalente a *Não é verdade que o Rei de França seja calvo*.

Neste domínio, são paradigmáticas as análises de Kroch (1974) e Linebarger (1981) que defendem que a negação externa pode ser analisada como a aplicação do operador (verocondicional) de negação ao operador semântico TRUE, que estaria no escopo do primeiro, o que leva a considerar que este tipo de negação é parafraseável por "*The sentence S is not true*" (Linebarger, 1981: 35).

No entanto, como nota Horn (1989: 414-419), esta análise revela-se inadequada, dado que, por um lado, assimila os usos da expressão *true* – ou expressões equivalentes, como *It is the case that* ou *It is so that* – em linguagem natural e em lógica, quando tal

correspondência não tem necessariamente lugar e, por outro, não permite abranger grande parte das situações em que a negação metalinguística é utilizada:⁵⁸

[...] those aspects of the utterance which metalinguistic negation is used to focus on may have nothing to do with the proposition expressed by that utterance. Conventional implicata or presuppositions may be analysed as attributes (albeit non-truth-conditional attributes) of propositions; but conversational implicata, and – a fortiori – morphological and phonetic form, register, and so on, cannot be coherently treated in this way. (Horn, 1989: 415)

De facto, como propõem Grice (1967, *apud* Horn, 1989: 377-379) e Dummett (1973) a "asseribilidade" de um enunciado não é redutível ao valor de verdade do seu conteúdo proposicional.

Partindo da análise da negação de condicionais, estes autores consideram que um enunciado negativo *B* pode não ser necessariamente utilizado para afirmar a falsidade de um enunciado *A*, mas apenas para declarar, nos termos de Dummett (1973: 329), "an unwillingness to assert *A*", o que pode ser formalizado como *Not* ($\neg A$). A este propósito, Grice apresenta um exemplo particularmente revelador:

If you say "X or Y will be elected", I may reply "That's not so: X or Y or Z will be elected". Here... I am rejecting "X or Y will be elected" not as false but as unassertable. (Grice, 1967: *lecture* 5, p. 9, *apud* Horn, 1989: 377-378)

Esta análise da função da negação metalinguística como um meio para refutar um enunciado tendo por base não apenas o seu valor de verdade, mas igualmente a sua "asseribilidade" num determinado contexto de enunciação foi adotada não só por Grice e Dummett, mas ainda por Ducrot (1973), Grim (1981) ou Wilson (1975) que, a este propósito, afirma:

⁵⁸ Em termos lógicos, uma asserção como *O Pedro tem quatro carros* implica que o Pedro tem três carros. No entanto, em linguagem natural, um enunciado como *Não é verdade que o Pedro tem três carros – ele tem quatro carros* é perfeitamente aceitável.

To assert that *not-p* (or to deny that *p*) cannot be the same thing as to assert that *p* is false. It may also be to assert that *p* is inadequate to the facts without necessarily being false: it may be too weak, or too strong or misleading. [...] the value of *not-p* is not necessarily a function of the value of *p*. If *p* is false, that is one good reason for asserting *not-p*, but an equally good reason for making this assertion would be that one did not wish to make the assertion that *p*, for some other reason than it was false. (Wilson, 1975: 150-151)

No domínio das propostas que defendem a existência de uma ambiguidade de escopo no seio do operador de negação linguística, é ainda de destacar o trabalho de Karttunen & Peters (1979). Num artigo onde procuram evidenciar que muitos aspetos do significado linguístico habitualmente considerados como fazendo parte do domínio das pressuposições podem, na realidade, ser analisados como implicaturas convencionais associadas ao uso de determinadas expressões linguísticas,⁵⁹ Karttunen & Peters consideram que este tipo de inferências, embora, por definição, não cancelável por meio de negação interna ou, nos seus termos, *ordinary negation*, pode ser cancelável por meio do que designam de *contradiction negation*, tal como acontece no exemplo seguinte, em que a negação é utilizada para rejeitar a implicatura convencional associada ao lexema *fail*:

(31) John didn't fail to arrive. He wasn't supposed to come at all.

(Karttunen & Peters, 1979: 46)

Na proposta em análise, os autores defendem, assim, que os enunciados onde ocorre este tipo de negação desempenham uma função discursiva particular, sendo utilizados para refutar "something that the addressee has just said, implied, or implicitly

⁵⁹ No artigo em análise, o conceito de implicatura convencional é definido em termos semelhantes aos propostos em Grice (1975 [1967]), isto é, como uma dimensão não verocondicional do significado linguístico associada ao uso de determinadas expressões linguísticas. Ao contrário do que se verifica nas implicaturas conversacionais, este tipo de implicaturas não é cancelável.

Algumas das expressões ou estruturas que, de acordo com Karttunen & Peters (1979), podem ativar este tipo de implicaturas são:

- (i) expressões como *too*, *either*, *also*, *even*, *only*, etc;
- (ii) alguns verbos factivos, tais como *forget*, *realize*, *take into account*, etc.;
- (iii) alguns verbos "implicativos", tais como *manage* e *fail*;
- (iv) estruturas clivadas ou pseudo-clivadas;
- (v) quantificadores como *all* ou *every*.

accepted" (Karttunen & Peters, 1979: 47). Esta função está intimamente relacionada com os elementos que podem estar no seu escopo:⁶⁰

We think that contradiction negation differs semantically from ordinary negation only by virtue of having a broader target. As we see it, ordinary negation pertains just to the proposition expressed by the corresponding affirmative sentence; it does not affect conventional implicatures. Contradiction negation, on the other hand, pertains to the total meaning of its target sentence, ignoring the distinction between truth conditions and conventional implicatures. (Karttunen & Peters, 1979: 47)

Paralelamente aos estudos que defendem a ambiguidade semântica do operador de negação, foram igualmente publicados vários trabalhos onde se defende a sua não ambiguidade ou univocidade.

Partindo da observação de que nenhuma língua natural conhecida possui dois operadores distintos para os usos descritivo e metalinguístico do operador de negação, os defensores desta posição, onde se incluem, entre outros, Atlas (1977, 1979), Allwood, Andersson & Dahl (1977), Kempson (1975, 1986), Gazdar (1979), van der Sandt (1991; van der Sandt & Maier, 2003), Carston (1996, 1998, 2002) ou Geurts (1998), consideram que todos os usos da negação são, na realidade, redutíveis a um único operador que não é ambíguo nem em termos lexicais, nem em termos de escopo.

Todavia, é hoje um dado consensual que, em várias línguas, existem igualmente outro tipo de unidades linguísticas que, apesar de terem uma única realização lexical, têm igualmente usos claramente distintos. Um dos exemplos clássicos é a distinção entre os usos contra-argumentativo e refutativo-retificativo de *mas* – também conhecida, na senda de Anscombe & Ducrot (1977), como a distinção *mas*_{PA} / *mas*_{SN} – que será analisada mais adiante.

Para além de os dois usos do operador de negação não terem uma materialização lexical, autores como Allwood, Andersson & Dahl (1977) argumentam ainda que ambos podem ser parafraseáveis por *Não é verdade que (p)*. Porém, como salienta Horn (1989), não é possível assmilar os conceitos de negação e (asserção de) falsidade, dado

⁶⁰ Reflexos de tal funcionamento discursivo são também algumas marcas de carácter mais formal apontadas por Karttunen & Peters para a distinção dos dois tipos de negação: a sua relação com os termos de polaridade e as características entoacionais dos enunciados em que ocorrem.

que " [...] to call a statement false is to say something (on a metalinguistic level) about that statement, but to apply (descriptive) negation to a proposition is simply to form another proposition which may itself be true or false" (p. 421).⁶¹

Fazendo um balanço das várias propostas de análise relativamente à questão da ambiguidade do operador de negação, Horn (1989) afirma:

Both views contain much insight and some truth, yet both are incomplete. While two distinct uses of sentential negation must indeed be admitted, the marked, non descriptive variety is not a truth-functional or semantic operator on propositions, but rather an instance of the phenomenon of METALINGUISTIC NEGATION – a device for objecting to a previous utterance on any grounds whatever, including the conventional or conversational implicata it potentially induces, its morphology, its style or register, or its phonetic realization. (p. 363)

Adotando o conceito de negação metalinguística proposto por Ducrot (1972),⁶² Horn (1985, 1989) considera, assim, que a negação é efetivamente ambígua. No entanto, defende que essa ambiguidade não pode ser equacionada como uma ambiguidade de ordem semântica, mas sim como "a built-in duality of use" (1989: 370), isto é, uma ambiguidade de ordem pragmática, dado que os dois tipos de negação não operam ao mesmo nível, como havia sido apontado por Ducrot e, já anteriormente, por Fillmore (1971) e Kiparsky & Kiparsky (1971).⁶³

De facto, como a própria designação indicia, a negação metalinguística constitui "a predication about the object language rather than a formal device within it" (Horn,

⁶¹ A negação descritiva tem sido analisada de dois modos essenciais: ou, à imagem do que defendem Frege e a maior parte dos lógicos, como a simples asserção de um conteúdo negativo (\neg (*neg p*)), ou como a aplicação do operador de negação a um conteúdo proposicional positivo (*NEG (p)*), tendo a negação, neste caso, um carácter inerentemente polémico, na medida em que, como defendem alguns linguistas, um locutor, ao produzir um enunciado negativo, terá sempre como ponto de referência o possível enunciado positivo que o mesmo permite negar. Os defensores desta última posição tendem, não raro, a assimilar todos os enunciados negativos à asserção da falsidade de um determinado conteúdo proposicional, sendo a negação, neste caso, parafraseável por *Não é verdade que (p)*.

⁶² Ainda que adotando o conceito de negação metalinguística de Ducrot (1972), Horn critica o facto de este ter um escopo demasiado estreito – os exemplos apresentados por Ducrot centram-se sobretudo na pressuposição semântica e nos predicados escalares – e, por esse motivo, afirma que o seu conceito de negação metalinguística corresponde a "[...] *an extended version* [sublinhado nosso] of what Ducrot (1972) aptly terms metalinguistic negation – a formally negative utterance which is used to object to a previous utterance on any grounds whatever [...]" (Horn, 1989: 374).

⁶³ Fillmore (1971: 381), de um modo particularmente elucidativo, classifica os enunciados contendo uma negação metalinguística de *semi-quotations*.

1989: 431) ou, nas palavras de Ducrot (1972: 38), "un énoncé sur un énoncé", não podendo, por conseguinte, ser considerada ao nível proposicional ou semântico, como acontece com o operador de negação descritiva:

Apparent sentence negation represents either a descriptive truth-functional operator, taking a proposition *p* into a proposition *not-p* (or a predicate *p* into a predicate *not-p*), or a metalinguistic operator which can be glossed "I object to U", where U is crucially a linguistic utterance or utterance type rather than an abstract proposition. (Horn, 1989: 377)

Todavia, tal como foi notado, entre outros, por Carston (1996), embora Horn (1989) afirme que um enunciado pode ser alvo de refutação "on any grounds whatever", a verdade é que, na exemplificação que se lhe segue, o seu valor de verdade nunca é referido como uma das razões que podem levar à sua refutação. Aliás, tal é claramente assumido por Horn que, num artigo publicado em 2002, afirma que "The target of 'classical' MN [metalinguistic negation] is what is not asserted: material that is not part of explicit content and/or not communicated" (p. 79).⁶⁴

Ora, não parece razoável afirmar que a falsidade da proposição associada a um determinado enunciado não possa ser uma das razões – porventura, até uma das mais pertinentes – para a sua refutação. Aliás, tal parece acontecer justamente nalguns exemplos apresentados por Horn:

(32) Negation is ambiguous not semantically but pragmatically.

(33) I saw not Chris but Pat.

(34) John was born not in Boston, but in Philadelphia.

(Horn, 1989: 437)

⁶⁴ Yoshimura (2002) partilha a posição de Horn, defendendo que, no escopo de uma refutação, estará "what is necessarily accompanied but not communicated unintentionally by the attributed utterance" (p. 129). Esta formulação parece, no entanto, pouco clara.

O facto de na base de uma refutação poder estar o conteúdo proposicional de um determinado enunciado foi utilizado como um argumento adicional para a defesa de que, ao contrário do que propõe Horn (1985, 1989), também no seu uso metalinguístico a negação é um operador verocondicional (van der Sandt, 1991; van der Sandt & Maier, 2003; Carston, 1996, 1998, 2002; Geurts, 1998).

No entanto, tendo em conta que os defensores desta posição não negam que na base da utilização de uma negação deste tipo possam estar aspetos de ordem mais formal, não diretamente relacionados com o que é dito ou implicado no enunciado alvo de refutação, esta posição parece muito difícil de sustentar.⁶⁵ Tal é evidenciado por Horn (1992) que, a propósito das propostas de van der Sandt (1991) e Carston (1996), afirma:

[...] any such attempt to propositionalize not only upper-bounding implicata but the stylistic, connotative, and mechanical aspects of utterances that fall within the scope of marked negation would seem self-defeating, representing a kind of category mistake: an "echoic use" is not the sort of beast to which a truth-functional operator applies.⁶⁶ (Horn, 1992: 172)

Concordando com estas observações e com o modo como, em termos gerais, a distinção entre a negação descritiva e a negação metalinguística é equacionada em Horn (1985, 1989), consideramos, no entanto, que a exclusão do conteúdo proposicional do conjunto de elementos que podem levar à refutação de um determinado enunciado é

⁶⁵ As dificuldades levantadas pela defesa de uma posição deste tipo estão bem patentes no modo como Geurts (1998) analisa um exemplo em que estão em causa questões de ordem fonética:

"Horn, presumably, would object to this [the existence of only one type of negation operator, which is truth-functional] on the grounds that a truth-functional operator could never apply, for example, to phonetic information. But there is really no deep mystery about this. Consider 30:

(30) A: Your wife reminds me of Frankentst[i^v]n.

B: She doesn't remind you of Frankentst[i^v]n: she reminds you of Frankentst[á^v]n.

The propositional content of A's utterance is that B's wife reminds him of Frankenstein, and his pronunciation of the monster's name doesn't enter into this. But by uttering his line in this particular way, A commits himself to the truth of at least one further proposition, to wit that the name is pronounced Frankentst[i^v]n. Therefore, this proposition is part of the information conveyed by A's utterance, and because B echoes this utterance it lands within the scope of an ordinary truth-functional, negation operator."(pp. 284-285).

⁶⁶ Carston (1996) defende que a característica principal da negação metalinguística é o facto de os elementos que podem estar no seu escopo serem "echoically used": "The correct generalization about the metalinguistic cases is that the material in the scope of the negation operator or some of it at least, is echoically used [...]. A representation is used echoically when it reports what someone else has said or thought and expresses an attitude to it." (p. 317).

difícilmente defensável. Todavia, e ao contrário do que defendem van der Sandt (1991; van der Sandt & Maier, 2003), Carston (1996) ou Geurts (1998), acreditamos que tal não implica que a negação presente em contextos deste tipo possa ser considerada um operador verocondicional, semelhante ao que ocorre no uso descritivo da negação. De facto, e este parece ser o aspeto central, mesmo em contextos deste tipo a negação continuará a ter no seu escopo um enunciado e não uma proposição, tendo por função a sua refutação e não a descrição de um evento ou estado de coisas.

2.1.3. Propriedades das construções com negação metalinguística

2.1.3.1. Tipo de negação

A distinta função discursiva da negação metalinguística e, em particular, o facto de não operar ao nível proposicional tem reflexos a vários níveis.

Como é sabido, na análise de enunciados negativos (descritivos) são geralmente considerados três tipos de negação: negação de frase, negação de constituinte e negação morfológica. Ora, por não operar ao nível proposicional e, em particular, por poder ter no seu escopo aspetos que podem não estar relacionados com o valor de verdade do enunciado alvo de refutação, a análise da negação metalinguística à luz destes conceitos afigura-se bastante problemática.⁶⁷

Em primeiro lugar, este tipo de negação coloca sérias dificuldades quando analisado à luz dos critérios geralmente apontados para a existência de uma negação de frase. De facto, se a negação presente num enunciado como *A Ana não gostou do filme* pode, aparentemente, ser considerada uma negação de frase, tal análise já se torna muito mais problemática se esta ocorrer numa sequência como a seguinte, em que o que está na base da refutação são aspetos fonéticos do enunciado alvo:

⁶⁷ Horn (1989), no quadro do que designa de *Extended Term Logic*, considera a existência dos três tipos de negação seguintes (estando os dois primeiros associados a usos descritivos da negação):

(i) *predicate denial* – que corresponderá, embora com as restrições associadas ao quadro teórico ao qual está associado, ao conceito de negação de frase estabelecido no quadro da lógica proposicional;

(ii) *predicate-term negation* – que engloba os conceitos de negação de constituinte e negação morfológica aplicados a termos predicativos;

(iii) *metalinguistic negation*.

Tendo em conta esta proposta, parece ser possível depreender que, para o autor, os conceitos à luz dos quais a negação descritiva pode ser analisada – nomeadamente, as noções de *predicate denial* e *predicate-term negation* – não podem ser aplicados à negação metalinguística.

(35) A: A Ana gost[ow] do filme.

B: A Ana não gost[ow] do filme. A Ana gost[o] do filme!

Na verdade, a análise da negação metalinguística à luz dos termos propostos para a negação de frase apenas é possível quando está em causa o conteúdo proposicional do enunciado alvo e, mesmo nesse contexto, esta análise nem sempre se revela adequada, dado que o facto de a negação metalinguística não operar ao nível proposicional torna o seu comportamento sintático incompatível com alguns dos critérios geralmente apontados para a presença de uma negação de frase, de que é exemplo a sua incompatibilidade com termos de polaridade positiva, que abordaremos no ponto seguinte.

Por outro lado, a negação metalinguística também nunca surge sob a forma de uma negação morfológica. Compare-se a aceitabilidade das intervenções de B e B' no exemplo seguinte:

(36) A: O treinador ficou feliz com o empate.

B: O treinador não ficou feliz! Ele até ficou bastante triste!

B': # O treinador ficou *infeliz*. Ele até ficou bastante triste!

Esta impossibilidade parece estar uma vez mais relacionada com o nível a que esta negação opera. De facto, como salienta Horn (1989: 393), a negação morfológica só parece aceitável quando opera ao mesmo nível do constituinte sobre o qual tem escopo, o que não se verifica nas construções em análise.

Por fim, e este é o aspeto que nos parece mais relevante, a negação que habitualmente se designa de constituinte (Costa & Costa, 2001; Matos, 2003a) parece ter tipicamente um valor metalinguístico e não descritivo. De facto, neste tipo de negação há não só um elemento claramente focalizado, tal como é característico das construções com negação metalinguística, mas também a presença obrigatória de uma continuação de valor retificativo que tem, para além disso, de pertencer à mesma frase em que a negação ocorre. Compare-se a aceitabilidade dos exemplos seguintes:

- (37) a. * O Pedro é não dinamarquês. O Pedro é finlandês.
b. O Pedro é não dinamarquês, mas finlandês.

Esta parece ser igualmente a posição de Gross (1977) a propósito das estruturas *non/non pas* em Francês, ou ainda a de Sánchez López (1999: 2566) que, a propósito da negação de constituinte em Espanhol, afirma que esta, permitindo focalizar o constituinte que está no escopo da negação, tem tipicamente um valor corretivo e não descritivo.

2.1.3.2. Relação com os termos de polaridade

Tal como nota Horn (1989), ao contrário do que se verifica com a negação descritiva, a negação metalinguística é compatível com termos de polaridade positiva. Compare-se a aceitabilidade das sequências seguintes:

- (38) a. O João bebeu *um pouco*.
b. A sopa está *um pouco* salgada.

- (39) a. ?? O João não bebeu *um pouco*.
b. ?? A sopa não está *um pouco* salgada.

- (40) a. A: O João bebeu *um pouco*.
B: O João não bebeu *um pouco*. O João bebeu *muito*!

- b. A: A sopa está *um pouco* salgada.
B: A sopa não está *um pouco* salgada. A sopa não tem *é quase sal nenhum*!

Como é sabido, os termos de polaridade positiva caracterizam-se precisamente por ocorrerem exclusivamente em contextos afirmativos.⁶⁸ Por essa razão, expressões como *um pouco* são aceitáveis em contextos afirmativos como os de (38), mas dificilmente aceitáveis em contextos negativos como os de (39), nos quais – acrescente-

⁶⁸ Sobre termos de polaridade positiva em PE, vejam-se, entre outros, Matos (2003b) e Peres (2013).

se – ocorra uma negação descritiva. Na presença de uma negação metalinguística que, como tem vindo a ser reiterado, não opera ao nível proposicional, expressões deste tipo são perfeitamente aceitáveis, tal como é ilustrado nas intervenções de B em (40).

2.1.3.3. Traços prosódicos

Outra das características distintivas dos enunciados em que ocorre uma negação metalinguística é a sua prosódia.

Tal como já haviam notado Jespersen (1971 [1924]) ou Liberman & Sag (1974) a propósito do Inglês, os enunciados que contêm uma negação deste tipo parecem apresentar tipicamente uma entoação contrastiva, sendo marcados, como aponta Ladd (1980), por uma curva entoacional de tipo *descendente-ascendente* que indicia a necessidade de uma continuação de valor retificativo, cuja presença, como salientam Jespersen (1971 [1924]) ou Horn (1989), constitui precisamente outra das características mais salientes deste tipo de enunciados.

Esta distinta realização prosódica das construções com negação metalinguística parece verificar-se igualmente em PE. Como demonstra Vigário (1997), as frases em que ocorre uma negação deste tipo são distintas, tanto ao nível das relações de proeminência como ao nível tonal, das frases com negação descritiva, apresentando uma curva entoacional que indicia a necessidade de uma continuação discursiva de valor retificativo.

2.1.4. Síntese

Como procurámos evidenciar, a negação metalinguística revela-se um conceito fundamental para a análise da refutação, dado que os enunciados contendo uma negação deste tipo constituem uma das suas realizações discursivas mais prototípicas na generalidade das línguas.

Da reflexão crítica em torno das principais propostas de análise deste conceito existentes até à data, parece-nos pertinente concluir que há efetivamente dois usos distintos do operador de negação que, no entanto, tal como salienta Horn (1989), não operam ao mesmo nível. De facto, os enunciados que contêm uma negação metalinguística têm no seu escopo um enunciado e não uma proposição, não operando,

assim, ao nível semântico, mas sim ao nível pragmático. Tal não significa, contudo, que este tipo de negação não possa ter na sua base aspetos verocondicionais do enunciado alvo, tal como procurámos igualmente salientar.

A função refutativa deste tipo de negação tem claros reflexos ao nível das construções em que ocorre, nas quais há tipicamente uma continuação discursiva de valor retificativo e uma focalização do elemento que é alvo de refutação, seja por processos de ordem prosódica ou de ordem sintática, como é o caso da chamada negação de constituinte. Pelo facto de não operar ao nível proposicional, este tipo de negação é ainda compatível com termos de polaridade positiva. Este conjunto de propriedades é partilhado pela generalidade das construções refutativas, quer estas se materializem ou não em enunciados negativos.

De seguida, debruçar-nos-emos sobre as principais propostas de análise da refutação existentes até à data, independentemente da sua realização discursiva.

2.2. Refutação: análise crítica de algumas propostas fundamentais

Grande parte dos trabalhos onde a refutação é referida têm por objeto o estudo da negação metalinguística e não esta relação propriamente dita. De facto, tanto quanto é do nosso conhecimento, não há muitos estudos onde a refutação seja analisada sob um ângulo mais abrangente. Na exposição que se segue, procedemos a uma abordagem crítica das quatro propostas que nos parecem assumir um lugar de destaque na literatura existente sobre esta relação discursiva.⁶⁹

2.2.1. Moeschler (1982)

Moeschler (1982), no estudo mais aprofundado sobre a refutação existente até à data, enquadra a sua análise no âmbito de uma discussão sobre atos ilocutórios, boa formação sequencial e análise conversacional.

Integrando no seu trabalho os contributos provenientes dos estudos sobre a negação – em particular, os trabalhos de Ducrot (1972, 1973) –, Moeschler salienta a

⁶⁹ No que ao PE diz respeito, há igualmente um número reduzido de trabalhos sobre este tema. De facto, tanto quanto sabemos, sobre a refutação apenas foram publicados os trabalhos de Figueiredo (1986), onde se retoma, com exemplos do PE, a proposta de Moeschler (1982), os trabalhos de Sousa (2006, 2011a, 2011b) e, mais recentemente, os trabalhos de Martins (2010), Pinto (2010, 2011) e Pereira (2011), sobre o papel dos marcadores *lá, cá, agora e nada* nos enunciados com negação metalinguística em PE.

estreita relação existente entre refutação e negação polêmica/metalinguística, que defende ser justamente um dos marcadores por excelência desta relação.

Tendo em conta os elementos que podem estar no seu escopo, o autor divide a refutação em três subtipos: retificação, refutação proposicional e refutação pressuposicional. Os exemplos seguintes ilustram, respetivamente, estas três classes:

(41) L'élection de Miterrand n'est pas probable, mais certaine.

(Moeschler, 1982: 93)

(42) Ce film n'est pas génial, puisqu'il n'a été primé nulle part.

(Moeschler, 1982: 96)

(43) Il n'a pas cessé de fumer, puisqu'il n'a jamais fumé. (Moeschler, 1982: 97)

O subtipo de refutação ilustrado em (41) englobará, segundo o autor, os enunciados negativos cujo foco é especificado numa continuação discursiva de valor retificativo; o subtipo proposicional ilustrado em (42) dirá respeito, por seu turno, aos enunciados negativos cujo foco não é especificado e que adquirem assim, segundo o autor, uma leitura "não específica", não tendo por função corrigir, mas recusar uma determinada asserção; finalmente, a refutação pressuposicional ilustrada em (43) partilhará a generalidade dos traços da refutação proposicional, mas o seu objetivo não será o de rejeitar o conteúdo proposicional de uma determinada asserção, mas sim a pressuposição a ela associada.

Integrando a análise da refutação no quadro do seu funcionamento em sequências conversacionais – enquanto ato reativo de desacordo e, simultaneamente, ato iniciativo que convoca, por sua vez, um ato reativo por parte do alocutário –, Moeschler defende que há uma correlação entre os subtipos de refutação mencionados acima e o grau de ameaça à face do alocutário: a refutação pressuposicional será o ato mais ameaçador, logo seguida da refutação proposicional e, finalmente, da retificação.

Embora a correlação estabelecida pareça ser de grande pertinência, a subdivisão proposta não parece, no entanto, ser a melhor, dado que os enunciados refutativos são, regra geral, tipicamente seguidos de uma continuação discursiva de valor retificativo,

onde o locutor apresenta o elemento considerado mais adequado para substituir o elemento alvo de refutação.⁷⁰ Esta característica é, aliás, comprovada pelas características prosódicas deste tipo de enunciados, que, tal como foi notado anteriormente, parecem evidenciar precisamente a necessidade de uma continuação deste tipo.

Procurando descrever as consequências discursivas da refutação, Moeschler defende que a sua propriedade central é o facto de esta dar origem a um "curto-circuito" da dinâmica conversacional, na medida em que a sua ocorrência equivale a uma recusa, por parte do locutor que a produz, de aumentar o quadro de conhecimentos e/ou crenças partilhadas com o seu interlocutor. A consideração de que a característica central da refutação é o facto de esta levar a uma revisão e não a um aumento do chamado *common ground* é recorrente na generalidade dos estudos que se têm debruçado sobre esta temática. Esta questão será retomada ao longo da nossa exposição.

2.2.2. van der Sandt (1991; van der Sandt & Maier, 2003)

Van der Sandt (1991; van der Sandt & Maier, 2003) defende igualmente que a propriedade fundamental da refutação é o facto de esta efetuar uma correção de natureza não-monotónica no *common ground*,⁷¹ isto é, permitir rejeitar e remover informação nele previamente introduzida.⁷²

Ao contrário do que é defendido em Geurts (1998), cuja proposta será analisada mais adiante, van der Sandt considera que, independentemente dos elementos que podem estar no seu escopo, todos os tipos de refutação devem ter um tratamento

⁷⁰ É certo que nem sempre tal continuação estará presente, seja por opção do locutor, seja pela impossibilidade de oferecer uma alternativa ao enunciado alvo de refutação, ou ainda pelo tipo de elementos que estão na base da refutação:

(i) The king of France isn't bald, (because) there is no king of France. (Horn, 1989: 362)

Nesta sequência, adaptada por Horn a partir do famoso exemplo de Russell (1905), é justamente o facto de a refutação ter por base a não verificação do conteúdo pressuposicional associado ao sintagma nominal sujeito do enunciado alvo de refutação que invalida a possibilidade de ocorrência de uma continuação discursiva deste tipo. Para uma discussão mais aprofundada da relação entre refutação e retificação, veja-se 2.4.

⁷¹ Ao contrário da chamada lógica clássica ou standard, a lógica não-monotónica permite capturar e representar as inferências que têm lugar durante o processo de interpretação discursiva e que podem ser canceladas no seu decorrer.

⁷² Em van der Sandt (1991) considera-se que é todo o enunciado alvo de refutação que é removido do contexto discursivo. Em van der Sandt & Maier (2003), fazendo eco das críticas que haviam sido feitas à proposta anterior (cf., entre outros, Geurts (1998)), considera-se que é apenas o constituinte alvo de refutação que é removido.

uniforme, dado que todos eles permitem, em última análise, remover informação do *common ground*. Este aspeto da proposta em análise está diretamente relacionado com o conceito de *informação* que é adotado no quadro da *LDRT* (*Layered Discourse Representation Theory*), e que inclui aspetos de natureza formal na representação semântica dos enunciados.⁷³

Igualmente ao contrário do que é proposto na generalidade da literatura, van der Sandt considera que o estudo da refutação não deve ser associado ao estudo da negação, dado que, no seu entender, estes são dois conceitos completamente independentes. De facto, como salienta o autor, dependendo da polaridade do enunciado que é alvo de refutação, a refutação tanto pode ser realizada por meio de um enunciado negativo como por meio de um enunciado afirmativo.

Tendo em conta que, tanto quanto é sabido, não há nenhuma língua que possua dois operadores distintos para a marcação da negação descritiva e da negação metalinguística, e considerando que, no quadro da *LDRT*, aspetos de natureza formal podem ser integrados na representação semântica dos enunciados, van der Sandt considera que não há nenhuma razão que fundamente a distinção entre a negação descritiva e negação metalinguística.

Embora não partilhando o conceito de informação adotado na proposta em análise – em particular, por nos parecer pouco defensável que, na representação semântica de um enunciado possam ser incluídos aspetos como, por exemplo, a sua realização fonética – e considerando igualmente que, pelas razões já apresentadas, os usos descritivo e metalinguístico da negação se distinguem a vários níveis, consideramos que o modo como, no essencial, a função da refutação e os seus diferentes modos de realização discursiva – nomeadamente, o facto de esta não ser exclusivamente realizada por meio de enunciados negativos – são dois pontos importantes que a proposta em análise permite evidenciar.

⁷³ Geurts (1998), embora defendendo um tratamento não uniforme dos vários tipos de refutação, considera igualmente que aspetos de ordem formal, não diretamente relacionados com o que é dito ou implicado num determinado enunciado, podem ter uma representação semântica, fazendo parte, em sentido lato, da informação veiculada num determinado enunciado.

2.2.3. Geurts (1998)

Geurts (1998), tal como a generalidade dos autores que se têm debruçado sobre esta temática, considera que a função da refutação é a de rejeitar e remover informação previamente introduzida, explícita ou implicitamente, no *common ground*.⁷⁴

Adotando o quadro da *LDRT*, o autor considera que a informação veiculada por um determinado enunciado inclui não só o que nele é dito ou implicado, mas também elementos de ordem formal, como sejam a sua realização sintática, morfológica ou fonética.⁷⁵ Neste quadro, Geurts considera igualmente que não há nenhuma razão que justifique uma distinção entre os usos descritivo e metalinguístico da negação, defendendo que esta é, invariavelmente, um operador verocondicional.⁷⁶

Ao contrário do que é proposto em van der Sandt (1991), Geurts considera, no entanto, que a refutação não pode ter um tratamento uniforme, dada a diversidade de elementos que podem estar no seu escopo. O autor defende, assim, que esta pode ser dividida em quatro tipos fundamentais: refutação proposicional, refutação pressuposicional, refutação de implicaturas e refutação de aspetos formais.

Para além de ter em conta os diferentes elementos que podem estar no seu escopo, a distinção entre estes quatro tipos de refutação baseia-se no facto de a negação neles presente ter ou não, nos termos de Geurts, um valor contrastivo, isto é, ter no seu escopo um constituinte que é passível de ser substituído por outro num segmento retificativo. Tendo em conta este último aspeto, Geurts defende que as refutações proposicional e pressuposicional se distinguem das refutações de implicaturas e de aspetos formais pela facto de a sua ocorrência levar tipicamente à rejeição completa do enunciado alvo de refutação e não à mera rejeição – e subsequente substituição ou correção – de um dos seus constituintes, como acontece com as refutações de implicaturas e de aspetos formais.⁷⁷

Embora não concordando com o modo como Geurts, à imagem de van der Sandt (1991), define a *informação* veiculada por um determinado enunciado, dado que, como

⁷⁴ Ao contrário de van der Sandt (1991), que considera que o enunciado alvo de refutação terá de se encontrar explícito na superfície textual, Geurts (1998) defende que, no escopo da refutação, pode estar o que designa de *virtual utterance*, isto é, um enunciado meramente implícito ou plausível num determinado contexto discursivo.

⁷⁵ A este propósito, veja-se Geurts & Maier (2003).

⁷⁶ A este propósito, veja-se a passagem de Geurts (1998) transcrita anteriormente (cf. nota 65).

⁷⁷ Geurts considera ainda que apenas a refutação de aspetos formais pode ser considerada metalinguística, na medida em que é a única que se refere a um "objeto linguístico".

referimos anteriormente, em ambas as propostas se defende que nela devem ser incluídos aspetos de ordem formal que farão, assim, parte da sua representação semântica, e considerando igualmente que, tal como daí decorre, a negação presente nas construções em análise não pode ser considerada um operador verocondicional, consideramos que a análise detalhada de alguns dos aspetos que distinguem os vários tipos de refutação existentes levada a cabo na proposta em análise é um contributo relevante para o estudo da refutação. A este nível, é de referir, todavia, que nem sempre a refutação proposicional acarreta a rejeição completa do enunciado alvo, dado que, frequentemente, mesmo quando está em causa o valor de verdade deste último, são apenas parcelas do seu conteúdo proposicional que são rejeitadas e não a sua totalidade. Mais adiante, apresentaremos uma proposta alternativa de classificação dos vários tipos de refutação existentes.

2.2.4. Asher & Lascarides (2003)

Asher & Lascarides (2003), no capítulo "Correction: the analysis of one divergent relation" (pp. 343-373), debruçam-se igualmente sobre a relação de refutação – aí denominada de *correção* –, integrando-a num grupo de relações que se caracteriza precisamente por assinalar a existência de um desacordo entre interlocutores: "Divergent discourse relations connect constituents with incompatible contents and negate or render dubious the contents of one of them" (p. 344).⁷⁸

Procurando descrever o modo como esta relação é computada pelos falantes, Asher & Lascarides destacam o papel desempenhado pela focalização do elemento alvo de refutação que, aliado ao característico paralelismo existente entre o modo como a informação é apresentada no enunciado refutativo e no enunciado alvo de refutação, permite evidenciar a incompatibilidade entre ambos e, deste modo, conduzir à identificação da relação em análise:

⁷⁸ A este grupo pertencerá ainda uma relação como a de *contra-evidência*, ilustrada numa sequência como a seguinte:

(i) A: Smith shot the guard at the bank.

B: He has witnesses that say he was out of town at the time of the robbery. (Asher & Lascarides, 2003: 344)

Neste caso, B não refuta explicitamente a asserção de A, mas apresenta elementos que apontam para a possibilidade de esta não ser verdadeira. Esta diferença entre as relações de correção e de contra-evidência é sintetizada desta forma na proposta em análise: "*Correction* (α , β) monotonically entails that K_α isn't true while *Counterevidence* (α , β) lacks this strict entailment. Instead, K_β offers information that defeasibly entails K_α is false, or less believable." (Asher & Lascarides, 2003: 345).

Meaning Postulate (MP) on Correction:

Correction (α , β) only if

1. K_β is inconsistent with K_α
2. there is a bijection ζ from the focus background structure of K_β onto the logical forms of subclausal constituents of K_α , such that:

$K_\alpha \sim \text{Apply}[\zeta(\text{Focus}(K_\beta)), \text{Bg}(K_\beta)]$; and

$\text{Apply}[\zeta(\text{Focus}(K_\beta)), \text{Bg}(K_\beta)] \sim K_\alpha$ (Asher & Lascarides, 2003: 351)

Será justamente pela presença de tal incompatibilidade que esta relação acarretará um processo de revisão e não um simples processo de atualização discursiva:⁷⁹

First and foremost, *Correction* (α , β) implies that K_β and K_α must be inconsistent (note that K_α could represent presupposed content [...]). Furthermore, *Correction* (α , β) entails K_β and $\neg K_\alpha$. So *Correction* is right-veridical but not left-veridical.

(Asher & Lascarides, 2003: 347)

Pese embora a validade de muitas das considerações tecidas na obra em análise, a verdade é que o facto de nela se ignorarem a generalidade dos trabalhos existentes quer sobre refutação, quer sobre negação (metalinguística), leva a que a mesma tenha várias limitações.

De facto, em muitas sequências deste tipo não existe uma incompatibilidade, no sentido lógico-semântico do termo, entre o enunciado refutativo e o enunciado alvo de refutação. Recorde-se a passagem de Grice já citada anteriormente:

If you say "X or Y will be elected", I may reply "That's not so: X or Y or Z will be elected". Here... I am rejecting "X or Y will be elected" not as false but as unassertable. (Grice, 1967: *lecture 5*, p. 9, *apud* Horn, 1989: 377-378)

Neste exemplo, Grice demonstra precisamente que um enunciado pode ser refutado não por não ser verdadeiro, mas apenas por não ser "asserível" num

⁷⁹ O processo de atualização discursiva, que é um conceito central nas *Teorias Semânticas Dinâmicas* (Kamp, 1981; Kamp & Reyle, 1993; Groenendijk & Stokhof, 1991) – diz respeito, *grosso modo*, à forma como cada contribuição discursiva aumenta o quadro de referências comum aos intervenientes numa determinada interação discursiva.

determinado contexto, não havendo necessariamente, entre enunciado refutativo e enunciado alvo de refutação, uma incompatibilidade lógico-semântica.

Saliente-se que tal não significa que entre ambos os enunciados não haja, em sentido lato, uma incompatibilidade – de facto, a própria designação *refutação* para tal aponta –, mas apenas que tal incompatibilidade não se restringe ao domínio lógico-semântico, podendo estar relacionada com todos os aspetos que têm de estar reunidos para que um falante considere um determinado enunciado aceitável num dado contexto de enunciação.

Por essa razão, o processo de revisão discursiva descrito em Asher & Lascarides (2003) e, já anteriormente, ainda que num quadro teórico distinto, em Moeschler (1982) apenas é pertinente nos casos em que está em causa, em sentido lato, o significado do enunciado alvo de refutação.

2.2.5. Síntese

Na literatura, é recorrente a consideração de que a refutação se caracteriza por levar à remoção de informação do chamado *common ground* ou, nos termos de Asher & Lascarides (2003), de conduzir a um processo de revisão e não de atualização discursiva.

No entanto, por razões de vária ordem, esta definição não nos parece ser suficientemente abrangente para dar conta dos vários tipos de refutação existentes. Em primeiro lugar, não consideramos que questões de ordem formal, como sejam a realização fonética ou morfossintática de um determinado enunciado, possam ser consideradas parte da informação nele veiculada, fazendo parte da sua representação semântica formal. Em segundo lugar, mesmo quando estão em causa aspetos atinentes, numa aceção mais conservadora do termo, à informação veiculada num determinado enunciado, isto é, ao que nele é dito ou implicado, nem sempre a refutação conduz efetivamente a um processo de revisão discursiva, dado que tal depende da sua aceitação por parte do locutor cujo enunciado é alvo de refutação.

No que diz respeito à existência, proposta em Asher & Lascarides (2003), de uma incompatibilidade lógico-semântica entre enunciado refutativo e enunciado alvo de refutação, parece-nos igualmente que, dada a heterogeneidade de elementos que podem estar na base de uma refutação, este critério também não é suficientemente abrangente

para se constituir como uma condição necessária para a identificação de um enunciado refutativo.

No ponto que se segue, debruçar-nos-emos sobre o tipo de elementos que podem estar na base de uma refutação.

2.3. Escopo da refutação

2.3.1. Refutação e condições de aceitabilidade

Tal como é defendido nas propostas de Ducrot (1972, 1973) e Horn (1985, 1989) a propósito do uso metalinguístico do operador de negação, o que está no escopo de um enunciado refutativo – realizado ou não por meio de um enunciado negativo – é, antes de mais, o enunciado (real ou possível) que o mesmo permite refutar.⁸⁰ Todavia, tal como foi salientado, na base dessa refutação encontram-se tipicamente determinados aspetos associados não à totalidade desse enunciado, mas a determinados constituintes específicos, que levam a que o mesmo não satisfaça, do ponto de vista do locutor que o refuta, determinadas *condições de aceitabilidade*.⁸¹

Tal não implica, contudo, que um enunciado não possa ser globalmente refutado:

(44) The king of France isn't bald, (because) there is no king of France.

(Horn, 1989: 362)

(45) A: O Pedro telefonou à Maria.

B: O Pedro não telefonou à Maria. Foi diretamente a casa dela!

Nestes exemplos, ao serem refutadas, respetivamente, a pressuposição existencial associada ao sintagma nominal com a função de sujeito (cf. (44)) ou o núcleo do

⁸⁰ O termo *escopo* é aqui utilizado em sentido lato e não na aceção em que é tipicamente utilizado nos domínios da Sintaxe ou da Semântica. Genericamente, afirmamos que, se um enunciado ou um determinado constituinte é alvo de refutação, então esse mesmo enunciado ou constituinte está sob o seu escopo.

⁸¹ A opção pelo termo *aceitabilidade* em detrimento de um termo como "*asseribilidade*" deve-se essencialmente ao facto de no escopo da refutação poderem estar enunciados de tipo não assertivo. Para além disso, o termo "*asseribilidade*" parece estar associado mais diretamente ao que é dito ou implicado num determinado enunciado, não parecendo poder englobar facilmente questões de ordem mais formal como as que têm vindo a ser ilustradas. Será, aliás, por essa razão que, embora adotando este termo na descrição da negação metalinguística, Horn (1989) lhe acrescenta a especificação "*felicetously assertable*".

predicado (cf. (45)), o enunciado alvo de refutação é, de facto, invalidado na sua totalidade. Essa será provavelmente uma das razões que leva Moeschler (1982) a afirmar que enunciados refutativos deste tipo são aqueles cujo grau de ameaça à face do alocutário é mais elevado.

Aliás, será justamente pelo facto de o enunciado alvo de refutação ser invalidado na sua totalidade que, neste tipo de sequências, não é possível uma continuação discursiva de valor retificativo: em (44), o segmento textual que se segue ao segmento refutativo propriamente dito tem um valor justificativo e não retificativo, tal como a possibilidade de ser introduzido por um conector como *because* permite evidenciar; em (45), embora se possa considerar que tal continuação tem um valor retificativo, a verdade é que a mesma, justamente por se constituir ela própria como um novo enunciado – que se pretende substituto daquele que é alvo de refutação –, não pode ocorrer sob a forma de uma construção coordenada, tal como aconteceria se, por exemplo, na base da refutação estivesse um constituinte como *a Maria*. Comparem-se as intervenções de B em (46) e (47):

(46) A: O Pedro telefonou à Maria.

B: # O Pedro não *telefonou* à Maria, mas foi diretamente a casa dela.

(47) A: O Pedro telefonou à Maria.

B: O Pedro não telefonou à *Maria*, mas à Ana.

Uma intervenção como a de B em (46), ainda que não agramatical, não terá uma leitura refutativa, mas sim uma leitura concessiva, sendo pouco aceitável após uma intervenção como a de A; uma intervenção como a de B em (47), pelo contrário, será perfeitamente aceitável após a mesma intervenção, tendo uma leitura refutativa e não concessiva.

Tal como tem vindo a ser reiterado, as condições de aceitabilidade de um determinado enunciado, associadas tipicamente ao que nele é dito ou implicado, poderão englobar igualmente aspetos de ordem mais formal, tais como a sua realização sintática, morfológica ou fonética ou ainda questões ligadas à seleção lexical, registo, dialeto ou ponto de vista adotados pelo locutor. Vejam-se as sequências seguintes:

(48) A: * O aluno *que* o pai veio cá ontem voltou a faltar?

B: O aluno *cujo* pai veio cá ontem...

(49) A: * E foi esse deputado que *interviu*?

B: Não é: *interviu*! É: *interveio*.

(50) (Esker too ah coo-pay luh vee-and?)

Non, je n'ai pas 'coo-pay luh vee-and' – j'ai coupé la viande.

(Horn, 1989: 371)

(51) A: * A *aderência* a este projeto foi satisfatória.

B: Não foi *a aderência*! Foi *a adesão*.

(52) A: Queres *um cimbalino*?

B: Não quero *um cimbalino*. Quero um *café*.

(53) Para mim, o copo nunca está *meio vazio*. Está sempre *meio cheio*!

Em (48), rejeita-se a incorreção sintática originada pela seleção do pronome relativo *que* num contexto em que o pronome adequado seria *cujo*; em (49), rejeita-se a incorreta formação do verbo *intervir* no Pretérito Perfeito Simples do Indicativo; em (50), para além da errónea atribuição do género masculino a *viande*, o que se refuta é "the woeful English accent" (Horn, 1989: 371) com que a frase em Francês é pronunciada; em (51), rejeita-se a incorreta seleção lexical de A, que utiliza o termo *aderência* num contexto em que o termo adequado seria *adesão*; em (52), o que se rejeita é a palavra *cimbalino*, associada a um determinado dialeto da língua portuguesa, substituindo-a pela palavra *café*, considerada mais padronizada; finalmente, em (53), o locutor, possivelmente por se considerar otimista, opta por rejeitar uma asserção como *O copo está meio vazio*, optando por descrevê-lo como *meio cheio*.

Pese embora a heterogeneidade de elementos que podem estar na base de uma refutação, a verdade é que nem todos os aspetos associados a um determinado enunciado parecem legitimar a sua ocorrência. Vejam-se as sequências seguintes:

(54) A: O Pedro está a mentir.

B: Mas quem és tu para dizer isso?

(55) A: Disseste que me ias contar o que aconteceu.

B: Mas a que propósito vem isso agora?

O facto de se questionar, tal como em (54), a autoridade de um locutor para fazer uma determinada afirmação ou, tal como em (55), a pertinência de um determinado enunciado, não parece corresponder à sua refutação, tal com (56) e (57) parecem evidenciar:

(56) A: O Pedro está a mentir.

B: # O Pedro não está a mentir! Mas quem és tu para dizer isso?

(57) A: Disseste que me ias contar o que aconteceu.

B: # Eu não disse que te ia contar o que aconteceu. Mas a que propósito vem isso agora?

Na verdade, tal como procuraremos evidenciar de seguida a propósito da relação entre refutação e implicaturas, apenas aspetos de ordem metalinguística parecem poder estar no escopo de um enunciado refutativo.

2.3.1.1. Refutação e implicaturas

Os trabalhos que, na senda da proposta griceana (Grice, 1975 [1967]), se têm debruçado sobre o tema das implicaturas conversacionais partem, regra geral, da distinção básica entre implicaturas conversacionais generalizadas e implicaturas conversacionais particulares e, embora não negando a importância destas últimas, debruçam-se essencialmente sobre as primeiras, procurando, regra geral, oferecer uma nova sistematização, tendencialmente mais reduzida, dos princípios que estão na sua

origem. Entre esses estudos destacam-se os trabalhos de Horn (1984, 1996, 2004) e de Levinson (1983, 2000), cuja proposta é aqui adotada.⁸²

Levinson (2000) defende que a importância das implicaturas conversacionais generalizadas reside no facto de as mesmas se constituírem como *default inferences*, isto é, como interpretações normais/preferenciais de determinadas expressões ou estruturas linguísticas que, embora canceláveis,⁸³ não estão dependentes, como as implicaturas conversacionais particulares, de determinados contextos de enunciação.

Partindo das duas submáximas da Quantidade e da primeira e quarta submáximas de Modo propostas por Grice (1975 [1967]), Levinson estabelece três princípios ou heurísticas responsáveis, respetivamente, pela geração de três tipos distintos de implicaturas.

O primeiro desses princípios, parafraseável por "What isn't said, isn't" (Levinson, 2000: 35), é designado de Princípio-Q. Baseado na primeira submáxima da Quantidade de Grice, este princípio dá origem a implicaturas baseadas na assunção, partilhada pelos interlocutores, de que, devendo o locutor fornecer ao alocutário toda a informação relevante sobre uma determinada situação ou estado de coisas, se o mesmo, perante um determinado leque de expressões, tipicamente ordenadas numa escala, optou por uma menos forte ou menos informativa, tal significa que este sabe que a expressão mais forte não se verifica (Gazdar, 1979) ou, pelo menos, que este desconhece se a expressão em questão se verifica ou não (Horn, 2004). Veja-se o exemplo seguinte, onde ocorre o que Levinson designa de Q-implicatura escalar:

(58) Hoje faltaram *alguns* alunos.

(Q+> Nem todos os alunos faltaram hoje.)⁸⁴

Estas implicaturas surgem geralmente associadas a expressões ordenadas em escalas lógico-semânticas ou, como também são designadas, *Horn-scales*, definidas por

⁸² Pese embora algumas diferenças, as propostas de Horn (2004) e de Levinson (2000) são, no geral, largamente convergentes. No entanto, dado que o estudo de Levinson (2000) nos parece não só mais adequado, mas também mais produtivo para a análise da interação entre a refutação e este tipo de implicaturas, optámos por basear nele a nossa exposição, estabelecendo, sempre que tal se revelou pertinente, paralelismos com a proposta de Horn.

⁸³ Recorde-se que, na sua aceção clássica (Grice, 1975 [1967]), as implicaturas conversacionais se distinguem das implicaturas convencionais pelo facto de serem canceláveis – seja através do contexto ou de uma determinada continuação discursiva –, mas não anuláveis.

⁸⁴ A notação Q+> significa "o enunciado anterior Q-implica".

uma relação de implicação unilateral em que o termo mais forte implica o termo mais fraco na escala.⁸⁵ Assim, em (58), se imaginarmos uma escala como <todos, a maior parte, muitos, alguns>, em que o termo mais à esquerda será o mais forte e o termo mais à direita o mais fraco, a opção, por parte do locutor, pelo termo *alguns* dá origem, por implicatura conversacional generalizada, à negação do termo mais forte *todos*.

As Q-implicaturas podem ainda decorrer do uso de expressões que, embora não podendo ser ordenadas em escalas, se distinguem pelo facto de implicarem ou não, no sentido lógico-semântico do termo, a verdade das proposições que lhes servem de complemento. Neste caso, estamos perante o que Levinson, partindo da proposta de Gazdar (1979), designa de Q-implicaturas oracionais:

(59) O Pedro *crê* que a situação do país vai melhorar nos próximos anos.

(Q+> É possível que a situação do país melhore nos próximos anos, mas também é possível que a situação do país não melhore nos próximos anos.)

Neste exemplo, a opção do locutor pela utilização de um verbo como *crer*, em detrimento, por exemplo, de um verbo como *saber*, que comprometeria o locutor com a verdade da proposição que lhe serviria de complemento, conduz à Q-implicatura de que não é certo, mas apenas possível ou provável que a referida situação vá melhorar.

O segundo dos princípios mencionados na proposta em análise, parafraseável por "What is expressed simply is stereotypically exemplified" (Levinson, 2000: 37), baseia-se na segunda submáxima da Quantidade de Grice e é designado de Princípio-I.⁸⁶

O mecanismo inferencial subjacente a este princípio é substancialmente diferente do anterior: tendo em conta o Princípio da Economia Linguística e, em particular, a segunda submáxima da Quantidade de Grice, o locutor, perante situações não marcadas, procura despender o menor esforço linguístico possível, utilizando formas/expressões breves e simples, que são, por seu turno, interpretadas pelo alocutário como descrevendo situações estereotípicas. Este princípio, balizado pelo conhecimento do

⁸⁵ Algumas das expressões que dão origem a Q-implicaturas escalares são, para além de quantificadores como o que está presente em (58), numerais cardinais, conectores como <*e, ou*>, determinantes como <*artigo definido, artigo indefinido*>, expressões modais como <*necessariamente, possivelmente*>, advérbios de frequência como <*sempre, frequentemente, às vezes*> ou adjetivos escalares como <*quente, morno*>.

⁸⁶ Esta designação evoca o Princípio da Informatividade, formulado em Atlas & Levinson (1981).

mundo partilhado pelos falantes, é não só responsável pelo "enriquecimento" temporal, causal e referencial de enunciados que não apontam explicitamente para essas relações, mas também, de um modo geral, pela atribuição de leituras estereotípicas a determinadas entidades, eventos ou situações. Vejam-se os exemplos seguintes:

(60) O João fechou a porta *e* saiu.

(I+> O João fechou a porta e, depois, saiu.)⁸⁷

(61) O médico proibiu-o de *beber*.

(I+> O médico proibiu-o de ingerir bebidas alcoólicas.)

Em (60), ainda que o locutor não refira explicitamente que o ato de fechar a porta é posterior ao ato de sair, o alocutário é levado a proceder a essa inferência, tendo em conta não só a ordem pela qual os dois eventos são apresentados, mas também a presença do conector *e* que, para além do valor aditivo que lhe é inerente, implica aqui uma ordenação temporal.

Em (61), a implicatura de que a referida proibição diz apenas respeito a bebidas alcoólicas está relacionada com a interpretação estereotípica associada à utilização do lexema *beber*, particularmente quando este surge associado à noção de proibição, e que parece corresponder à parte mais prototípica da extensão do lexema em questão.

O terceiro princípio proposto por Levinson, parafraseável por "What's said in an abnormal way isn't normal" (Levinson, 2000: 38), é designado de Princípio-M e baseia-se na primeira e quarta submáximas de Modo de Grice.

O mecanismo inferencial subjacente a este princípio é precisamente o inverso do analisado anteriormente: se, tendo em conta o Princípio da Economia Linguística, o locutor tende a minimizar o esforço de produção, a sua opção por expressões/estruturas marcadas ou mais complexas indica geralmente que as situações ou eventos descritos são igualmente marcados, ou, noutros termos, não estereotípicos. Veja-se o exemplo seguinte:

⁸⁷ A notação I+> significa "o enunciado anterior I-implica".

(62) O médico proibiu-o de *ingerir líquidos*.

(M+> O médico proibiu-o de ingerir todo o tipo de líquidos.)⁸⁸

Neste exemplo, a opção do locutor pela expressão *ingerir líquidos*, mais marcada e menos económica do que *beber*, conduz à inferência de que a referida proibição abrange todo o tipo de líquidos.

O contraste existente entre (61) e (62) é particularmente ilustrativo do tipo de relação que se estabelece entre o Princípio-I e o Princípio-M. Partindo de um determinado conceito *A*, que, nos exemplos anteriores, poderia corresponder a *proibição de beber*, dividido em dois subconjuntos, *A'* (a sua extensão mais prototípica) e *A''* (a sua extensão menos prototípica), a relação entre os dois princípios em análise pode ser equacionada do seguinte modo: a utilização de formas/expressões não marcadas apontará, graças ao Princípio-I, para a extensão mais prototípica de *A*, isto é, para *A'*, enquanto a utilização de formas/expressões marcadas apontará, graças ao Princípio-M, para a extensão menos prototípica de *A*, isto é, para *A''*.

Embora funcionando como um mecanismo complementar ao do Princípio-I, apenas o Princípio-M, a par do Princípio-Q, possui as duas características seguintes:

- (i) apresenta um funcionamento metalinguístico: quer as Q-implicaturas, quer as M-implicaturas têm origem na expressão ou estrutura alternativas pelas quais o locutor poderia ter optado;
- (ii) apresenta um funcionamento negativo: as Q-implicaturas apontam para a não aplicação de uma expressão mais forte ou mais informativa, enquanto as M-implicaturas apontam para a não verificação de uma situação normal ou estereotípica.

Estas duas características parecem estar intimamente relacionadas com o modo como os três tipos de implicaturas se relacionam com a refutação. De facto, apenas as Q- e M-implicaturas parecem poder estar na base de um enunciado refutativo:

⁸⁸ A notação M+> significa "o enunciado anterior M-implica".

(64) Q-implicaturas

a. A: Hoje faltaram *alguns* alunos.

B: Hoje não faltaram *alguns* alunos. Faltaram os alunos *todos*.

b. A: O Pedro *acredita* que a situação do país vai melhorar nos próximos anos.

B: O Pedro não *acredita*. O Pedro *tem a certeza*.

(65) M-implicaturas

A: O médico proibiu-o de *ingerir líquidos*.

B: O médico não o proibiu de *ingerir líquidos*. O médico proibiu-o de *beber bebidas alcoólicas*.

(66) I-implicaturas

a. O João *fechou a porta e saiu*.

B: O João não *fechou a porta e saiu*. O João *saiu e fechou a porta*.

b. A: O médico proibiu-o de *beber*.

B: #/?? O médico não o proibiu de *beber*. O médico proibiu-o de *beber refrigerantes*.⁸⁹

Tal como se evidencia em (64) e (65), tanto as Q-implicaturas como as M-implicaturas podem estar na base da refutação do enunciado que lhes deu origem. No entanto, tal como é referido em vários estudos sobre este tema (Horn, 1984,1989; Koenig & Benndorf, 1998; Levinson, 2000; Schwenter, 2002) e como a distinta aceitabilidade das intervenções de B em (66-a) e (66-b) parece evidenciar, nem todas as I-implicaturas podem estar na base de uma refutação deste tipo. Tal como nota Horn

⁸⁹ É de salientar que, na qualidade de implicatura conversacional, a I-implicatura associada a *beber* poderia, obviamente, ser cancelada, quer num contexto em que locutor e alocutário soubessem que não se tratava, por exemplo, de bebidas alcoólicas, mas de refrigerantes (cf. (i)), ou ainda cancelada pelo alocutário através da sua explicitação num novo enunciado (cf. (ii)):

(i) A: O médico proibiu-o de beber *refrigerantes*.

(ii) A: O médico proibiu-o de *beber*.

B: O médico não o proibiu de beber *bebidas alcoólicas*. O médico proibiu-o de beber *refrigerantes*.

(1989), apenas as I-implicaturas já convencionalizadas parecem poder ser alvo de refutação.⁹⁰

A este propósito, veja-se ainda a sequência seguinte, onde a leitura recíproca associada a um predicado como *estar apaixonado* parece já estar igualmente convencionalizada e, nesse sentido, legitimar uma refutação deste tipo:

(67) A: O Pedro e a Ana *estão apaixonados*.

(I+> O Pedro e a Ana estão apaixonados um pelo outro.)

B: O Pedro e a Ana *não estão apaixonados*: o Pedro está apaixonado *pela Maria* e a Ana *pelo João*!

Em jeito de síntese, apresentamos o quadro em que Levinson (2000) sistematiza as principais propriedades dos três tipos de implicaturas em análise:

Diagnostics for the three types of GCI⁹¹

Corresponding terminologies

Present book	Q	M	I
Gricean maxims	Q1	M1&M4	Q2
Horn's (1984) terms	Q	Q	R

Properties of each type

Negative inference	yes	yes	no
Metalinguistic basis	yes	yes	no

Contrast between

semantically strong/weak	yes	no	N/A ⁹²
synonymous surface forms	no	yes	N/A

Within the scope of metalinguistic

negation	yes	yes	no
Inference to stereotypes	no	no	yes

(Levinson, 2000: 41, *abreviado*)

⁹⁰ Embora defendendo a existência de apenas dois grandes princípios geradores de implicaturas – o Princípio-Q, largamente equivalente ao conjunto formado pelos Princípio-Q e Princípio-M de Levinson, e o Princípio-R, equivalente, por seu turno, ao Princípio-I –, Horn defende igualmente que apenas o primeiro tipo de implicaturas é passível de refutação.

⁹¹ A notação *GCI* significa "Generalized Conversational Implicature".

⁹² A notação *N/A* significa "não aplicável".

No que toca à relação entre refutação e implicaturas conversacionais particulares, a generalidade dos exemplos parece demonstrar que estas também não podem estar na base de uma refutação deste tipo:

(68) *A e B estão num pronto-a-vestir.*

A: Achas esta camisola bonita?

B: É *barata*.

(Implicatura conversacional particular: A camisola não é bonita/A camisola é feia.)

A': # A camisola não é *barata*, é *bonita*!⁹³

Este comportamento parece justificar-se pelo facto de as implicaturas conversacionais particulares, à imagem das I-implicaturas, não serem inferências de ordem "metalinguística", isto é, não terem a sua origem na escolha, por parte do locutor, de uma determinada expressão em detrimento de outras que, embora pertencendo ao mesmo paradigma, fossem mais informativas ou menos marcadas, mas sim no conhecimento do mundo partilhado pelos falantes e, em particular, tal como acontece em (68), nas interpretações atribuíveis a determinados enunciados em função do contexto de enunciação.

Por fim, no que toca às implicaturas convencionais, estas parecem poder estar igualmente na base da refutação do enunciado a que estão associadas, tal como já havia sido referido por Karttunen & Peters (1979).⁹⁴ Veja-se a sequência seguinte:

⁹³À imagem das I-implicaturas, estas inferências também podem ser canceladas através da sua explicitação num novo enunciado:

(i) A: Achas esta camisola bonita?

B: É *barata*.

A': A camisola não é *feia*, é *bonita*.

⁹⁴ Na proposta de Grice (1975 [1967]), as implicaturas convencionais são inferências que resultam do uso de determinadas expressões, como é o caso dos conectores, que, embora não contribuindo para as condições de verdade das sequências em que ocorrem, guiam o seu processamento. Veja-se o exemplo seguinte:

(i) He is an Englishman; he is, *therefore*, brave. (Grice, 1975 [1967]: 44)

Neste exemplo, ao utilizar a expressão *therefore*, o locutor implica que a qualidade expressa na segunda parte do enunciado decorre do facto de o sujeito ser inglês. No entanto, tal não faz parte, em sentido estrito, daquilo que é dito no enunciado em questão, na medida em que, para que o mesmo seja verdadeiro, apenas é necessário que o sujeito possua as duas qualidades mencionadas e não que uma seja consequência da outra. Segundo Grice, estas implicaturas possuem duas características essenciais: (i) podem ser anuladas pelo recurso a enunciados que, embora tendo as mesmas condições de verdade, não contêm as expressões em questão; (ii) não podem ser canceladas, seja através do contexto ou de uma

(69) A: O Pedro *conseguiu* ter positiva no teste.

(Implicatura convencional: Foi necessário esforço para ter positiva no teste.)

B: O Pedro não *conseguiu* ter positiva no teste. O teste foi tão *fácil* que qualquer um teria positiva!

Todavia, por questões de ordem sintática relacionadas com os termos/expressões que podem estar na sua origem – em particular, advérbios focalizadores (Costa, 2008) e determinados conectores –, este tipo de implicaturas nem sempre parece passível de refutação por meio de um enunciado contendo uma negação metalinguística. Veja-se a inaceitabilidade da intervenção de B na sequência seguinte:

(70) A: A Maria tem muito jeito para aprender línguas. *Até* sabe falar Chinês!⁹⁵

(Implicatura convencional: O Chinês é uma língua muito difícil de aprender.)

B: * *Até* não sabe falar Chinês / * Não é: *até* sabe falar Chinês. Muitas pessoas sabem falar Chinês. Não é uma língua assim tão difícil.⁹⁶

O distinto comportamento das implicaturas, nos termos em que são definidas em trabalhos de matriz neo-griceana (Levinson, 2000; Horn, 2004), face à refutação revela-se particularmente interessante, na medida em que constitui uma evidência adicional das propriedades que as distinguem.

No que diz respeito às implicaturas conversacionais, é de salientar, desde logo, que apenas as implicaturas conversacionais generalizadas parecem passíveis de refutação e, no seio destas, apenas as que têm um carácter metalinguístico, como é o caso das Q e M-implicaturas. Ao contrário do que se verifica com estas últimas, as I-implicaturas não parecem passíveis de refutação, a não ser nos casos em que já se

determinada continuação discursiva, sem que daí decorra um enunciado pouco aceitável ou mesmo contraditório. Sobre este tipo de implicaturas, veja-se ainda 2.1.2., onde é analisada a proposta de Karttunen & Peters (1979).

⁹⁵ Embora a unidade *até* seja, regra geral, apenas incluída no grupo das preposições, em enunciados como os anteriores, esta não parece comportar-se como tal. Por esse motivo, e na senda de Costa (2008), consideramos que esta unidade é aqui um advérbio focalizador.

⁹⁶ Esta implicatura poderia, no entanto, ser refutada através de um enunciado que a retomasse de um modo explícito:

(i) A: A Maria tem muito jeito para aprender línguas. *Até* sabe falar Chinês!

B: Muitas pessoas sabem falar Chinês. Não é uma língua assim tão difícil.

encontram convencionalizadas. No que toca às implicaturas convencionais, estas parecem igualmente passíveis de refutação, embora questões de ordem sintática nem sempre possibilitem a sua refutação por meio de um enunciado contendo uma negação metalinguística, como se verifica no último dos exemplos apresentados.

2.3.2. O enunciado alvo de refutação

Tal como foi salientado anteriormente, na base de uma refutação encontra-se, antes de mais, o enunciado que esta permite refutar ou rejeitar.

Em textos dialogais, a identificação de tal enunciado não parece ser problemática, dado que este se encontra tipicamente presente na superfície textual. Contudo, mesmo neste contexto é possível encontrar exemplos em que o enunciado alvo de refutação não se encontra explicitado:

- (71) "E se nos sentássemos aí num desses bancos?", diz-me o Niassa, que logo se apressa a acrescentar: "Não que eu esteja cansado. Antes pelo contrário. Até me sinto rijo. Elegante, mas rijo." (CRPC, Ref.^a: L0474p0156X, N.º: 1297)

Neste exemplo, o que se refuta na sequência *Não que eu esteja cansado* não é um enunciado efetivamente produzido por um determinado locutor, mas sim a inferência que este poderia ser conduzido a fazer a partir da pergunta, de valor sugestivo, que antecede o segmento refutativo.

A consideração de que, numa sequência deste tipo, a asserção em análise tem um valor refutativo, tendo a negação nela presente um valor metalinguístico e não meramente descritivo, carece, todavia, de uma justificação.

Na generalidade dos trabalhos que se têm debruçado sobre as funções discursivas da negação, tem sido reconhecida a grande dificuldade em estabelecer uma fronteira clara entre os seus usos descritivo e metalinguístico, particularmente nos casos em que esta é utilizada para refutar um enunciado não realizado na superfície textual, tendo por base a não verificação do seu conteúdo proposicional.

Regra geral, os estudos sobre esta temática consideram que é possível rejeitar enunciados meramente implícitos num determinado contexto enunciativo, sendo recorrente a afirmação de que, no escopo da refutação, poderá estar não só o que um

determinado locutor efetivamente disse, mas igualmente aquilo em que este possa ter pensado.⁹⁷ Esta formulação parece, no entanto, não ser a mais adequada, dado que, para além de ser demasiado vaga, pode implicar, se tomada em sentido lato, que todos os usos da negação têm um valor refutativo.

Não pretendendo resolver aqui esta questão, até porque haverá certamente um grande número de enunciados negativos cujo valor descritivo ou refutativo não será fácil de aferir, parece-nos que é possível estabelecer alguns critérios que nos ajudem a balizar as fronteiras entre os dois usos da negação em sequências deste tipo.

Um dos contextos que parece favorecer a interpretação refutativa da negação é aquele em que o enunciado que é rejeitado, embora não linguisticamente realizado, é facilmente inferível a partir do contexto discursivo. Tal acontece num exemplo como o analisado anteriormente, onde a sugestão feita pelo locutor poderia levar o seu interlocutor a inferir que este estaria cansado, ou ainda numa sequência como a seguinte, em que o facto de o locutor afirmar que tem horror à magistratura poderia levar o seu interlocutor a concluir que esse horror englobaria também os magistrados:

(72) E como tal, tinha um certo horror à magistratura. Não era horror aos magistrados, pelo contrário, tinha pelos magistrados um respeito especial; tinha horror era a exercer essa profissão (...).

(CRPC, Ref.^a 108-03-Q00-001-49-M-A-6-5-C, N.º 101)

Outro dos contextos que parece favorecer uma interpretação deste tipo é aquele em que um determinado tópico discursivo tem um carácter polémico. Veja-se o exemplo seguinte:

(73) Não são (apenas) os políticos que devem ser responsabilizados pela atual situação do país. São os políticos e todos aqueles que os elegeram.

Sendo expectável que haja um grande número de pessoas que considera que a responsabilidade pela atual situação do país é dos políticos, a interpretação refutativa e não meramente descritiva de um exemplo como o anterior parece favorecida. Num

⁹⁷ A este propósito, vejam-se, entre outros, Geurts (1998) e Carston (1998).

exemplo deste tipo, a polemicidade do tópico em análise poderia, aliás, ser explicitada numa sequência como a seguinte:

(74) *Ao contrário do que se afirma*, não são (apenas) os políticos que devem ser responsabilizados pela atual situação do país. São os políticos e todos aqueles que os elegeram.

As considerações tecidas acima parecem particularmente relevantes para a análise da refutação em textos monológicos, onde, tipicamente, o enunciado que é rejeitado não está presente na superfície textual. Em contextos deste tipo, esta relação discursiva não parece poder ser equacionada sem recurso à noção de polifonia: o locutor antecipa mentalmente um determinado enunciado, da responsabilidade de uma outra voz ou instância enunciativa, rejeitando-o e apresentando a alternativa considerada mais adequada para o substituir.⁹⁸

Tanto quanto revelam os *corpora* analisados, a refutação de enunciados não realizados na superfície textual, seja em textos monológicos ou em textos dialogais, parece circunscrever-se aos casos em que na base da refutação se encontra o que é dito ou implicado no enunciado que é rejeitado.

2.4. Refutação e retificação

A estreita relação existente entre refutação e retificação foi desde sempre assinalada, em particular nos estudos sobre negação metalinguística, onde a afirmação de que os enunciados contendo uma negação deste tipo – até pela sua estrutura

⁹⁸ Em Ducrot (1984), a noção de polifonia é tratada com recurso à distinção entre locutor e enunciador. Por oposição ao primeiro, que será a entidade responsável pela enunciação, Ducrot define enunciador do seguinte modo: "J'appelle 'énonciateurs' ces êtres qui sont censés s'exprimer à travers l'énonciation, sans que pour autant on leur attribue des mots précis; s'ils 'parlent', c'est seulement en ce sens que l'énonciation est vue comme exprimant leur point de vue, leur position, leur attitude, mais non pas, au sens matériel du terme, leurs paroles." (p. 204). Outros autores, ainda que não recorrendo à distinção entre estas entidades, defendem igualmente a importância da polifonia na análise de textos monológicos. É o caso de Schwenter (2000) que, na esteira de Roulet (1984), defende igualmente que há discursos monogerados que envolvem pelo menos dois pontos de vista.

prosódica – convocam tipicamente uma continuação discursiva desta natureza é bastante recorrente.⁹⁹

De facto, os enunciados refutativos, tal como ilustrado na generalidade dos exemplos apresentados até ao momento, convocam tipicamente uma continuação discursiva de valor retificativo:

(75) A: * Esta manhã *houveram* muitos acidentes.

B: * (i) Não *houveram* muitos acidentes. (ii) *Houve* muitos acidentes. (iii) Quando tem um valor existencial, o verbo *haver* fica sempre no singular.

(76) A: A Maria disse para deixarmos as chaves *na papelaria*.

B: (i) Não foi *na papelaria*, (ii) mas *na mercearia*.

Neste segmento textual, tipicamente adjacente ao segmento refutativo (cf. (ii) em (75) e (76)), o locutor apresenta o elemento considerado mais adequado para substituir aquele que esteve na base da refutação, evidenciando desta forma sob que ponto de vista tal elemento é, no seu entender, inaceitável (Anscombe & Ducrot, 1976; Horn, 1989; Geurts, 1998).¹⁰⁰ Por esta razão, este segmento desempenhará simultaneamente uma função retificativa/corretiva e justificativa do próprio ato "ameaçador" realizado no segmento refutativo.¹⁰¹

Nos *corpora* analisados, são até frequentes as construções em que, por razões de economia linguística, de estilo ou outras, apenas o segmento retificativo é materializado linguisticamente, desempenhando, neste caso, uma dupla função refutativo-retificativa. Tal poderia acontecer precisamente nas sequências anteriores que, mesmo na ausência do segmento que explicitamente realiza a refutação, continuariam a ter uma interpretação muito semelhante à que lhes é atribuída em (75) e (76):

⁹⁹ Nos trabalhos de matriz anglo-saxónica, a relação discursiva que, na senda de Anscombe & Ducrot (1976), designamos de *retificação* é frequentemente designada de *correction*.

¹⁰⁰ Em (75), não é o valor referencial de *haver* que está em causa, mas sim a sua realização morfológica; em (76), o que está em causa é o valor de verdade do enunciado alvo de refutação.

¹⁰¹ Em (75), as sequências refutativa e retificativa são ainda acompanhadas do enunciado *Quando tem um valor existencial, o verbo haver fica sempre no singular*, que estabelece com os segmentos anteriores uma relação de *justificação* (a propósito desta relação, veja-se Lopes (2005, 2009)), sendo parafraseável por: (i) *E digo isto/e corrijo-te* porque, quando tem um valor existencial, o verbo *haver* fica sempre no singular.

(75') A: * Esta manhã *houveram* muitos acidentes.

B: *Houve* muitos acidentes. Quando tem um valor existencial, o verbo *haver* fica sempre no singular.

(76') A: A Maria disse para deixarmos as chaves *na papelaria*.

B: *Na mercearia*.

Tendo em conta que, na generalidade dos estudos que se têm debruçado sobre esta temática, se considera que, para que um determinado segmento possa estabelecer com outro uma relação discursiva, é necessário que este se constitua, no mínimo, como uma unidade oracional,¹⁰² as construções em que as relações de refutação e retificação podem ser moldadas colocam alguns problemas à análise desta última.

De facto, se os segmentos refutativo e retificativo podem corresponder a dois enunciados distintos, ocorrendo em estruturas justapostas (cf. (75)), a verdade é que os mesmos podem ocorrer também em estruturas coordenadas do tipo *não p, mas q* (cf. (76)), cujas características sintáticas colocam alguns problemas à classificação da retificação como relação discursiva, dado que nelas não parece haver, ao contrário do que é defendido nas gramáticas tradicionais, coordenação de orações elípticas, mas apenas contraste sintagmático (Matos, 2003a).

Todavia, o facto de, em estruturas coordenadas do tipo mencionado, o segmento retificativo em análise ter uma estrutura sintagmática e não oracional não parece invalidar o seu valor discursivo. Na verdade, como demonstra Mória (2008), em construções adversativas do tipo *Em Escaldes, pode visitar-se o pequeno, mas interessante, museu de maquetas da arte românica de Andorra (...)*,¹⁰³ os segmentos introduzidos por *mas*, embora não tendo uma estrutura frásica, continuam a ter, no plano semântico, um valor proposicional, evidenciado nos dois testes que se enunciam de seguida.

Em primeiro lugar, os constituintes não frásicos prefaciados por *mas* nas construções em análise podem coocorrer com expressões adverbiais (ou outras de valor

¹⁰² Na generalidade dos trabalhos sobre relações discursivas, a unidade mínima de segmentação é precisamente a oração (cf., entre outros, Mann & Thompson (1988) e Sanders, Spooren & Noordman (1992, 1993)).

¹⁰³ Mória (2008: 345) retira este exemplo do *corpus* do CETEMPúblico (EXT 60427 (nd, 95a)).

semelhante) que apenas se combinam com sequências de valor proposicional, como é o caso de *possivelmente*, *provavelmente* ou *sem dúvida*. Veja-se um dos exemplos apresentados por Mória (p. 347):

(77) Mais uma prova de que, na máquina do PS, nada foi deixado ao acaso e até estes sinais subtis, mas *possivelmente* eficazes, não foram descurados.

(CETEMPúblico, Ext 354937 (pol, 95b))

Em segundo lugar, é igualmente possível aplicar a estes constituintes orações coordenadas ou subordinadas, em particular explicativas ou condicionais, cuja computação também requer a presença de uma proposição. Veja-se outro dos exemplos apresentados pelo autor (p. 348):

(78) A demissão de António Vitorino e a sua retirada para uma travessia no deserto de tempo indeterminado, mas provavelmente longo, *uma vez que não se prevê que as condições políticas mudem rapidamente*, suscitou um coro de louvores.

No nosso entender, a análise proposta por Mória pode ser extensível às construções retificativas, como é o caso da ilustrada em (76), aqui retomada em (79-a), à qual se podem aplicar os testes suprarreferidos (cf., respetivamente, (79-b) e (79-c)):¹⁰⁴

(79) a. Não foi na papelaria, mas na mercearia.

b. Não foi na papelaria, mas, *sem dúvida*, na mercearia.

c. Não foi na papelaria, mas, *como é habitual*, na mercearia.

Partindo do pressuposto de que a natureza proposicional de um determinado segmento será, assim, um critério mais decisivo para a aferição do seu valor discursivo

¹⁰⁴ A adequação desta análise às construções retificativas é igualmente sugerida pelo autor a propósito de um exemplo como o seguinte:

(i) O presidente fez valer as suas ideias num discurso não bom, mas verdadeiramente genial. (Mória, 2008: 357)

do que a sua natureza frásica, o estudo de Mória parece constituir um argumento decisivo para a defesa de que, mesmo em construções coordenadas, tal segmento continua a ter um valor discursivo autónomo, estabelecendo com o anterior a relação discursiva de retificação que tipicamente ocorre nas sequências que constituem o nosso objeto de estudo.

2.5. Construções refutativo-retificativas e focalização

2.5.1. A noção de *foco*

Nos estudos que se têm debruçado sobre a estrutura informativa dos enunciados, a distinção entre *background* (ou informação dada) e *foco* (ou informação nova) assume um papel central.

Veja-se a resposta de B na sequência seguinte:

(80) A: Para onde foi o João?

B: O João foi para LISBOA.¹⁰⁵

Neste exemplo, é o constituinte *Lisboa* que vem acrescentar informação nova ao conjunto de conhecimentos partilhados por locutor e alocutário. Nesse sentido, é este elemento que constitui o foco do enunciado, sendo a informação carreada pelos restantes constituintes a informação dada, isto é, o *background* ou informação já partilhada por locutor e alocutário. Tal como acontece nesta sequência, quando um enunciado constitui uma resposta a uma interrogativa parcial, a sua estrutura informativa torna-se particularmente evidente.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Os constituintes em foco nos exemplos analisados são assinalados por maiúsculas.

¹⁰⁶ Um dos testes apontados em Zubizarreta (1999) para a identificação da estrutura informativa de um enunciado é a formulação da pergunta que estaria potencialmente associada à sua enunciação. No entanto, este teste parece estar fortemente condicionado pelo elemento que é previamente considerado como o foco do enunciado que se pretende analisar. Veja-se o exemplo seguinte:

(i) A Maria tem dois irmãos.

Na ausência de informação de ordem co(n)textual, prosódica, ou outra que permita determinar qual(is) o(s) elemento(s) em foco num exemplo como este, ambas as estruturas informativas propostas de seguida seriam aceitáveis:

(i¹) A: Quantos irmãos tem a Maria?

B: A Maria tem DOIS IRMÃOS.

(i²) A: A Maria é filha única ou tem irmãos?

B: A Maria TEM DOIS IRMÃOS.

O foco de um enunciado pode ser assinalado por meios diversos, que vão desde a opção por determinadas estruturas sintáticas, como é o caso das orações com deslocação de constituintes, das construções clivadas ou de estruturas elípticas, à presença de determinadas partículas morfológicas, como acontece em Japonês, ou ainda à marcação prosódica, que assume um papel de particular relevo neste domínio.¹⁰⁷

De seguida, ilustram-se alguns dos processos de focalização assinalados acima:

- (81) w w s
 [[As alunas] ϕ [obtiveram] ϕ [BOAS AVALIAÇÕES] ϕ]I
 (adaptado de Mateus, Frota & Vigário (2003: 1072))

- (82) A: Quem comeu o bolo?
 B: Comeu o bolo O JOÃO. (Costa, 2000: 94-95)

- (83) A: Quem comeu o bolo?
 B: O JOÃO.

- (84) Não foi UM BOLO que o João comeu. Foi UM GELADO.

Em (81), o objeto direto *boas avaliações*, que constitui o foco informativo do enunciado, é destacado por meio da proeminência prosódica que lhe é conferida pelo locutor. Em PE, é este o padrão de proeminência típico das frases declarativas neutras ou não marcadas (*fraco (w) – forte (s)*), cujo foco informativo coincide geralmente com o último sintagma fonológico (ϕ) do sintagma entoacional (I) a que pertencem (Frota, 2000; Mateus, Frota & Vigário, 2003).¹⁰⁸

¹⁰⁷ No entanto, como será assinalado mais adiante, a tendência para conferir uma maior proeminência aos elementos cognitivamente mais relevantes de um determinado enunciado é também balizada por princípios de ordem social que, em determinados contextos, levam a que os falantes não atribuam a proeminência que seria expectável a elementos que constituem uma ameaça à face do seu interlocutor (Yaeger-Dror, 1997; Kaufmann, 2002).

¹⁰⁸ Tal como salienta Bolinger (1972) a propósito do Inglês, este padrão de proeminência prosódica não é independente, mesmo nas chamadas frases declarativas neutras, de questões de ordem semântico-pragmática. Esta ideia é reiterada em Quirk *et al.* (1985): "In certain circumstances, it is quite normal to have the focus on a noun phrase as subject of the clause, in violation of the end-focus principle. This is frequently because, with the subject concerned, the predicate is relatively predictable and thus has lower communicative dynamism. (...). Compare:
 The | TÈlephon's 'ringing |

Em (82), o constituinte com a função de sujeito *o João* é focalizado por meio da sua deslocação para a posição mais à direita no enunciado. De acordo com Costa (2000), há uma forte correlação entre a função sintática do(s) constituinte(s) em foco numa determinada oração e a ordem de palavras selecionada pelo locutor. Tal correlação, baseada no padrão de proeminência prosódica referido no parágrafo anterior, leva a que, num exemplo como este, o sujeito – que ocupa tipicamente a posição inicial de frase – seja deslocado para a posição final, que é precisamente a posição tipicamente ocupada pelos constituintes em foco.¹⁰⁹

Em (83), onde se retoma o exemplo analisado anteriormente, o constituinte com a função de sujeito *o João* é focalizado por meio de uma oração elíptica, onde toda a informação redundante – neste caso, associada ao sintagma verbal – é omitida. Por questões de economia linguística e de facilidade de processamento, parece-nos previsível que a opção por uma estrutura deste tipo seja mais frequente do que a opção por uma estrutura do tipo exemplificado em (82).

Finalmente, em (84), os objetos diretos *um bolo* e *um gelado* são focalizados por meio de uma construção clivada (negativa e afirmativa, respetivamente). Estas construções, que serão objeto de análise detalhada mais adiante, caracterizam-se por permitirem destacar o constituinte que ocorre junto ao verbo *ser*, levando a que este seja interpretado como o foco da frase.

A análise da estrutura informativa dos enunciados e, em particular, da noção de foco tem sido transversal a vários domínios de análise linguística, que vão desde a

The | SÛN is 'shining |
 The | KËTle's 'boiling |
 A | vÌSitor called |
 | Has your sÍster come 'home |

Predictability is easy to see in the first two examples, but it is arguable analogously that, in a domestic context, the most obvious thing to announce about kettles is that they are boiling; a visitor cannot visit without 'calling' at one's house; and what more predictable for a caller, interested in a person, than to ask whether she is at home?" (pp. 1366-1367).

¹⁰⁹ Costa (2000: 95) estabelece a seguinte correlação entre tipo de constituinte em foco e ordem de palavras em PE:

Focus on:	Word Order:
Sentence	SVO
VP	SVO
Object	SVO
Subject	VOS
Subject and object	VSO

Semântica e Pragmática, à Sintaxe, Fonologia e, mais recentemente, à Linguística Textual.

Tendo em conta não só a multiplicidade de domínios por que se reparte a literatura existente sobre este tema, mas igualmente a diversidade de quadros teóricos que a enforma, a dificuldade em estabelecer uma definição uniforme de foco tem sido uma constatação recorrente nos estudos que se têm debruçado sobre este tema.

Neste trabalho, consideramos o foco como um fenómeno de ordem semântico-pragmática, estando os processos de ordem sintática e prosódica do tipo ilustrado acima ao serviço da sua marcação. Como salienta Roberts (1998: 148), sendo o foco o elemento comunicativamente mais relevante de um determinado enunciado, este será "naturally foregrounded to make it the clearest and most readily understood part as well, facilitating processing and comprehension." É neste quadro que equacionamos a relação entre foco e processos de focalização.

Atualmente, considera-se que a interpretação do elemento em foco num determinado enunciado envolve a consideração do conjunto de alternativas que com ele se relacionam (Bolinger, 1961, 1972; Chafe, 1976; Rooth, 1985, 1992; Molnár, 2002). Veja-se a seguinte passagem de Rooth (1992):

The idea of alternative semantics is to take semantic account of focus by adding an additional semantic value. Informally, the focus semantic value for a phrase of category S is the set of propositions obtainable from the ordinary semantic value by making a substitution in the position corresponding to the focused phrase. For instance, the focus semantic value for the sentence $[_S [Mary]_F \text{ likes Sue}]$ is the set of propositions of the form 'x likes Sue', while the focus semantic value for $[_S \text{ Mary likes } [Sue]_F]$ is the set of propositions of the form 'Mary likes y'. This is stated in a more precise way using set abstraction notation:

- a. $[[[_S [Mary]_F \text{ likes Sue}]]^f = \{\text{like}(x, s) \mid x \in E\}$, where E is the domain of individuals.
- b. $[[[_S \text{ Mary likes } [Sue]_F]]^f = \{\text{like}(m, y) \mid y \in E\}$ (Rooth, 1992: 76)

Este conjunto de alternativas será balizado pelo contexto discursivo, onde se incluem elementos de vária ordem, de que são exemplos o quadro de referências ou conhecimento do mundo partilhados por locutor e alocutário, as suas expectativas e o próprio contexto. Retomemos o primeiro exemplo analisado:

(80') A: Para onde foi o João?

B: O João foi para LISBOA.

Neste contexto, o constituinte *Lisboa* fará parte de um conjunto de localidades para onde seria expectável ou, pelo menos, possível que o João tivesse ido. Esta análise seria extensível aos restantes exemplos apresentados: em (81), o conjunto de alternativas ao elemento em foco seria constituído por outras avaliações que as alunas em questão pudessem ter tido, podendo abranger a escala que vai de *muito mau/péssimo* a *muito bom/excelente*, ou, dependendo das expectativas que locutor e alocutário tivessem em relação às alunas em questão, uma escala que contivesse, por exemplo, apenas as alternativas *bom* e *muito bom*; em (82) e em (83), o conjunto de alternativas ao constituinte em foco seria constituído por outros indivíduos que, no contexto em questão, pudessem ter comido o referido bolo; finalmente, em (84), tal conjunto seria constituído pelas alternativas *um bolo* e *gelado*. É sobre este último tipo de exemplos que iremos debruçar-nos de seguida.

2.5.1.1. Foco informativo vs. foco contrastivo

Como é perceptível, a natureza das alternativas convocadas na interpretação do elemento em foco num enunciado como (84) não é idêntica à dos exemplos anteriores. De facto, em exemplos deste tipo, as alternativas em questão, para além de claramente identificadas (ou, pelo menos, inferíveis) e em número limitado, surgem como elementos concorrentes, tendo uma delas a função de substituir ou corrigir aquela que é alvo de refutação. É com base nestas considerações que vários autores defendem que, em exemplos deste tipo, temos um foco contrastivo e não um foco informativo, como acontece nos exemplos anteriores (Chafe, 1976; Umbach, 2004; Repp, 2009).¹¹⁰

¹¹⁰ Esta posição não é, todavia, consensual. Autores como Bolinger (1961) ou Rooth (1985, 1992) defendem que a noção de foco contrastivo não é pertinente, dado que, por evocar sempre um conjunto de alternativas, todo o tipo de foco é, em última análise, contrastivo. Veja-se, a este propósito, uma das passagens de Bolinger (1961):

"(...) in a broad sense, every semantic peak is contrastive. Clearly in Let's have a picnic [o elemento em foco 'picnic' é assinalado pela notação '], coming as a suggestion out of the blue, there is no specific contrast with dinner party, but there is a contrast between picknicking and anything else the group might do. As the alternatives are narrowed down, we get closer to what we think of as a contrastive accent." (p. 87).

Esta distinção entre um foco informativo e um foco contrastivo é igualmente assumida em trabalhos de matriz generativa (Chomsky, 1971; Zubizarreta, 1998, 1999), ainda que sob pressupostos diferentes. Partindo da assunção de que a posição do foco informativo ou, como também aí é designado, do foco neutro é determinada pela *Nuclear Stress Rule* (Chomsky & Halle, 1968), segundo a qual o acento nuclear das frases declarativas neutras, em línguas como o Inglês, recairá sobre o constituinte acentuável que ocupa a posição mais à direita na frase, defende-se que, sempre que o referido acento incidir sobre um constituinte que não ocupe essa posição, estamos perante um foco contrastivo ou, como também é designado, um foco enfático. Um dos exemplos apresentados por Zubizarreta (1999) é o seguinte:

(85) EL GATO se comió un raton. (p. 4229)

De facto, o elemento em foco num enunciado como o anterior apenas parece poder ser interpretado como contrastivo, inserindo-se num contexto em que se refuta uma asserção prévia de outro locutor.¹¹¹

Contudo, uma distinção baseada em critérios de ordem posicional, ainda que permitindo dar conta do valor tipicamente contrastivo dos enunciados cujo constituinte em foco não ocupa a posição mais à direita na frase, não parece poder dar conta do

¹¹¹ Uma distinção baseada na posição ocupada pelo constituinte prosodicamente mais proeminente nem sempre produz os resultados mais adequados. A título de exemplo, veja-se uma das sequências analisadas por Frota (2000: 17):

(i) A: Quem ofereceu especiarias aos jornalistas?

B: AS ANGOLANAS ofereceram especiarias aos jornalistas.

Frota considera que o constituinte em foco na intervenção de B deve ser interpretado como um foco contrastivo e não como um foco informativo, dado que ocupa a posição inicial de frase. No entanto, parece-nos que o enunciado da responsabilidade de B, surgindo como uma resposta à questão colocada por A, não parece conter um foco contrastivo, mas sim um foco (meramente) informativo. Esta análise vai, aliás, ao encontro das considerações tecidas por Zubizarreta (1999) que, a propósito dos contextos discursivos considerados preferenciais para a ocorrência dos dois tipos de foco em análise, defende que um enunciado contendo um foco informativo ocorrerá prototipicamente na sequência de um enunciado interrogativo, enquanto um enunciado contendo um foco contrastivo ocorrerá prototipicamente na sequência de um enunciado assertivo. Aliás, parece-nos que, de acordo com a correlação proposta por Costa (2000) entre ordem de palavras e tipo de foco, um enunciado como o de B não constituiria a resposta mais adequada a uma pergunta como a de A. De facto, parece-nos que um enunciado deste tipo – com um sujeito focalizado em posição não final – ocorreria mais facilmente num contexto como o seguinte:

(ii) A: As Moçambicanas ofereceram especiarias aos jornalistas.

B: AS ANGOLANAS ofereceram especiarias aos jornalistas.

Neste contexto, o enunciado produzido por B teria efetivamente um foco contrastivo e não um foco informativo.

vasto número de casos em que o foco contrastivo ocupa a mesma posição que o foco informativo.¹¹² Comparem-se as sequências seguintes:

(86) A: Onde vive a Maria?

B: A Maria vive NO PORTO.

(87) A: A Maria vive em Lisboa.

B: A Maria vive NO PORTO.

De facto, se a distinção entre o foco informativo (cf. (86-B)) e o foco contrastivo (cf. (87-B)) se basear essencialmente em critérios de ordem posicional, não será fácil fundamentar a distinção entre os dois tipos de foco nos casos em que, tal como acontece em (86-B) e (87-B), estes ocorrem na mesma posição.

Na verdade, nas construções refutativo-retificativas que constituem o nosso objeto de análise, a posição do elemento em foco é fortemente determinada pela posição ocupada pelo constituinte que é rejeitado no enunciado alvo de refutação, o que leva a que, em sequências como (87), o foco informativo (cf. intervenção de A) e o foco contrastivo (cf. intervenção de B) ocupem a mesma posição.

A distinção mais pertinente entre os dois tipos de foco não parece, assim, residir na posição que ocupam na frase ou mesmo na natureza das alternativas que a sua interpretação convoca – ainda que tais alternativas, em termos da sua extensão e delimitação, não sejam efetivamente idênticas em ambos os casos –,¹¹³ mas sim na distinta função discursiva dos enunciados em que ocorrem.¹¹⁴ Ao contrário dos

¹¹² Refira-se, no entanto, que, por razões de ordem semântico-pragmática, pode haver enunciados cujo constituinte em foco não ocorre em posição final e que não têm, todavia, uma interpretação contrastiva. A este propósito, veja-se o que foi dito anteriormente (cf. nota 108)).

¹¹³ A título de exemplo, numa sequência como a seguinte, em que o número de alternativas se encontra perfeitamente delimitado, não nos parece que o elemento em foco na intervenção de B tenha um valor contrastivo:

(i) A: Queres chá ou café?

B: CHÁ.

¹¹⁴ Este aspeto é evidenciado por Chafe (1976) que, a propósito do valor contrastivo de um enunciado como "RONALD made the hamburguers" (sendo o elemento em foco o constituinte *Ronald*, aqui assinalado a maiúsculas), afirma que, para além do conhecimento, partilhado por locutor e alocutário, de que alguém fez efetivamente os hambúrgueres e do número limitado de sujeitos que o poderiam ter feito, o fator mais relevante para tal valor contrastivo é a função corretiva do enunciado:

"The third factor involved in contrastiveness is the assertion of which candidate is the correct one, and this, of course, is the real work a contrastive sentence does. The sentence used above as an illustration

enunciados com foco informativo, cuja função primária é a de acrescentar informação nova ao conjunto de conhecimentos partilhados por locutor e alocutário, os enunciados com foco contrastivo do tipo ilustrado em (84), (85) ou (87-B) têm por função refutar e/ou corrigir informação previamente introduzida – ou, pelo menos, pressuposta – no chamado *common ground*.¹¹⁵

Saliente-se, todavia, que o facto de a sua função primária ser de natureza refutativa não significa, naturalmente, que os enunciados com foco contrastivo não veiculem igualmente informação nova. Tal é particularmente evidente em sequências retificativas/corretivas, mas parece-nos igualmente válido para sequências meramente refutativas, nas quais "veicular informação nova" significa remover do *common ground* informação considerada não adequada.¹¹⁶

2.5.2. A marcação de foco contrastivo em construções refutativo-retificativas

Na generalidade dos estudos que se têm debruçado sobre o foco contrastivo, os exemplos apresentados são maioritariamente constituídos por enunciados que desempenham uma função retificativa/corretiva,¹¹⁷ não sendo, regra geral, analisados enunciados refutativos, como é o caso das construções com negação metalinguística.

Parece-nos, no entanto, que, no quadro em que equacionamos a distinção entre foco informativo e foco contrastivo, o constituinte focalizado neste tipo de enunciados deve igualmente ser considerado contrastivo, à semelhança do que acontece em sequências retificativas/corretivas. Veja-se o exemplo seguinte:

[RONALD made the hamburgers] says essentially 'I believe that you believe that someone made the hamburgers, that you have a limited set of candidates (perhaps one) in mind as someone, and I am telling you that the someone is Ronald, rather than one of those others. All contrastive sentences follow this pattern, *mutatis mutandis*.' (pp. 34-35).

A propósito desta passagem, note-se ainda que, para o autor, o enunciado alvo de refutação, tal como temos vindo a defender, não tem de se encontrar explícito na superfície textual.

¹¹⁵ Saliente-se que, no presente trabalho, consideramos que a relação entre o foco contrastivo e a alternativa que por ele é substituída ou corrigida não se estabelece apenas ao nível semântico-proposicional.

¹¹⁶ Por questões de clareza e tendo em conta as designações mais difundidas na literatura, optámos por manter a distinção entre foco informativo e foco contrastivo, dado que esta remete igualmente para a distinta função discursiva dos enunciados em que estes ocorrem.

¹¹⁷ Na ausência de um segmento com valor refutativo, os enunciados com valor retificativo desempenharão uma dupla função refutativo-retificativa.

(88) A: O Pedro é português.

B: O Pedro não é PORTUGUÊS. O Pedro é BRASILEIRO.

Se atendermos à função semântico-pragmática desempenhada pelos dois enunciados que constituem a intervenção de B, facilmente se verifica que em nenhum deles o elemento em foco pode ser considerado (meramente) informativo. De facto, tanto no segmento retificativo *O Pedro é brasileiro*, como no segmento refutativo *O Pedro não é português*, os elementos em foco têm um valor contrastivo: no segmento retificativo, o predicativo do sujeito *brasileiro* é apresentado como a alternativa que deve substituir *português* na asserção de A; no segmento refutativo, *português* é apresentado como a alternativa que não se verifica ou, noutros termos, como o elemento que conduz à inaceitabilidade da asserção de A.

Numa primeira análise, estas considerações poderão parecer problemáticas, dado que não parece ser facilmente equacionável em que medida o elemento em foco na primeira parte da intervenção de B (*português*) pode constituir uma alternativa ao elemento em foco na asserção de A (*português*). Todavia, se atendermos ao valor negativo dos enunciados refutativos do tipo em análise, verificamos que, na realidade, a alternativa apresentada por B ao elemento em foco na asserção de A não é (apenas) o constituinte em foco *português*, mas sim a sua negação *não (é) português*.

Para além disso, como já foi referido a propósito das construções com negação metalinguística, Vigário (1997) demonstra que, em PE, a realização prosódica das frases negativas com foco contrastivo do tipo em análise é distinta, tanto ao nível das relações de proeminência como ao nível tonal, da realização das frases negativas com foco informativo. Em particular, como teremos oportunidade de notar de seguida, estas frases apresentam uma curva entoacional que indicia a necessidade de uma continuação de valor retificativo ou corretivo, o que vem reforçar o seu valor contrastivo.¹¹⁸

Feitas estas considerações, passamos a analisar alguns dos processos de marcação de foco contrastivo que nos parecem mais significativos em PE.

¹¹⁸ Um enunciado como o seguinte, ainda que superficialmente idêntico a (80-B), teria uma realização prosódica distinta:

(i) O Pedro não é PORTUGUÊS. (Contudo, fala muito bem a língua).

2.5.2.1. Marcação prosódica

Tal como foi assinalado anteriormente, independentemente do quadro de análise adotado, a generalidade dos estudos que se têm debruçado sobre a noção de foco aponta a marcação prosódica como um dos processos de focalização mais importantes na generalidade das línguas.¹¹⁹

Reunindo os principais estudos sobre este tema, Hetland (2003) defende que a característica mais saliente do foco contrastivo é o acento tonal do tipo *descendente-ascendente* que marca a sua realização em línguas como o Inglês ou o Alemão. Como já havia sido evidenciado por Ladd (1980), Pierrehumbert & Hirschberg (1990) ou Cruttenden (1997), este tom convoca uma interpretação contrastiva do constituinte focalizado.

No que ao PE diz respeito, Frota (2000) defende que a realização do foco contrastivo é semelhante à de línguas como o Inglês, estando associada a efeitos duracionais (alongamento da vogal tónica do constituinte focalizado) e mudanças no padrão da frequência fundamental do tipo ilustrado acima.

Para além do acento tonal que caracteriza a sua realização, o elemento sobre o qual recai a proeminência prosódica no foco contrastivo pode até ser um constituinte menor do que a palavra (Zubizarreta, 1999; Steube, 2001), como acontece nos exemplos seguintes:

(89) Dije *conversión*, y no *adversión*. (Zubizarreta, 1999: 4229)

(90) O emprego não é *afetivo*: é *efetivo*.

A realização prosódica dos enunciados com valor refutativo, cujo foco consideramos, pelas razões expostas, ser contrastivo, é igualmente marcada por uma

¹¹⁹ No que toca à distinção entre a realização prosódica dos focos informativo e contrastivo, não há atualmente um consenso na comunidade linguística, não só porque a própria distinção não é consensual, mas também porque as características prosódicas que marcam a (distinta) realização dos dois tipos de foco são frequentemente subtis e determinadas por variáveis contextuais (Kraemer & Swerts, 2001; Umbach, 2004). Entre os elementos de ordem contextual que podem determinar a realização prosódica do foco contrastivo e dos enunciados em que ocorre estão questões de ordem interacional, como o desejo de não enfatização, em determinados contextos, de elementos que podem ser ameaçadores da face do alocutário, e ainda a variação individual que marca necessariamente as produções linguísticas dos falantes. No presente trabalho, partimos do princípio de que a distinção em questão é não só pertinente, mas também prosodicamente marcada em PE.

curva entoacional do tipo *descendente-ascendente*. Esta curva, designada por Liberman & Sag (1974) de *contradiction contour*, indicia não só a existência de um contraste, mas também a necessidade de uma continuação discursiva de valor retificativo/corretivo.¹²⁰

2.5.2.2. Construções de clivagem

As construções de clivagem têm sido apontadas como outro dos meios privilegiados para a marcação de foco em várias línguas. De acordo com Brito & Duarte (2003), há seis processos típicos de clivagem em PE, ilustrados nos enunciados seguintes:

- (91) a. Foi O QUEIJO o que o corvo comeu.
b. Foi O QUEIJO que o corvo comeu.
c. O que o corvo comeu foi O QUEIJO.
d. O QUEIJO foi o que o corvo comeu.
e. O QUEIJO é que o corvo comeu.
f. O corvo comeu foi O QUEIJO.

(Brito & Duarte, 2003: 685)

Neste tipo de estruturas, podem surgir destacados, à direita ou à esquerda do verbo *ser*, não só complementos, como acontece em (91) com o constituinte *o queijo* (argumento interno direto de *comer*), e adjuntos, mas também o sujeito do verbo da frase simples correspondente. Excluídos da possibilidade de ocorrerem em construções deste tipo estão os advérbios de frase e ainda as orações subordinadas adverbiais não substituíveis por advérbios de SV, como é o caso das condicionais e das concessivas.¹²¹

Em termos do seu conteúdo proposicional, estas construções têm as mesmas condições de verdade que teria a frase simples correspondente – neste caso, *O corvo comeu O QUEIJO* –, podendo apresentar também uma estrutura informacional idêntica –

¹²⁰ Cruttenden (1981) aponta precisamente a "incompletude" como um dos valores assinalados pelas curvas entoacionais ascendentes.

¹²¹ Brito & Duarte (2003) propõem uma análise unificada das várias construções de clivagem disponíveis em PE, considerando que estas podem ser tratadas, na sua globalidade, como estruturas identificacionais na base (a este propósito, vejam-se Percus (1997) e Costa & Duarte (2001)). Para uma análise distinta, veja-se a proposta de Lobo (2006).

neste caso, na ausência de informação contrária, o constituinte em foco continuaria a ser *o queijo*.

No entanto, em termos semântico-pragmáticos, a interpretação das construções clivadas do tipo ilustrado em (91) não é idêntica à das frases simples correspondentes. Vejam-se as sequências seguintes:

- (92) A: Quem fez o trabalho?
B: O PEDRO (fez).
B': Foi O PEDRO (que fez o trabalho).

- (93) A: Ninguém fez o trabalho?
B: O PEDRO FEZ.
B': # Foi O PEDRO (que fez o trabalho).

Em (92), tanto a frase simples (cf. (B)) como a estrutura clivada (cf. (B')) constituem respostas adequadas à questão colocada por A, enquanto, em (93), apenas a frase simples parece aceitável (cf. (B)), sendo a estrutura clivada (cf. (B')) pragmaticamente anômala.

As diferenças verificadas na aceitabilidade destas estruturas em sequências como as anteriores parecem decorrer da leitura existencial por elas ativada (Halvorsen, 1978; Atlas & Levinson, 1981; Horn, 1981; Rooth, 1985; Hedberg, 1990, 2013) que, nos exemplos em análise (cf. (92-B') e (93-B')), seria a de que alguém fez o trabalho em questão.¹²² Dado que apenas a questão colocada por A em (92) parece ativar a pressuposição de que o locutor acredita que alguém fez o referido trabalho, a estrutura clivada apenas é aceitável neste caso.¹²³

No que toca ao seu estatuto, esta leitura existencial tem sido considerada uma pressuposição (Horn, 1981; Hedberg, 1990, 2013),¹²⁴ mantendo-se, como tal, sob

¹²² Esta pressuposição existencial é ativada, mais exatamente, pela parte não focalizada destas construções (que, no exemplo em questão, seria a oração *que fez o trabalho*).

¹²³ O facto de, em (93), a questão colocada por A não ativar a inferência de que o locutor acredita que alguém tenha feito o trabalho parece ser igualmente a razão pela qual uma oração elíptica do tipo ilustrado em (92-B) não constituiria uma resposta adequada a esta questão, sendo necessário repetir a forma verbal *fez* que, a par do sujeito *O Pedro*, parece constituir-se como o foco do enunciado (cf. 93-B).

¹²⁴ Horn (1981) aproxima as noções de pressuposição e de implicatura convencional (nos termos em que é definida por Grice (1975 [1967]) e Karttunen & Peters (1979)) considerando, assim, que a leitura

negação (cf. 94-a), em enunciados interrogativos (cf. 94-b) e como antecedente de uma construção condicional (cf. 94-c):¹²⁵

- (94) a. Não foi o Pedro que fez o trabalho. Foi a Ana.¹²⁶
b. Foi o Pedro que fez o trabalho?
c. Se foi o Pedro que fez o trabalho, deve ser recompensado por isso.

Para além de uma pressuposição existencial, estas construções parecem ativar igualmente uma leitura exaustiva do constituinte clivado (Halvorsen, 1978; Atlas & Levinson, 1981; Horn, 1981; Hedberg, 1990, 2013; Kiss, 1998; Krifka, 2007). Compare-se a aceitabilidade das sequências seguintes:

- (95) a. Foi *só* UM LIVRO DE HISTÓRIA que a Maria comprou.
b. ?? Foi *também* UM LIVRO DE HISTÓRIA que a Maria comprou.

- (96) a. A: Foi UM LIVRO DE HISTÓRIA que a Ana comprou.
B: Não, a Ana também comprou um livro de receitas.

- b. A: A Ana comprou UM LIVRO DE HISTÓRIA.
B: ?? Não, a Ana também comprou um livro de receitas.

Como o contraste entre (95-a) e (95-b) evidencia, as construções de clivagem são perfeitamente aceitáveis com partículas de focalização de valor exaustivo, como é o caso de *só*, mas não com partículas de valor aditivo, como é o caso de *também*.¹²⁷

A diferença verificada na aceitabilidade das intervenções de B em (96-a) e (96-b) parece decorrer igualmente da leitura exaustiva associada ao constituinte em foco na

existencial ativada pelas construções em análise pode ser considerada uma pressuposição ou uma implicatura convencional. Este tópico não será discutido neste trabalho.

¹²⁵ Sobre estes testes, veja-se Cierchia & McConnell-Ginet (1990).

¹²⁶ Esta pressuposição pode, no entanto, ser alvo de refutação por meio de um enunciado contendo uma negação metalinguística:

(i) A: Foi o Pedro que fez o trabalho.

B: Não foi o Pedro que fez o trabalho. Ninguém fez o trabalho.

Em (94-a) temos também um enunciado deste tipo, mas o alvo de refutação não é a pressuposição existencial ativada pela construção clivada e sim o seu conteúdo proposicional.

¹²⁷ Sobre o valor dos operadores de focalização, veja-se, entre outros, König (1991).

construção clivada presente na intervenção de A em (96-a) – a leitura de que a Ana *só* teria comprado um livro de história –, que legitima a sua refutação por parte de B. Esta leitura exaustiva, embora podendo ser igualmente ativada em frases não clivadas, não é tão saliente na intervenção de A em (96-b), o que leva a que a sua refutação por meio de um enunciado como o produzido por B não seja facilmente aceitável.¹²⁸

A natureza da leitura exaustiva em análise não reúne, todavia, consenso na literatura, havendo autores que defendem, ainda que com pressupostos de ordem distinta dos apontados na análise da leitura existencial,¹²⁹ que esta é igualmente uma pressuposição ativada por estas construções (Delin & Oberlander, 1995; Percus, 1997; von Fintel & Matthewson, 2008; Hedberg, 1990, 2000, 2013), e autores que defendem que esta se constitui não como uma pressuposição, mas sim como implicatura conversacional generalizada (Horn, 1981). Sendo esta uma questão de grande complexidade, não nos propomos discuti-la em profundidade neste trabalho, mas apenas justificar a posição adotada.

A consideração de que a leitura exaustiva é, tal como a leitura existencial, uma pressuposição associada às construções em análise (Hedberg, 2013) não permite explicar por que razão o exemplo apresentado em (97), onde se cancela a referida leitura exaustiva, é aceitável, mas o exemplo apresentado em (98), onde se cancela a leitura existencial, não é:

(97) Foi um livro de história que a Ana comprou. *Aliás, foi um livro de história e um de geografia.*

(98) # Foi o Pedro que fez o trabalho. *Aliás, ninguém fez o trabalho.*

A possibilidade de cancelamento desta leitura exaustiva é precisamente o argumento central utilizado por Horn (1981) para defender que tanto a proposta de Atlas

¹²⁸ No entanto, se em (96-b) fosse explicitada a Q-implicatura que está na origem da refutação de asserção de A, a intervenção de B já seria aceitável:

(i) A: A Ana comprou um livro de história.

B: A Ana não comprou *só* um livro de história. Também comprou um livro de receitas.

¹²⁹ Os estudos que defendem a natureza pressuposicional da leitura existencial baseiam-se na consideração de que as construções clivadas podem ser analisadas como derivando de estruturas pseudoclivadas contendo um determinante definido (a este propósito, veja-se, entre outros, Percus (1997)).

& Levinson (1981), onde se defende que esta pode ser considerada uma implicação associada a estas construções,¹³⁰ como a proposta de Halvorsen (1978), onde se defende que esta deve ser considerada uma implicatura convencional, se revelam inadequadas ao tratamento desta questão.¹³¹

Horn (1981) propõe, assim, que a interpretação exaustiva deve ser analisada como uma implicatura conversacional generalizada destas construções, que, enquanto tal, é cancelável sem que daí decorra qualquer agramaticalidade.

Procedendo a uma análise crítica da sua própria proposta, Horn (1981: 133-138) assinala, todavia, que nem sempre o cancelamento desta implicatura parece ter o mesmo grau de aceitabilidade que caracteriza o cancelamento das implicaturas escalares clássicas, como as que ocorrem em sequências como *Some men are chauvinists; indeed, all men are chauvinists*, *It's possible that double-digit inflation is here to stay; indeed, it's certain that it is*, ou *Max has three children. Indeed, he has four* (exemplos (18-a), (18-b) e (18-c), respetivamente, da passagem em questão (p. 133)). De facto, a propósito de um exemplo como (#) *It was a pizza that Mary ate; indeed, it was a pizza and a calzone* (exemplo (18-d) da referida passagem (p. 133)), Horn afirma:

In each case, what the first clause implicates (...) is cancelled by the second clause. Yet the cleft case is more problematical: (18-d) seems awkward at best, and for some speakers it is apparently downright impossible.

Perhaps the marginality of (18-d) alongside the impeccability of (18a-c) can be partly attributed to the non-scalar nature of the exhaustiveness implicature, given the relationship between scales and cancellation (...). But perhaps cancellability is also reduced because a speaker who uses a cleft has "gone out of her way" to employ a construction which introduces the existential and hence the exhaustiveness implicatures (as against the utterer of (18a-c) who does not go out of his way to introduce the scalar implicature).¹³² (Horn, 1981:133-134)

¹³⁰ Kiss (1998) defende igualmente que esta leitura faz parte do conteúdo proposicional das construções em análise.

¹³¹ Atlas (2005), referindo-se às críticas tecidas por Horn (1981) à proposta apresentada em Atlas & Levinson (1981), salienta que, no trabalho em questão, apenas havia sido considerada a leitura exaustiva de constituintes clivados constituídos por sintagmas definidos contendo nomes próprios.

¹³² O mesmo aconteceria numa sequência como a seguinte, em que o que está em causa é uma M-implicatura:

(i) ?? A Maria produziu uma excelente série de sons musicais com as cordas vocais. Aliás, a Maria cantou muito bem.

De facto, ainda que possuindo as mesmas condições de verdade, as estruturas clivadas e as frases simples correspondentes não têm o mesmo valor semântico-pragmático. Esta diferença, que leva a que nem sempre os dois tipos de construções sejam aceitáveis em idênticos contextos discursivos,¹³³ parece radicar justamente na consideração de que a opção de um determinado locutor por uma construção clivada em detrimento de uma frase simples será, com grande probabilidade, motivada por uma intenção discursiva que, de algum modo, não seria possível satisfazer por meio de uma frase deste tipo.¹³⁴

Nos estudos que se têm debruçado sobre o valor discursivo das construções clivadas, este é geralmente equacionado tendo em conta a distinção global entre foco informativo e foco contrastivo. A maior parte dos exemplos analisados é constituída por construções clivadas com um foco informativo cuja função discursiva, ainda que com todas as especificidades referidas anteriormente, é igualmente a de aduzir, em sentido lato, informação nova ao conjunto de conhecimentos partilhados pelos interlocutores, tal como se verifica numa sequência como a seguinte:

A menor aceitabilidade de sequências deste tipo parece residir precisamente no facto de as implicaturas conversacionais a elas associadas decorrerem da opção por estruturas mais marcadas em detrimento de estruturas menos marcadas ou mais económicas.

¹³³ As condições de aceitabilidade discursiva das construções em análise são bastante complexas e nem sempre se reduzem aos conteúdos inferenciais por elas ativados. Veja-se a seguinte passagem de Lambrecht (2006), a propósito de uma sequência como "(10) A: What do you need? B: What I need is a sheet of paper and a pencil" (p. 472):

"For the utterance of B's sentence to be appropriate it is not only necessary that A knows or believes that B needs something. It would be odd if, for example, B went to A's house and uttered out of the blue 'What I need is a sheet of paper and a pencil'. This utterance would be odd even if A had previously asked B to come to his house and write something down for him. In that situation, B would be more much likely to utter the canonical sentence 'I need a sheet of paper and a pencil'. For (10B) to be used appropriately, the proposition that B needs something must not only be mutually known but it must also belong to the current discourse register, i.e., it must have been somehow activated in the mind of the speech participants, or else it must be easily inferable from something that has been activated in their minds." (p. 473).

¹³⁴ Lambrecht (2006) define as construções clivadas nos seguintes termos:

"Cleft constructions are focus-marking devices used to prevent unintended predicate-focus construal of a proposition. Clefts serve to mark as focal an argument which might otherwise be construed as non-focal, or as non-focal a predicate that might otherwise be construed as focal, or both." (p. 482).

Embora considerando a definição de Lambrecht demasiado restritiva, dado que há inúmeras ocorrências de construções clivadas cujo constituinte em foco constituiria igualmente, por defeito, o foco da frase simples correspondente, a verdade é que o facto de estas construções permitirem focalizar elementos que, tendo em conta o padrão de proeminência típico das frases declarativas neutras ou não marcadas, não seriam, à partida, focalizados pode justificar, em grande parte, a opção por uma construção deste tipo em determinados contextos.

- (99) A: Quando é que a Maria fez anos?
B: Foi NO SÁBADO (que ela fez anos).

As construções clivadas com foco contrastivo são, por seu turno, descritas como tendo prototipicamente uma função corretiva ou, na terminologia que temos vindo a utilizar, uma função retificativa. Vejam-se as sequências seguintes:

- (100) A: O João vive EM LISBOA.
B: É NO PORTO que ele vive. (Não é EM LISBOA.)

- (101) A: A Ana FAZ ANOS NO SÁBADO.
B: A MARIA é que faz. (Não é a Ana.)

- (102) A MARIA é que faz anos no sábado.

A intervenção de B em (100) constitui um exemplo prototípico de uma construção clivada com uma função retificativa/corretiva: a construção clivada retoma a asserção alvo de refutação, focalizando o constituinte que deve substituir o elemento considerado menos adequado na referida asserção. Este segmento retificativo, constituído por uma construção clivada afirmativa (que, no exemplo anterior, corresponderá à primeira parte da intervenção de B) pode ser acompanhado de um segmento com valor explicitamente refutativo¹³⁵ (que corresponderá, no exemplo em análise, à segunda parte da referida intervenção).¹³⁶ Este segmento assumirá tipicamente a forma de uma construção clivada negativa, em que a oração clivada, contendo material redundante, é frequentemente elidida.¹³⁷

¹³⁵ Na ausência de um segmento explicitamente refutativo, o segmento retificativo em análise desempenhará uma dupla função refutativo-retificativa.

¹³⁶ O segmento refutativo pode ocorrer igualmente no interior do próprio enunciado retificativo:

(i) A: Foi graças ao seu talento que ele se tornou no melhor jogador do mundo.

B: Foi graças ao seu empenho, *e não apenas ao seu talento*, (que ele se tornou no melhor jogador do mundo).

¹³⁷ Como é sabido, a elisão de material redundante da superfície textual é uma característica geral de todas as produções linguísticas. Tendo em conta o facto de a oração clivada que constitui o segundo membro das construções em análise ser tipicamente constituída por informação já dada ou pressuposta, tal elisão torna-se ainda mais expectável. A este propósito, veja-se, entre outros, Hedberg (2013).

Em (101), temos uma sequência semelhante à anterior: o locutor B retifica/corrige a asserção de A através de uma construção clivada que lhe permite, neste caso, focalizar um elemento que não se apresentava, de antemão, como o elemento em foco na referida asserção.

Em (102), contrariamente ao que se verifica nas duas sequências anteriores, a asserção alvo de refutação está ausente da superfície textual, mas a estrutura clivada aí presente continua a ter uma leitura retificativa. De facto, como tem sido referido por alguns autores (Casteleiro, 1979; Franco, 1988; Lobo, 2006), as chamadas "clivadas de *é que*" em PE parecem ter tipicamente uma leitura contrastiva, o que leva a que, mesmo na ausência do enunciado alvo de refutação, estas tenham um valor refutativo-retificativo e não meramente informativo.¹³⁸ Saliente-se, no entanto, que estas construções dificilmente podem constituir-se com uma intervenção iniciativa numa sequência conversacional, pelo que o enunciado alvo de refutação terá sempre de ser ativado no seu processamento.

No que toca às construções clivadas negativas – que têm recebido um grau de atenção consideravelmente menor do que as construções afirmativas – estas têm sido descritas como tendo tipicamente um foco contrastivo (Gross, 1977; Hedberg, 1990; Brito & Duarte, 2003).¹³⁹ Vejam-se os exemplos seguintes:

(103) O corvo não comeu A MAÇÃ.

(104) Não foi A MAÇÃ que o corvo comeu.

Em (103), temos uma frase simples negativa que pode ter uma leitura informativa ou refutativa, enquanto em (104) temos uma construção clivada negativa que, na ausência de um contexto que permita licenciar uma leitura distinta, parece ter tipicamente uma leitura refutativa.

¹³⁸ Num estudo comparativo sobre o que designa de partículas modais em Português e Alemão, Franco (1988: 151) afirma que *é que*, num enunciado como *O José é que comprou o carro* (traduzível, em Alemão, por *Joseph hat ein Auto gefaukt*) tem um efeito contrastivo, que pode ser explicitado num enunciado como *O José – e não o António – é que comprou o carro*.

¹³⁹ Gross (1977), analisando as construções clivadas em Francês, defende que estas terão sempre uma leitura contrastiva, quer se apresentem sob uma forma negativa ou afirmativa.

Estas construções podem assumir igualmente múltiplas formas. Vejam-se as sequências seguintes:

(105) A: A Maria FEZ O JANTAR.

B: Quem fez o jantar não foi A MARIA. Foi A ANA.

(106) "Sr. Polícia, não é O MEU CARRO que está EM CIMA DO PASSEIO. É O PASSEIO que está DEBAIXO DO MEU CARRO."

Em (105), a intervenção de B é constituída por um primeiro segmento de valor refutativo, materializado numa construção clivada negativa, onde se retoma, focalizando-o, o elemento que está na base da rejeição da asserção de A. Em contextos deste tipo, a este segmento segue-se tipicamente um outro de valor retificativo, materializado igualmente numa construção clivada tipicamente elíptica, onde se apresenta o elemento que deve substituir o constituinte alvo de refutação no segmento anterior, justificando-se, deste modo, o próprio ato refutativo realizado.

Em (106), um exemplo de cariz irónico/humorístico, temos igualmente uma construção clivada negativa com valor refutativo – onde o enunciado alvo de refutação seria, previsivelmente, da responsabilidade do polícia prestes a multar o proprietário do carro em questão –, seguido de uma construção clivada afirmativa de valor retificativo. É de notar que, neste exemplo, contrariamente ao que se verifica nas estruturas clivadas mais prototípicas, há dois constituintes em foco em cada um dos enunciados.

Hedberg (2013) analisa precisamente exemplos de construções clivadas em que tanto o constituinte clivado como a própria oração clivada se apresentam prosodicamente focalizados, indiciando assim que, ao contrário do que acontece nas construções mais prototípicas, também a oração clivada veicula informação nova. A autora designa este tipo de construções, ilustrado no exemplo apresentado de seguida, de *multiple-focus constructions*:

(107) [Beginning of a newspaper article]

It was just about 50 years ago that Henry Ford gave us the weekend. On September 25, 1926, in a somewhat shocking move for that time, he decided

to establish a 40-hour work week, giving his employees two days off instead of one. (Hedberg, 2013: 237)

Para além do destaque que as construções clivadas permitem atribuir aos elementos alvo de refutação/retificação nos enunciados que constituem o objeto do nosso estudo, a possibilidade de permitirem a focalização de múltiplos constituintes, bem como a possibilidade de permitirem a focalização de constituintes que não se constituíam, de antemão, como o foco dos enunciados alvo de refutação são ilustrativas da sua importância para a construção linguística das relações de refutação e retificação. De facto, se, nalgumas das sequências analisadas, as relações em questão poderiam ser igualmente materializadas sem recurso a estruturas deste tipo, a verdade é que estas parecem constituir-se como uma das opções preferenciais para a marcação das relações em questão.¹⁴⁰

2.6. As sequências refutativo-retificativas no quadro interacional

Tal como tem vindo a ser reiterado, as sequências refutativo-retificativas ocorrem tipicamente num contexto dialogal, constituindo-se como uma reação a uma asserção prévia da responsabilidade de um outro locutor. A rejeição de tal asserção convoca, por sua vez, uma reação por parte do alocutário, podendo este, explícita ou implicitamente, aceitar ou rejeitar a refutação levada a cabo pelo seu interlocutor.

Neste quadro, desde logo se evidencia a importância da consideração de fatores de ordem interacional na análise deste tipo de sequências. De facto, o quadro interacional em que estas ocorrem parece condicionar não só a sua realização discursiva, mas igualmente o tipo de elementos que podem estar na base da sua ocorrência.

No quadro das chamadas "teorias da cortesia verbal", onde se destaca a proposta matricial de Brown & Levinson (1978, 1987¹⁴¹),¹⁴² a expressão de desacordo, onde

¹⁴⁰ Há, no entanto, algumas restrições às possibilidades oferecidas pelas estruturas em análise. Desde logo, tal como foi notado anteriormente, há restrições de ordem sintática relacionadas, por exemplo, com o tipo de constituintes que estas permitem focalizar. Por outro lado, a cada uma das estruturas ou processos de clivagem podem estar associados distintos valores discursivos, levando a que nem todas as estruturas sejam aceitáveis nos mesmos contextos. A este propósito, vejam-se, entre outros, Prince (1978), Gundel (1985), Hedberg (1990), Costa & Duarte (2001) e Lobo (2006). No âmbito da marcação das relações de refutação e retificação, esta será certamente uma questão a explorar no futuro.

¹⁴¹ A publicação de 1987 constitui-se, no essencial, como uma reedição da proposta original, apresentada em 1978.

poderão enquadrar-se as sequências refutativo-retificativas em análise,¹⁴³ é classificada como um ato ameaçador da face (Leech, 1983; Pomerantz, 1984; Brown & Levinson, 1987).¹⁴⁴ Nesta qualidade, a realização de um ato deste tipo acarreta tipicamente a seleção, por parte do locutor, de estratégias de mitigação ou atenuação do caráter ameaçador do ato em questão.

O caráter ameaçador ou, nos termos da Análise Conversacional,¹⁴⁵ não preferencial de uma determinada sequência discursiva está, no entanto, fortemente dependente de fatores de ordem contextual, onde se destacam as relações de ordem socioafetiva existentes entre os interlocutores, as suas intenções discursivas, a tipologia discursiva que configura a interação, e o próprio grau de ameaça atribuído a uma determinada sequência numa determinado quadro sociocultural. Na proposta de Brown & Levinson (1987), estes fatores desempenham um papel central na determinação do grau de ameaça atribuível a um determinado ato discursivo, que, por sua vez, será determinante para a seleção da estratégia de mitigação apropriada ao ato em questão.

A importância deste conjunto de fatores levou alguns autores a defender que, ao contrário do que propõem Brown & Levinson, o caráter mais ou menos ameaçador de uma determinada sequência discursiva não pode ser avaliado *a priori*. No que toca à

¹⁴² Numa linha semelhante à de Brown & Levinson, há ainda a destacar as propostas de Lakoff (1973, 1979) e de Leech (1983), onde se propõe a existência de um conjunto de máximas conversacionais associadas à expressão da cortesia verbal, que, no seu conjunto, permitem explicar, em grande medida, por que razão as máximas conversacionais griceanas são sistematicamente violadas nalguns contextos. Sobre cortesia verbal, veja-se ainda Bravo & Briz (eds., 2004) e Briz (2008).

¹⁴³ Nalguns dos trabalhos que se têm debruçado sobre a expressão de desacordo, esta é frequentemente entendida, em sentido lato, como "an oppositional stance (verbal or non-verbal) to an antecedent verbal (or non-verbal) action" (Kakavá, 1993: 36). No presente trabalho, restringimos esta noção a desacordos de ordem verbal, considerando que, nessa aceção, as sequências refutativo-retificativas em análise constituirão um subtipo da expressão de desacordo verbal.

¹⁴⁴ O conceito de *face*, inicialmente cunhado por Goffman (1967), é definido em Brown & Levinson como "the public self-image that every member [of a society] wants to claim for himself" (1987: 61), sendo dividido em dois tipos básicos:

- (i) uma *face negativa*, definida como "the basic claim to territories, personal preserves, right to non-distraction – i.e. to freedom of action and freedom from imposition" (p. 61);
- (ii) uma *face positiva*, definida como "the positive consistent self-image or 'personality' (crucially including the desire that his self-image be appreciated or approved of) claimed by interactants" (p. 61).

No quadro proposto, a proteção de ambos os tipos de face (tanto do locutor, como do alocutário) desempenha um papel determinante nas estratégias de cortesia verbal selecionadas pelos falantes. Tais estratégias terão como função primordial a mitigação dos chamados atos ameaçadores de face, de que é exemplo a refutação.

¹⁴⁵ Sobre o caráter mais ou menos preferencial dos membros de pares adjacentes, veja-se, entre outros, Duranti (1997).

expressão de desacordo, esta posição é defendida, entre outros, por Angouri & Locher (2012) e Sifianou (2012).

A um nível intuitivo, acreditamos, porém, que a expressão de desacordo pode ser considerada como um ato tipicamente ameaçador de face que, em determinados contextos, pode perder ou diminuir o seu grau de ameaça e ser até discursivamente valorizado. Esta convicção é, aliás, indiretamente reforçada por Locher (2004), que constata que a maior parte das sequências discursivas que veiculam desacordo é acompanhada de estratégias de mitigação ou de valorização da face do alocutário.

Um dos reflexos do caráter ameaçador dos enunciados refutativos parece ser, desde logo, a necessidade de estes serem acompanhados de um segmento retificativo que, para além de permitir apresentar o elemento considerado pelo locutor como mais adequado para substituir o elemento alvo de refutação, parece desempenhar igualmente uma função justificativa da refutação levada a cabo.

De facto, nos *corpora* analisados, não é frequente a ocorrência de um enunciado refutativo não acompanhado de uma sequência retificativa. Tipicamente, ou a refutação é indiretamente realizada por um segmento retificativo – que, neste caso, desempenhará uma dupla função –, ou é acompanhada de uma sequência deste tipo.¹⁴⁶

A presença de um segmento retificativo parece permitir, assim, não só uma atenuação da ameaça à face do alocutário, mas igualmente uma atenuação da ameaça à face do próprio locutor, dado que, ao refutar ou rejeitar um determinado enunciado, este se expõe a uma reação crítica por parte do seu interlocutor, nomeadamente através da rejeição da refutação por ele levada a cabo.

De facto, a refutação parece constituir-se como uma dupla ameaça não só à face do alocutário, mas (potencialmente) também à face do locutor: ao ver rejeitado/refutado um enunciado da sua responsabilidade ambos os interlocutores sentem ameaçada não só a sua face positiva, mas igualmente a sua face negativa, dado que, tal como salienta Locher (2004), a ocorrência de uma sequência deste tipo acarreta tipicamente uma

¹⁴⁶ Mesmo nos casos em que, pela natureza do elemento que está na base da refutação, não é possível a ocorrência de um segmento retificativo, a refutação é tipicamente acompanhada de um segmento de natureza justificativa, como se ilustra na sequência seguinte:

(i) A: A Maria divorciou-se do Pedro.

B: Ela não se divorciou. *Ela e o Pedro nunca foram casados.*

reação, de aceitação ou recusa, por parte do falante cujo enunciado é alvo de refutação.¹⁴⁷

A realização linguística destas construções parece evidenciar igualmente o seu carácter ameaçador. Num estudo sobre a realização do morfema de negação em enunciados que veiculam desacordo, Yager-Dror (1995, 1997) demonstra que, no Inglês dos Estados Unidos, este é sistematicamente contraído ou realizado sem proeminência prosódica; de igual modo, num estudo sobre a realização prosódica do morfema de negação em Inglês britânico, Kaufmann (2002) demonstra que este é também tipicamente realizado sem proeminência prosódica.

O estudo de Kaufman parece evidenciar que, com exceção de determinados contextos em que, por exemplo, as questões de ordem argumentativa se sobrepõem às questões de ordem relacional, na generalidade das interações do quotidiano a refutação é sentida como um ato potencialmente ameaçador de face(s).

Partindo deste pressuposto, procuremos aferir de que modo o carácter mais ou menos ameaçador de determinadas sequências refutativo-retificativas se poderá refletir não só na sua realização discursiva, mas também no tipo de constituinte que pode estar no seu escopo.

Antes de mais, convém salientar que um estudo aprofundado desta questão implicaria a análise de um número considerável de ocorrências deste tipo de sequências, tanto em contextos onde, por razões de vária ordem, estas se afiguram como potencialmente ameaçadoras, como em contextos onde, pelo contrário, estas são discursivamente valorizadas, tal como acontece no Discurso Político e, em particular, nos debates parlamentares. Não sendo fácil o acesso a ocorrências deste tipo em contextos em que estas sejam sentidas como potencialmente ameaçadoras – pense-se,

¹⁴⁷ Nos exemplos seguintes, ilustram-se algumas das reações possíveis a uma sequência refutativo-retificativa. Tal como se exemplifica, pode haver uma aceitação, explícita (cf. (i)) ou implícita (cf. (ii)), ou uma rejeição (cf. (iii)) da refutação levada a cabo:

- (i) A: A Maria divorciou-se do Pedro.
B: Ela não se divorciou. Eles nunca foram casados.
A: Pois, tens razão. Eles nunca chegaram a casar.
- (ii) A: A Maria divorciou-se do Pedro.
B: Ela não se divorciou. Eles nunca foram casados.
A: Bom, isso também não é importante. O que interessa é que eles estão separados.
- (iii) A: A Maria divorciou-se do Pedro.
B: Ela não se divorciou. Eles nunca foram casados.
A: Foram, foram! Eu até fui convidada para o casamento!

por exemplo, em interações entre falantes cujo relação socioafetiva seja distante e/ou cujo objetivo comunicativo primordial não seja de ordem argumentativa – a extração de conclusões a este respeito terá sempre de ser feita com bastante cuidado. Deste modo, tal como referimos na introdução deste trabalho, ao debruçarmo-nos sobre esta questão, baseámo-nos não só na análise de debates políticos parlamentares – onde estas sequências são não só expectáveis, como discursivamente valorizadas – e nos dados recolhidos no CRPC e CETEMPúblico, mas também na nossa intuição enquanto falante nativa.

Como vimos anteriormente, as sequências refutativo-retificativas podem ter várias realizações linguísticas. Prototipicamente, poderão ser constituídas por um segmento refutativo, tipicamente materializado num enunciado contendo uma negação metalinguística e acompanhado de um segmento retificativo e/ou justificativo,¹⁴⁸ ou por um segmento retificativo que, nesse caso, desempenhará uma dupla função. As construções constituídas por apenas um segmento refutativo ocorrem muito raramente nos *corpora* analisados.

Para além de outros fatores que podem determinar a opção por um tipo de construção em detrimento de outro, o grau de ameaça atribuível a cada um deles parece desempenhar um papel importante.

Moeschler (1982) debruça-se precisamente sobre esta questão, defendendo que a refutação materializada num segmento retificativo é menos ameaçadora do que a refutação proposicional que, por sua vez, é menos ameaçadora do que a refutação pressuposicional. Como tivemos oportunidade de notar, parece-nos que esta análise apresenta alguns problemas, nomeadamente no que toca à não distinção entre tipo de construção refutativa e tipo de elemento que pode estar na sua base.¹⁴⁹ No entanto, o que aqui importa salientar é que, no estudo em questão, a retificação é considerada como a construção menos ameaçadora, o que a nossa análise de dados do PE parece confirmar. A um nível intuitivo, parece-nos que esse carácter menos ameaçador pode residir no facto de esta construção, ao ser mais económica, conferir uma menor proeminência ao ato refutativo levado a cabo, permitindo simultaneamente justificá-lo. A validação desta hipótese terá necessariamente de passar pela análise da resolução

¹⁴⁸ Nestas construções, o segmento retificativo e/ou justificativo pode ocorrer em diversas posições, podendo anteceder ou mesmo ocorrer no interior do segmento refutativo.

¹⁴⁹ Cf. 2.2.1.

discursiva deste tipo de sequências – particularmente, no que toca à reação do alocutário à refutação levada a cabo –, que pretendemos explorar em trabalhos futuros.

Nesta hipotética escala de ameaça atribuível a cada uma das construções referidas acima, a construção constituída apenas por um segmento refutativo será a mais ameaçadora, dado que a refutação não é acompanhada de qualquer segmento que valide ou justifique a sua ocorrência. Como salientámos, uma construção deste tipo é bastante rara, dado que, mesmo em contextos onde as questões de ordem relacional não são muito pertinentes – pense-se, por exemplo, numa conversa entre duas pessoas que tenham abertamente uma má relação pessoal e que estejam a falar de um tema em relação ao qual tenham posições claramente divergentes –, os falantes tendem a querer validar/justificar as suas afirmações.

Entre estes dois polos encontram-se as construções constituídas por um segmento refutativo acompanhado de um segmento retificativo e/ou justificativo, que ocorrem com grande frequência nos debates políticos parlamentares. Tal como salienta Marques (2000, 2007), estes debates caracterizam-se precisamente por serem discursos agonais em que a argumentação e, em particular, o confronto são não só expectáveis como fortemente valorizados. Neste contexto, a refutação, por se encontrar já ritualizada, não tem um carácter tão ameaçador como o que potencialmente teria noutra tipo de interações ou contextos discursivos, o que evidencia, uma vez mais, o relevo dos géneros discursivos/textuais na análise desta relação.

Como os trabalhos de Yager-Dror (1995, 1997) e Kaufmann (2002) evidenciam, quanto maior é o grau de ameaça veiculado por uma determinada sequência verbal, mais os falantes tendem a diminuir a sua proeminência discursiva. Neste quadro, parece-nos que, num contexto em que as sequências refutativo-retificativas sejam sentidas como (mais) ameaçadoras, os falantes tenderão a optar pela sua materialização em estruturas não marcadas, particularmente no que toca aos processos de focalização nelas presentes. Assim, por exemplo, a opção por uma estrutura clivada parece ser mais provável em contextos em que a ameaça veiculada pelas sequências em análise não seja considerada (demasiado) elevada, tal como se verifica nos debates parlamentares, onde estas estruturas ocorrem com grande frequência.

O quadro interacional em que estas sequências ocorrem é igualmente determinante para o grau de ameaça atribuído ao elemento que pode estar na base da sua

ocorrência. De facto, e a título de exemplo, se, no âmbito do Discurso Didático, uma refutação tendo por base a correção morfosintática de um determinado enunciado não veicula uma grande ameaça para a face dos interlocutores, a sua ocorrência noutros contextos é tipicamente sentida como ameaçadora. Neste sentido, será expectável que, mesmo deparando-se com um enunciado que não considera adequado a este nível, um falante opte por não o corrigir, dada a potencial ameaça que tal correção constituiria para a face do seu interlocutor.¹⁵⁰

Como se depreende do foi exposto, a avaliação do (potencial) grau de ameaça das sequências refutativo-retificativas e dos reflexos que tal poderá ter na sua configuração discursiva revela-se bastante complexa, dado estar dependente – tal como na generalidade dos atos discursivos – de múltiplos fatores. Todavia, acreditamos que esta questão, que pretendemos retomar em trabalhos futuros, se revela de grande pertinência não só do ponto de vista descritivo, mas igualmente em termos didáticos, dado que, particularmente em textos de caráter argumentativo, a adequação deste tipo de sequências ao contexto situacional em que ocorrem se revela fundamental.

2.7. Síntese

A refutação, entendida aqui como a relação discursiva que se estabelece, no domínio pragmático-funcional, entre um enunciado cuja função é rejeitar ou declarar inaceitável um outro e o enunciado que é alvo de refutação, é uma relação que se revela complexa a vários níveis.

No quadro das chamadas *Teorias Semânticas Dinâmicas*, a relação entre o enunciado refutativo e o enunciado alvo de refutação é geralmente entendida como uma relação de incompatibilidade semântica. No nosso entender, embora tal possa verificar-se nalgumas das suas ocorrências, esta definição não permite abranger os vários tipos de refutação existentes, que podem estar relacionados não só com o que é dito ou implicitado no enunciado alvo, mas igualmente com aspetos de ordem formal. De facto, mesmo nos casos em que na base da refutação se encontra o que é implicitado não será

¹⁵⁰ Curiosamente, nalguns contextos é a não refutação de um determinado enunciado que pode constituir uma ameaça para a face do locutor. Veja-se o exemplo seguinte:

(i) A: Não repares. A casa está toda desarrumada.

B: Não está nada!

Como o exemplo anterior evidencia, em contextos deste tipo uma refutação pode revelar-se um ato de cortesia e não um ato ameaçador. Este será igualmente um aspeto a explorar em trabalhos futuros.

possível estabelecer, em rigor, uma relação deste tipo entre os referidos enunciados. Por esta razão, consideramos que a existência de uma incompatibilidade semântica não é uma condição necessária para o estabelecimento de uma relação deste tipo.

A identificação do enunciado alvo de refutação constitui igualmente outra das questões a ter em conta no tratamento desta relação. Regra geral, considera-se que a refutação pode ter no seu escopo não só um enunciado "real", isto é, um enunciado explicitamente materializado na superfície textual, mas igualmente um enunciado "virtual", isto é, um enunciado meramente implícito num determinado contexto enunciativo. Considerando que tal é efetivamente válido, parece-nos, todavia, que os termos em que este último tem sido definido são demasiado vagos. Nesse sentido, procurámos estabelecer, neste trabalho, alguns critérios para a identificação dos contextos em que um determinado enunciado, geralmente negativo, tem tipicamente uma função refutativa ou metalinguística, tendo no seu escopo um enunciado da responsabilidade de um outro locutor, ainda que este não se encontre explicitamente realizado na superfície textual, e não uma função meramente descritiva. No nosso entender, os casos em que o enunciado alvo de refutação é facilmente inferível a partir do contexto discursivo, bem como aqueles em que o tópico discursivo tem uma natureza polémica são aqueles que parecem favorecer mais claramente uma interpretação deste tipo. Em determinados géneros discursivos/textuais, como é o caso do Discurso Político Parlamentar, é ainda curioso verificar que a refutação é, com alguma frequência, utilizada como uma estratégia de atribuição ao alocutário de enunciados que não são da sua responsabilidade. Esta questão não poderá, naturalmente, ser equacionada sem recurso à noção de polifonia.

No que toca aos vários tipos de refutação existentes, a divisão mais apropriada será, no nosso entender, entre refutações baseadas no que é dito ou implicitado no enunciado alvo, que constituirão as suas ocorrências mais prototípicas, e refutações relacionadas com aspetos de ordem formal, como sejam a sua realização fonética ou morfossintática. Como teremos oportunidade de notar no capítulo seguinte, esta divisão parece ter reflexos ao nível das construções em que as sequências refutativo-retificativas podem materializar-se em PE, havendo construções especializadas na marcação de cada um dos tipos de refutação em análise.

A este propósito, Moeschler (1982) propõe uma classificação alternativa, baseada não só nos elementos que podem estar no escopo da refutação e na sua realização discursiva, mas igualmente no grau de ameaça à face dos interlocutores atribuível a cada um deles. Pelas razões apresentadas ao longo da nossa exposição, esta proposta não nos parece a mais adequada. Na verdade, o fator que consideramos mais relevante para a avaliação do grau de ameaça à face dos interlocutores de uma determinada sequência refutativo-retificativa está relacionado com o contexto situacional e, em particular, com o género discursivo/textual em que se enquadra a interação e não com o tipo de elementos que podem estar no escopo da refutação ou mesmo a sua realização discursiva. A título de exemplo, a refutação pressuposicional, considerada pelo autor como a mais ameaçadora de todas, pode constituir, nalguns contextos, uma ameaça de face(s) consideravelmente menor do que uma refutação baseada na correção linguística do enunciado alvo. De igual modo, em determinados géneros discursivos/textuais, as sequências refutativo-retificativas, que têm tipicamente um carácter ameaçador de face(s), são não só expectáveis como discursivamente valorizadas, tal como se verifica no Discurso Político, particularmente na sua vertente parlamentar.

Grande parte da reflexão sobre a refutação foi desenvolvida em trabalhos sobre a negação metalinguística, que constitui justamente uma das suas realizações prototípicas na generalidade das línguas. Foi precisamente neste âmbito que foram analisados alguns aspetos essenciais não só para a caracterização desta relação, mas igualmente de diversos fenómenos linguísticos como a negação de constituinte ou a chamada entoação contrastiva, cuja compreensão não é possível sem a consideração da função discursiva das sequências em que ocorrem. A análise da estreita relação existente entre refutação e focalização, revela-se, de facto, não só fundamental para uma adequada caracterização desta relação, em cujo processamento os diversos processos de focalização analisados parecem desempenhar um papel determinante, mas igualmente, a um nível mais global, para a compreensão da distinção entre o chamado foco informativo e foco contrastivo, que tem atravessado os vários domínios da reflexão linguística até à atualidade, e à luz da qual devem ser equacionados, no nosso entender, diversos fenómenos de ordem sintática e prosódica, de que são exemplos, para além da negação de constituinte e da entoação contrastiva, as construções de clivagem e diversos fenómenos de elipse.

3. Construções refutativo-retificativas em Português Europeu

Nos *corpora* analisados, as construções refutativo-retificativas não se restringem à ocorrência de um segmento refutativo acompanhado de um segmento retificativo. De facto, é bastante frequente a ocorrência isolada de um segmento retificativo, que, tal como foi salientado anteriormente, desempenhará, neste caso, uma dupla função refutativo-retificativa, sendo igualmente possível, ainda que com menos frequência, a ocorrência isolada de um segmento refutativo.

Os enunciados que desempenham a função refutativa ou (refutativo-)retificativa, quer ocorram em simultâneo ou isoladamente na superfície textual, podem assumir diversas formas, que vão desde a manutenção de uma estrutura idêntica à do enunciado alvo de refutação, retomando-o global ou parcialmente, à sua transformação, nomeadamente através de alguns dos processos de focalização já analisados.

Tendo por base estas considerações gerais, debruçar-nos-emos, no presente capítulo, sobre as construções em que as relações de refutação e retificação podem moldar-se quando ocorrem em simultâneo na superfície textual, dado que é neste contexto que ocorrem as expressões conectivas que parecem ter-se especializado na sua marcação em PE.

Neste contexto, os segmentos refutativo e retificativo materializam-se prototipicamente em construções de natureza paratática, que podem ser de coordenação ou de justaposição. Em construções deste tipo, podem ocorrer diversas expressões conectivas que estão frequentemente ausentes das gramáticas tradicionais ou nelas são incluídas sem que o seu valor refutativo-retificativo seja objeto de consideração. Na parte inicial do presente capítulo, debruçar-nos-emos sobre estas construções, prestando uma particular atenção aos conectores que nelas podem ocorrer.

Na segunda parte da nossa exposição, analisaremos algumas expressões que, em determinados contextos, parecem ter-se especializado como marcadores das relações de refutação e retificação em PE, quer estas ocorram em simultâneo ou isoladamente na superfície textual.

3.1. Construções refutativo-retificativas de coordenação

Tendo em conta a análise dos *corpora* que estão na base do nosso estudo, consideramos que, em PE, as construções refutativo-retificativas de coordenação podem ser divididas em três grupos: (i) a construção *não p, mas* _{SN} *q*,¹⁵¹ que tem sido apontada como uma das construções refutativo-retificativas mais prototípicas na generalidade das línguas; (ii) as construções *não p, mas sim/mas antes/e sim q*, em que ocorrem algumas expressões conectivas que parecem ter-se especializado na marcação de valores refutativo-retificativos e cujo comportamento discursivo é muito semelhante ao de *mas* _{SN}; (iii) as construções correlativas do tipo *não só p, mas também q*, que, nalguns contextos, parecem ter igualmente um valor refutativo-retificativo, permitindo rejeitar o conteúdo proposicional ou uma Q-implicatura associada ao enunciado alvo de refutação.

Como é sabido, a conjunção *mas*, cuja ocorrência aponta, em sentido lato, para a existência de um contraste entre o que assere ou se pode inferir, respetivamente, a partir de *p* e de *q*, pode ter múltiplos valores discursivos. Entre eles, destacam-se precisamente os seus usos contra-argumentativo e refutativo-retificativo, amplamente estudados desde o célebre artigo "Deux mais em français?", de Anscombe & Ducrot (1977).¹⁵²

Dada a sua centralidade não só para o tratamento de *mas*, mas também para a descrição do funcionamento discursivo da generalidade das expressões conectivas que podem ocorrer nas construções em análise, começaremos por fazer uma reflexão sobre o modo como esta distinção tem sido equacionada.

¹⁵¹ A notação *mas* _{SN} diz respeito à conjunção *mas* no seu uso refutativo-retificativo (Anscombe & Ducrot, 1977).

¹⁵² A proposta de Lakoff (1971) constitui outra referência fundamental neste domínio. Partindo da análise da conjunção *but*, a autora defende que esta pode ter um valor de *oposição semântica*, ilustrado numa sequência como "John is tall but Bill is short" (p. 133), ou um valor de *negação de expectativas*, ilustrado numa sequência como "John is tall but he's no good at basketball" (p. 133). Na literatura, este valor de oposição semântica surge também sob a designação de *contraste* ou *paralelismo contrastivo*, sendo o valor de negação de expectativas também designado de *concessivo* ou, nos termos de Anscombe & Ducrot (1977), de *contra-argumentativo* (cf., entre outros, Abott (1972), Hobbs (1985), Blakemore (1987), Rudolph (1996), Schwenter (2001) ou Umbach (2005)).

3.1.1. A distinção *mas* _{PA}/ *mas* _{SN}

A distinção entre o chamado uso *PA* (ou contra-argumentativo) e o chamado uso *SN* (ou refutativo-retificativo) da conjunção *mas* remonta ao célebre artigo "Deux *mais* en français?", de Anscombe & Ducrot (1977).

Observando que a conjunção francesa *mais* seria traduzível por dois morfemas distintos em línguas como o Espanhol e o Alemão – respetivamente, *pero/sino* e *aber/sondern* –, Anscombe & Ducrot (1977; Ducrot, 1978) propõem que, em Francês, esta seja analisada tendo igualmente em conta duas entidades que designam de *mais* _{PA} e *mais* _{SN}, evocando o valor, no primeiro caso, dos morfemas *pero* e *aber* e, no segundo, dos morfemas *sino* e *sondern*. Vejam-se os exemplos seguintes:

(108) a. Dialogue I

A: Je voudrais des renseignements sur le Portugal; je vais en demander à X, qui est portugais.

B : Non, X n'est pas portugais *mais* brésilien, et il ne pourra rien te dire de précis.

b. Dialogue II

A: Je voudrais des renseignements sur le portugais; je vais en demander à X, qui est portugais.

B : Non, X n'est pas portugais; *mais* il est brésilien, et il pourra sans doute te renseigner.

(Ducrot, 1978: 110)

Em ambos os diálogos, o locutor B, ao asserir *Non, X n'est pas portugais*, afirma que A está enganado, dado que X não é português. Contudo, tal como é evidenciado nas conclusões retiradas pelo mesmo locutor, os segmentos discursivos que se seguem a esta afirmação, embora ambos prefaciados pela conjunção *mais* e aparentemente similares, têm um valor discursivo claramente distinto, que pode ser evidenciado pela tradução que a referida conjunção teria em Espanhol ou em Alemão: em (108-a), *mais* seria traduzível, respetivamente, por *sino* e *sondern*; em (108-b), a mesma conjunção seria traduzível, respetivamente, por *pero* e *aber*.

Da facto, *mas*_{SN}, à imagem do que acontece em (108-a), ocorre prototipicamente em contextos refutativo-retificativos, introduzindo um elemento que vem substituir aquele que é alvo de refutação no segmento anterior, enquanto *mas*_{PA}, tal como acontece em (108-b), ocorre prototipicamente em contextos contra-argumentativos, em que o locutor apresenta, em *q*, um argumento ou, mais diretamente, uma conclusão que contrasta com a conclusão para a qual o segmento anterior (*p*) constitui um argumento. Tendo em conta o seu valor semântico-pragmático, *mas*_{PA} é, por vezes, também designado de *mas concessivo*.

Este distinto valor discursivo manifesta-se a vários níveis, que se revelam de particular importância para a sua distinção em línguas que contêm apenas um morfema, como é o caso do Português.

Em primeiro lugar, a ocorrência de *mas*_{SN} apenas é aceitável quando há, no segmento anterior, uma negação sintática de carácter metalinguístico. Compare-se a aceitabilidade das intervenções de B e B' em (109):

(109) A: O João está feliz!

B: O João não está feliz, *mas*_{SN} apenas resignado!

B': * O João está infeliz, *mas*_{SN} apenas resignado!

Nesta sequência, apenas a intervenção de B, que contém uma negação sintática no segmento que precede *mas*_{SN}, é aceitável, sendo a intervenção de B', que contém uma negação morfológica no referido segmento, inaceitável.

Ao contrário de *mas*_{PA}, que pode conectar todo o tipo de sintagmas, frases ou unidades textuais, *mas*_{SN} nunca pode, a não ser em ocorrências marginais, conectar frases independentes¹⁵³ ou, como daí decorre, unidades textuais, permitindo apenas conectar sintagmas (com exceção de sintagmas verbais) ou frases subordinadas, que, pela sua natureza dependente enquanto constituintes de uma oração subordinante, se aproximam, a um certo nível, de sintagmas. Os exemplos seguintes ilustram, respetivamente, a conexão de sintagmas (cf. (110)) e de frases subordinadas (cf. (111)) através de *mas*_{SN}:

¹⁵³ Ao longo do presente trabalho, os conceitos *frase independente* e *sintagma verbal* são utilizados no sentido que lhes é atribuído em Peres & Mória (1995: 375-376).

(110) a. O PS reclama os louros desse leilão da dívida pública, mas, na realidade, ele foi possível com o dinheiro dos impostos e das prestações sociais, não *de todos os portugueses*, como a Sr.^a Deputada disse, mas *da esmagadora maioria*, porque, enquanto esses portugueses pagaram mais de 4000 milhões de euros de ajustamento orçamental, a banca irá pagar, de acordo com os números do Governo, 100 milhões de euros!..."¹⁵⁴

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 38, p. 14)

b. No entanto, realça, «não são *as OPP* quem está mal», mas «*a componente oficial*». (CETEMPúblico, Ext. 322, soc, 97b)

(111) a. Entre as promessas, a mais importante foi a de que tenciona retirar as tropas russas da Tchetchénia, embora não tenha dito *quando*, mas apenas *que não será na totalidade*, e não seja a primeira vez que anúncios semelhantes são feitos nas vésperas de novas ofensivas militares.

(CETEMPúblico, Ext. 727, pol, 96a)

b. " [a geração Erasmus] que, infelizmente, muitas vezes já não volta para Portugal, não *porque deixe de gostar do seu país* mas *porque as condições que aqui encontra são, muitas vezes, desmotivadoras para seguirem os seus objetivos*." (DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 34, p. 56)

¹⁵⁴ É de notar que, na parte inicial do exemplo em análise, temos uma ocorrência de *mas PA* introduzindo um segmento de valor refutativo-retificativo, evidenciado pela ocorrência da expressão *na realidade*, que implícita que o que o sujeito da primeira oração afirma ou reclama não se verifica. Em contextos deste tipo, parece-nos, no entanto, que *mas* continua a ter um comportamento *PA* e não *SN*, não apenas do ponto de vista sintático, mas igualmente do ponto de vista semântico-pragmático, dado que prefacia um segmento que se apresenta não como a alternativa a um constituinte anteriormente rejeitado, mas sim como uma asserção contrária às expectativas desencadeadas pelo que se afirma ou implícita no segmento precedente (no exemplo em consideração, tal expectativa seria a de que o que é afirmado pelo PS corresponde à realidade). Em contextos deste tipo, *mas* coocorre frequentemente com expressões como *na realidade*, *na verdade*, ou outras de valor semelhante:

(i) Mas o que ficámos a perceber aqui, hoje, foi que, quando se fala de cultura, as restantes bancadas parlamentares entendem que falamos de centralização, mas, *na verdade*, exigimos direitos para toda a população em todo o território. (DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 39, p. 72).

(ii) Entretanto, disseram que esta barragem não foi construída por falta de concorrentes. Mas *sabemos* que ela não foi construída, porque «afogaria» Abrantes e todo o PS da região.

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 40, p. 58)

Embora os constituintes conectados por *mas* _{SN} ocupem geralmente posições contíguas, tal nem sempre se verifica. De facto, num exemplo como (110-b), o sintagma alvo de refutação (*as OPP*) e o sintagma que o substitui (*a componente oficial*) não se encontram em posições contíguas. Exemplos deste tipo, em que ocorrem estruturas clivadas, constituem precisamente um dos casos em que a não contiguidade dos elementos conectados não produz resultados inaceitáveis. Quando não estamos perante estruturas desse tipo, essa não contiguidade produz geralmente resultados pouco aceitáveis, tal como se evidencia na intervenção de B' na sequência seguinte:

(112) A: O João foi a Lisboa de comboio.

B: O João não foi de comboio a Lisboa, mas ao Porto.

B': ?? O João não foi a Lisboa de comboio, mas ao Porto.

Por outro lado, tal como é característico das estruturas de coordenação, embora os elementos conectados tenham geralmente a mesma natureza categorial, tal nem sempre acontece. De facto, há numerosos exemplos em que *mas* _{SN} permite conectar elementos que pertencem a categorias diferentes, ainda que, para que tal conexão dê origem a enunciados aceitáveis, seja geralmente necessária a existência de um paralelismo semântico-funcional entre os elementos conectados (Anscombe & Ducrot, 1977; Flamenco García, 1999: 3860; Matos, 2003a: 576-581; Matos & Raposo, 2013:1768-1771), tal como se verifica nas sequências seguintes:

(113) a. Una tesis no se hace *en cuatro días*, sino *lentamente*.

(Flamenco García, 1999: 3860)

b. E estamos a fazê-lo não *por uma questão de política economicista*, mas *porque, em termos de cuidados de saúde primários, não se justifica que essas unidades estejam abertas*.

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 39, p. 17)

A questão da conexão de sintagmas afluída anteriormente afigura-se, todavia, algo complexa. De facto, como notam Matos (2003a: 575) e Matos & Raposo (2013:

1784-1786), há alguns autores que defendem que o que se designa de conexão de sintagmas é, na realidade, uma conexão de orações elípticas. Barros (1998b), a propósito de um enunciado como *Não moro em casa própria, mas com o meu pai*, afirma que "A elipse de "moro" põe em evidência qual o constituinte de *p* que 'desengatilha' a negação e que, por isso, deve ser substituído, tornando a negação mais precisa" (p. 28). Esta parece ser igualmente a posição de Anscombe e Ducrot (1977)¹⁵⁵ ou ainda a de Horn (1989) que, a este propósito, afirma: "*mais* _{SN} – from the earlier period on – occurs only in reduced (gapped) clauses" (p. 406).

Não negando a existência de coordenação de orações com posterior aplicação de elipse,¹⁵⁶ Matos & Raposo (2013) defendem que esta análise nem sempre é a mais adequada, dado que, nalguns casos, produz resultados pragmaticamente anómalos ou mesmo agramaticais, tal como se verifica em (114-b) e (115-b), que se constituiriam, respetivamente, como as fontes pré-elípticas de (114-a) e (115-a):

(114) a. O orador convidado foi um conhecido professor e investigador.

b. # O orador convidado foi um conhecido professor e o orador convidado foi um conhecido investigador.

(Matos & Raposo, 2013: 1784-1785)

(115) a. O Pedro e o António cumprimentaram-se um ao outro.

b. * O Pedro cumprimentou-se um ao outro e o António cumprimentou-se um ao outro.

(Matos & Raposo, 2013: 1785)

¹⁵⁵ "Une règle d'effacement exige que, lorsque *p'* et *q* ont une partie commune, celle-ci soit effacée quand le connecteur est un *mais* = *SN*." (Anscombe & Ducrot, 1977: 35).

¹⁵⁶ As frases seguintes constituem exemplos de coordenação de orações com elipse da informação redundante:

(i) Ela comprou laranjas (para o almoço) e nós ~~compramos~~ pêssegos (para o jantar).

(Matos & Raposo, 2013: 1786)

(ii) O assunto foi amplamente discutido por todos os deputados e [-] também ~~foi amplamente discutido~~ pelos partidos políticos. (Matos & Raposo, 2013: 1786)

Por outro lado, esta análise não permite igualmente dar conta da concordância verbal plural com sujeitos coordenados, tal como se verifica na frase *O livro e a caneta estão na tua secretária*, cuja hipotética fonte pré-elítica seria [*O livro (está na tua secretária)*] e *a caneta (está na tua secretária)*] (Matos & Raposo, 2013: 1784).

Tendo em conta as evidências apresentadas por Matos & Raposo, parece-nos que, em construções refutativo-retificativas do tipo *não p, mas_{SN} q*, quando *q* corresponde a um sintagma, não estamos perante coordenação de orações elípticas, mas sim coordenação sintagmática ou, nos termos de Matos (2003c: 899), contraste sintagmático.

De facto, há numerosos exemplos que permitem evidenciar que enunciados com contraste sintagmático em que ocorre *mas_{SN}* não têm uma interpretação idêntica à de enunciados que, aparentemente, poderiam ser considerados as suas paráfrases não elípticas.¹⁵⁷ A título de exemplo, compare-se (116-a), que tem claramente uma leitura refutativo-retificativa, e (116-b), que tem, nos termos de Anscombe & Ducrot (1977), uma leitura contra-argumentativa:

(116) a. O Pedro não comprou uma mota, *mas_{SN}* um carro.

b. O Pedro não comprou uma mota, *mas_{PA}* comprou um carro.

Nalguns casos, as hipotéticas fontes pré-elípticas das construções em análise revelam-se pragmaticamente anómalas. A título de exemplo, veja-se (117-b), em que o contraste que é expresso leva a uma leitura *SN* de *mas*, mas o facto de o segundo segmento ser constituído por um sintagma verbal invalida esta leitura:

¹⁵⁷ A este propósito, recordem-se os critérios apontados em Quirk *et al.* (1985: 888) para a existência de uma elipse:

- a. The missing expression is precisely recoverable;
- b. The elliptical construction is ‘defective’;
- c. The insertion of the missing expression results in a grammatical sentence with the same meaning as the elliptical sentence;
- d. The missing expression is recoverable from the neighbouring text (rather than from the structural or situational context);
- e. The missing expression is an exact copy of the antecedent.

(117) a. O Pedro não joga bem, *mas* _{SN} muito bem!

b. # O Pedro não joga bem, *mas* _{SN/PA} joga muito bem!

Como foi referido anteriormente, o facto de, em exemplos deste tipo, o segmento retificativo introduzido por *mas* _{SN} ter uma estrutura sintagmática e não oracional não parece invalidar o seu carácter proposicional. De facto, como demonstra Mória (2008), os segmentos introduzidos por *mas*, mesmo quando não têm uma estrutura frásica, continuam a ter, no plano semântico, um valor proposicional.

O facto de *mas* _{SN} poder articular apenas sintagmas ou frases dependentes parece estar também relacionado com o facto de esta unidade ser tipicamente utilizada, como aponta Flamenco García (1999: 3860), em contextos em que há uma clara focalização de um determinado constituinte, focalização essa que, entre outros fatores, nomeadamente prosódicos, pode ser reforçada, em construções deste tipo, pela presença de uma negação de constituinte ou por uma estrutura de clivagem.

Outro dado de grande importância para a aferição do distinto valor semântico-pragmático de *mas* _{PA} / *mas* _{SN} é o facto de apenas as construções com *mas* _{PA} poderem ser parafraseáveis, com as devidas transformações gramaticais, por construções em que ocorrem conjunções subordinativas concessivas, como é o caso de *embora* e *ainda que*, ou locuções prepositivas como *apesar de*, ou ainda por construções em que ocorrem expressões conectivas como *porém*, *todavia*, *contudo* ou *no entanto* (Tomás, 2003; Matos & Raposo, 2013: 1809-1810), podendo, aliás, neste último caso, com elas coocorrer, tal como se ilustra em (118-c):

(118) a. Está a chover, *mas* _{PA} não vou levar o guarda-chuva.

b. *Embora* esteja a chover, não vou levar o guarda-chuva.

c. Está a chover, *mas* _{PA}, *no entanto*, não vou levar o guarda-chuva.

O distinto valor semântico-pragmático de *mas* _{PA} e *mas* _{SN} parece, assim, ter claros reflexos ao nível da sua realização discursiva, onde se destacam as seguintes propriedades, aqui retomadas em jeito de síntese:

- (i) *mas* _{SN} apenas é aceitável quando há, no segmento que precede a sua ocorrência, uma negação sintática de caráter metalinguístico, enquanto *mas* _{PA} é aceitável sem que, no referido segmento, haja qualquer negação;
- (ii) ao contrário de *mas* _{PA}, *mas* _{SN} apenas permite conectar sintagmas (com exceção de sintagmas verbais) e frases subordinadas;
- (iii) apenas *mas* _{PA} pode ser parafraseável por expressões conectivas de valor concessivo.

Em trabalhos sobre o PE, a pertinência da distinção *mas* _{PA} / *mas* _{SN} tem, no entanto, sido questionada.

Barros (1998a, b) defende que, apesar da diversidade de usos de *mas*, há argumentos quer de ordem sincrónica, quer de ordem diacrónica que suportam uma visão unificada da conjunção em questão. Em particular, a autora procura evidenciar que, nos vários usos de *mas*, há sempre um valor de contraste e um efeito de valorização discursiva do segmento prefaciado pela conjunção.

Concordando com estas observações de carácter geral, parece-nos, contudo, que a afirmação de que, em construções do tipo *não p, mas* _{PA/SN} *q*, há sempre, no segmento *não p*, "uma negação (mais ou menos forte) de frase" e, no segmento *mas* _{PA/SN} *q*, "uma nova afirmação de retificação ou contraposição" (Barros, 1998a: 21) nem sempre se revela adequada ao tratamento da conjunção em questão. Em primeiro lugar, consideramos que, no quadro de uma análise dos vários usos de *mas*, deveriam necessariamente ser tidas em consideração as construções do tipo *p, mas* _{PA} *q*, que permitem justamente evidenciar que umas das propriedades essenciais de *mas* _{SN} – a presença de uma negação sintática no segmento que precede a sua ocorrência – está ausente de *mas* _{PA}. Por outro lado, embora *mas* _{PA} possa ser efetivamente antecedido de um segmento negativo, quando tal acontece a negação e o ato de fala que é realizado são claramente distintos dos que ocorrem em construções com *mas* _{SN}: no primeiro caso, temos tipicamente uma negação descritiva, inserida numa asserção de valor concessivo; no segundo, temos uma negação metalinguística e um ato refutativo. No que toca aos segmentos prefaciados por *mas*, parece-nos igualmente que estes têm uma função semântico-pragmática claramente distinta, dado que o segmento prefaciado por *mas* _{PA} se constitui como um argumento ou uma conclusão com uma orientação argumentativa

contrária à do segmento precedente, enquanto o segmento prefaciado por *mas* _{SN} é aquele onde se apresenta o elemento que vem substituir o que é alvo de refutação no segmento anterior.

Prada (2002) questiona igualmente a validade da distinção em análise, defendendo que as várias ocorrências de *mas* partilham as mesmas propriedades sintático-semânticas, podendo apenas distinguir-se relativamente ao grau de contraste veiculado.

Pelas razões expostas, não nos parece possível defender que *mas* _{PA} e *mas* _{SN} partilham as mesmas propriedades, quer ao nível sintático, quer ao nível semântico-pragmático. Por outro lado, não nos parece igualmente defensável que *mas* _{PA} seja considerado o uso "mais contrastivo" de *mas*, dado que esta unidade é frequentemente parafraseável por expressões de valor concessivo, não ocorrendo, como se verifica com *mas* _{SN}, em construções refutativo-retificativas, num contexto tipicamente polémico e ameaçador da face dos interlocutores.

Tendo em conta as evidências apresentadas, parece-nos, assim, adequado considerar que, à imagem do que acontece em línguas como o Francês ou o Inglês, também em PE há uma clara distinção entre os usos contra-argumentativo e refutativo-retificativo de *mas*,¹⁵⁸ ainda que ambos tenham a mesma realização lexical.¹⁵⁹

3.1.2. A construção *não p, mas* _{SN} *q*

As propriedades discursivas de *mas* _{SN} têm claros reflexos não só no tipo de elementos que podem ser alvo de refutação na construção em que ocorre, mas igualmente nas formas que esta pode assumir.

¹⁵⁸ A entidade *mas* _{SN} que, no presente estudo, denominamos de *mas* refutativo-retificativo (Anscombe & Ducrot, 1977; Fonseca, 1998: 259, n. 1; Flamenco García, 1999: 3869) tem também sido designada de *mas* retificativo (Dascal & Katriel, 1977; Peres, 1977: 784). A designação aqui adotada parece-nos, no entanto, mais adequada, na medida em que, embora o segmento introduzido por *mas* _{SN} seja de natureza retificativa e não refutativa, esta designação não permite, por um lado, dar conta das diferenças existentes entre *mas* _{SN} e as unidades que Peres inclui no mesmo grupo (nomeadamente, *antes*, *ou antes* e *ou melhor*) e, por outro, não permite igualmente dar conta de que, embora não introduzindo o segmento refutativo, é sempre na sequência de um ato deste tipo que esta unidade ocorre.

¹⁵⁹ A "polarização" em torno dos usos contra-argumentativo e refutativo-retificativo de *mas* não pretende, de modo algum, denotar que esta conjunção tem apenas estes dois valores básicos em Português. De facto, e para além de um valor de oposição semântica ou paralelismo contrastivo amplamente referidos na literatura, a conjunção em análise, particularmente nos seus usos *PA*, pode ter múltiplos valores discursivos, à imagem do que análises como as de Barros (1986; 1998a,b,c), Rudolph (1996), Fonseca (1998), Neves (2000) ou Varela (2000) ou ainda as subdivisões e classificações propostas, por exemplo, por Peres (1997: 784-786) ou Duarte (2003: 96-105) permitem demonstrar.

Diretamente relacionado com o facto *mas* _{SN} permitir apenas a conexão de sintagmas (com exceção de sintagmas verbais) ou frases subordinadas, está o tipo de elementos que podem estar no escopo da negação presente no segmento refutativo *não p*. De facto, esta construção não pode ser utilizada, por exemplo, quando na base da refutação, tal como acontece em (119), se encontra o núcleo de um sintagma verbal, ou ainda, tal como acontece em (120), as pressuposições associadas a um determinado enunciado, dado que o segmento retificativo, neste caso, é tipicamente constituído por uma frase independente com uma função mais justificativa do que propriamente retificativa. Compare-se a aceitabilidade das intervenções de B e B' nas sequências seguintes:

(119) A: O João fez o bolo.

B: O João não *fez* o bolo. O João *comeu* o bolo!

B': # O João não *fez* o bolo, mas *comeu* o bolo!¹⁶⁰

(120) A: O casamento do Pedro foi em Lisboa.

B: *O casamento do Pedro* não foi em Lisboa. *O Pedro nem sequer é casado!*

B': * *O casamento do Pedro* não foi em Lisboa, mas *o Pedro nem sequer é casado!*

No que toca às formas que esta construção pode assumir, é de notar, desde logo, que, pelo facto de se tratar de uma estrutura de coordenação, não é possível inverter a ordem do movimento refutativo-retificativo, apresentando o segmento retificativo antes do segmento refutativo, tal como se evidencia em (121-B'):

(121) A: O João está em Aveiro.

B: O João não está em Aveiro, mas em Coimbra.

B': * Mas em Coimbra, o João não está em Aveiro.

¹⁶⁰ Este enunciado, embora não sendo agramatical – visto que pode ter uma leitura contra-argumentativa ou de negação de expectativas –, é claramente inaceitável numa leitura refutativo-retificativa.

Nesta construção, há frequentemente uma retoma direta do enunciado alvo de refutação, podendo o operador de negação surgir antes do sintagma verbal ou, tal como acontece tipicamente na negação de constituinte, antes do elemento que é alvo de refutação, tal como se ilustra, respetivamente, em (122) e (123):

(122) a. [...] essa intervenção de nacionalização resultou também de uma recomendação do Banco de Portugal. E não se fez porque o Banco estivesse afectado por alguma consequência da crise mas porque, na altura, tinha uma gestão que suscitava as maiores dúvidas [...].

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 37, p. 14, *adaptado*)

b. A: A Rita fez isso por te querer ajudar.

B: A Rita não fez isso por me querer ajudar, mas por ser teimosa!

(123) a. [...] essa intervenção de nacionalização resultou também de uma recomendação do Banco de Portugal. E fez-se não porque o Banco estivesse afectado por alguma consequência da crise mas porque, na altura, tinha uma gestão que suscitava as maiores dúvidas [...].

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 37, p. 14)

b. A: A Rita fez isso por te querer ajudar.

B: A Rita fez isso não por me querer ajudar, mas por ser teimosa!

Esta construção pode surgir também sob uma forma clivada, que constitui, a par da deslocação do operador de negação para junto do elemento que é refutado, outro dos meios privilegiados de focalização do elemento que é alvo de refutação em construções deste tipo. Vejam-se os exemplos seguintes:

(124) A: O corvo comeu o queijo.

a. B: Não foi o queijo o que o corvo comeu, mas a maçã.

b. B: Não foi o queijo que o corvo comeu, mas a maçã.

c. B: O que o corvo comeu não foi o queijo, mas a maçã.

- d. B: * O queijo não foi o que o corvo comeu, mas a maçã.
- e. B: * O queijo não é o que o corvo comeu, mas a maçã.
- f. B: * O corvo comeu não foi o queijo, mas a maçã.

Como a inaceitabilidade de (124-d), (124-e) e (124-f) permite evidenciar, apenas os três primeiros processos de clivagem apontados em Brito & Duarte (2003)¹⁶¹ parecem ser aceitáveis em construções refutativo-retificativas deste tipo, podendo o segmento retificativo *mas_{SN} q*, tal como acontece em (124), surgir após o segmento refutativo ou nele inserido, tal como se verifica nas intervenções de B e B' na sequência seguinte:

(125) A: O corvo comeu o queijo

B: Não foi o queijo, mas a maçã, o que o corvo comeu.

B': Não foi o queijo, mas a maçã, que o corvo comeu.

Tal como (124-a) e (124-b) permitem igualmente evidenciar, embora os elementos conectados por *mas_{SN}* ocorram tipicamente em posições contíguas, quando estamos perante estruturas clivadas tal não é necessário.

Para além da retoma direta do enunciado alvo de refutação ou da sua transformação numa estrutura clivada, a construção em análise pode surgir igualmente sob a forma *não é p, mas_{SN} q*, que, por retomar apenas o elemento que é alvo de refutação, parece ter um carácter focalizador ainda mais saliente do que as construções analisadas anteriormente:

(126) A: * Tu dissestes que vinhas hoje.

B: Não é *dissestes*, mas *disseste*.

Este tipo de estruturas parece ocorrer predominantemente em contextos em que na base da refutação se encontram aspetos relacionados com o modo como algo é dito, como sejam a realização fonética, morfológica ou sintática do enunciado alvo, e não

¹⁶¹ Cf. 2.5.2.2.

com o que é efetivamente dito ou comunicado. Neste caso, o elemento conectado por *mas*_{SN} pode ser até uma forma verbal finita, dado que, tal como acontece em (126), esta surge aqui apenas como uma "forma" a ser corrigida. Em enunciados como os seguintes, em que no escopo da negação se encontram, respetivamente, parcelas do conteúdo proposicional ou Q-implicaturas, esta estrutura não é aceitável:¹⁶²

(127) A: A Maria adotou um cão.

B: # Não é *um cão*, mas *um gato*!

(128) A: O Pedro já foi seis vezes ao Brasil.

B: # Não é *seis*, mas *sete*!

Quando na base da refutação se encontram aspetos atinentes à correção linguística do enunciado alvo, estas construções podem ainda assumir a forma *não se diz p, mas*_{SN} *q*, ilustrada numa sequência como a seguinte:

(129) A: * Devias de estudar mais.

B: Não se diz *devias de estudar*, mas *devias estudar*.

3.1.3. As construções *não p, mas sim/mas antes/e sim q*

Em construções refutativo-retificativas de coordenação, podem ocorrer ainda as expressões conectivas *mas sim*, *mas antes* e *e sim*, em construções do tipo *não p, mas sim/mas antes/e sim q*. Vejam-se os exemplos seguintes:

(130) a. O Alqueva vai servir, não para regar as produções agrícolas, *mas sim* os oitenta campos de golfe que os predadores turísticos planeiam para o Alentejo. (CRPC, Ref.^a R2120, N.º 1456)

¹⁶² É de notar que alguns enunciados parecem não obedecer a esta regra. Tal é o caso de:

(i) A: A Maria tem um cão.

B: Não é *um cão*, mas *um gato*!

Contudo, neste caso não estamos perante a construção *não é p, mas*_{SN} *q*, mas sim perante uma construção clivada elíptica (*Não é um cão (que a Maria tem), mas um gato*). Embora os dois tipos de construções possam, nalguns casos, apresentar a mesma forma, a verdade é que estes se distinguem a vários níveis, de que são exemplos o tipo de elementos que neles podem ocorrer ou ainda fatores como a concordância verbal, ausente das construções *não é p, mas*_{SN} *q*.

b. Não, Sr. Deputado! No caso da Europa, não há um modelo de criação de um fundo, *mas, sim*, dois modelos, dois!

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 36, p. 36)

(131) a. A Síria não está interessada em saber quem é o vencedor das eleições, *mas antes* numa nova posição israelita. (CRPC, Ref.ª J16397, N.º 3167)

b. A maioria não questionou a eleição de Diana Hayden *mas antes* a escolha das semi-finalistas [...]. (CETEMPúblico, Ext 6781 (soc, 97b))

(132) a. Ao contrário do que algumas mentes iluminadas pensam e dizem não foram os comunistas que abandonaram Timor-Leste *e sim* a mentalidade reaccionária dos que de lá fugiram com medo da sua independência [...].

(CRPC, Ref.ª J14951, N.º 746)

b. [...] o fogo não começou no sítio de D. Maria *e sim* noutra zona, no alto da serra [...]. (CRPC, Ref.ª J18490, N.º 715)

Embora ocorrendo com bastante frequência nos *corpora* analisados – em particular, a unidade *mas sim* –¹⁶³ estas expressões conectivas não são, regra geral, referidas em estudos sobre o Português, estando não só ausentes das chamadas gramáticas tradicionais, como a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha & Cintra (2002 [1984]) ou a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (1999), mas também da *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus *et al.* (2003) onde, embora surgindo nalguns dos exemplos apresentados por Matos em diversos capítulos,¹⁶⁴ nunca são analisadas como expressões conectivas. Tal acontece igualmente no artigo "Sobre conexões proposicionais em português" de Peres (1997)¹⁶⁵ ou ainda em vários estudos

¹⁶³ Das três unidades em consideração, *mas sim* é a que ocorre com maior frequência nos *corpora* analisados.

¹⁶⁴ Cf. "Estruturas de coordenação" (pp. 549-592), "Aspetos sintáticos da negação" (pp. 767-793) e "Construções elípticas" (pp. 869-913).

¹⁶⁵ Peres (1997) não inclui nenhuma das três unidades em análise no quadro dos operadores de conexões interfrásicas em PE, mas apresenta um exemplo em que *mas* surge acompanhado de *sim*. Contudo, o elemento *sim* é apresentado entre parêntesis, denotando que, para o autor, a sua ocorrência é considerada opcional:

sobre construções contrastivas em PE, como é o caso de Barros (1986), Varela (2000) ou Prada (2000, 2002), onde estas unidades, embora surgindo nalguns dos exemplos apresentados, não são igualmente tratadas.¹⁶⁶

Mais recentemente, na *Gramática do Português* de Raposo *et al.* (2013), Matos & Raposo (pp. 1802-1804) analisam alguns exemplos em que ocorrem as unidades *mas sim* e *e sim*, integradas num grupo de construções que designam de *coordenação adversativa focalizadora*. Segundo os autores, este tipo de coordenação ocorre em frases em que "os termos coordenados são interpretados como constituindo o foco contrastivo de duas frases coordenadas semelhantes, mas com valores contrários de afirmação/negação [...]" (p. 1802).¹⁶⁷

(i) Estes assuntos não se resolvem assim, *mas (sim)* com muita diplomacia. (p. 786, *sublinhado nosso*)

¹⁶⁶ Prada (2002: 382-383), aquando da análise do que designa por "usos menos contrastivos" de *mas* (cf. 3.1.1.), apresenta vários exemplos em que ocorre a expressão *mas sim*, embora nunca analise a função do elemento *sim* nos exemplos em questão:

(i) A única coisa que eu mudava não era na minha vida, *mas sim* no mundo... (p. 382, *sublinhado nosso*)

(ii) [O plano de desenvolvimento económico e social] não corresponde a uma estratégia, *mas sim* à coexistência de várias estratégias possíveis. (p. 382, *sublinhado nosso*)

(iii) [...] não queria que houvesse república *mas sim* uma anarquia. (p.382, *sublinhado nosso*)

Se a não consideração da função do elemento *sim* em enunciados como (i), (ii) ou (iii) poderá, em certa medida, ser compreensível, tendo em conta que os mesmos, na sua ausência, continuam a ser aceitáveis e a ter uma interpretação refutativo-retificativa, tal já se torna menos compreensível no momento em que a autora, a propósito dos referidos "usos menos contrastivos" de *mas*, afirma:

"A singularidade de algumas construções em que a conjunção fragiliza semanticamente permite que ela possa ser substituída por *e*, que nessa situação, como prevêem Lapa (1984) e Cunha e Cintra (1984), adquire valor adversativo. Veja-se (10), que repetimos como (14) e compare-se com (14a).

(14) [...] não queria que houvesse república *mas sim* uma anarquia.

(14a) [...] não queria que houvesse república *e sim* uma anarquia.

A substituição que ocorre nos exemplos *supra* só é possível porque, a nosso ver, a carga semântica da construção não recai apenas sobre a conjunção, mas sobre os termos das duas orações que contrastam entre si. No exemplo (14) os elementos que contrastam são '*república*' e '*anarquia*.'" (p. 383).

De facto, embora os termos *república* e *anarquia* contribuam seguramente para o valor contrastivo dos enunciados anteriores, a verdade é que esta substituição só é possível graças à presença do elemento *sim*. Na sua ausência, pese embora todas as condições descritas pela autora, (14) adquiriria uma interpretação aditiva e não contrastiva:

(iv) ? [...] não queria que houvesse república e uma anarquia.

¹⁶⁷ Os autores consideram ainda que, neste tipo de coordenação, os termos coordenados apenas podem ser sintagmas nominais ou preposicionais. Os exemplos a que tivemos acesso nos vários *corpora* analisados parecem, no entanto, evidenciar que, em construções deste tipo, os elementos conectados não se restringem a estas duas categorias:

(i) [...] o debate não consiste em saber *se se deve ter ou não um sistema multipartidário* *mas sim como e quando*. (CRPC, Ref.^a J2594P1023X, N.º 480)

(ii) Ninguém pede *que passem de ano as crianças*, *mas sim que se esforcem, que as ensinam*. (CETEMPÚBLICO, Ext 7047 (soc, 95a))

Para além disso, o exemplo (ii) parece constituir igualmente evidência de que, ao contrário que é afirmado em Matos & Raposo, neste tipo de coordenação a ocorrência do operador *não* não é obrigatória, podendo a negação ser realizada através de outras expressões negativas, tais como o quantificador *ninguém* que ocorre no exemplo em consideração.

Nos exemplos analisados pelos autores a propósito da primeira unidade, a ocorrência do operador afirmativo *sim* é considerada opcional.¹⁶⁸

(133) a. Convidámos não o António, mas (sim) o João.

b. Não o desinteresse dos trabalhadores, mas (sim) a má gestão, fez baixar a produtividade.

(Matos & Raposo, 2013: 1802)

No que toca à unidade *e sim*, Matos & Raposo notam que, neste contexto, a ocorrência do operador *sim* é obrigatória, avançando a hipótese de que tal se deve, provavelmente, ao facto de a conjunção *e*, ao contrário de *mas*, não ter, por si só, um valor contrastivo:

(134) a. Esse comboio vai não para Coimbra, e sim para Lisboa.

b. * Esse comboio vai não para Coimbra, e para Lisboa.

(Matos & Raposo, 2013: 1803)

Nos estudos publicados neste domínio, apenas encontramos dois autores que parecem considerar as unidades em análise como expressões conectivas em PE:

(i) Rudolph (1996), analisando a expressão de contraste em várias línguas, refere a existência, no seio dos conectores adversativos em Português, das unidades *mas sim* e *mas antes* (p. 4), embora só teça breves considerações acerca da primeira unidade (pp. 300-301, 305);

(ii) Tomás (2003), embora tendo por objeto a descrição de outro tipo de unidades de valor contrastivo, refere igualmente a existência das expressões *mas sim* e *mas antes* no seio dos conectores contrastivos em Português.

¹⁶⁸ Num artigo publicado em 2004, Matos & Prada já haviam apresentado um exemplo onde ocorria *mas sim*, considerando que o elemento *sim* se constituía como um advérbio focalizador que podia coocorrer com a conjunção *mas*. A hipótese que aqui levantamos é a da gramaticalização da coocorrência de *mas* e *sim* como marcador da relação refutativo-retificativa.

A ausência destas unidades na generalidade dos estudos mencionados anteriormente parece, assim, estar relacionada com o facto de a ocorrência dos advérbios *sim* e *antes* ser considerada meramente opcional nas unidades em questão.

De facto, em enunciados como (135-a) ou (136-a), os elementos *sim* e *antes* parecem poder ser elididos sem que tal dê origem à inaceitabilidade ou mesmo a uma alteração do valor semântico-pragmático dos mesmos, tal como se evidencia em (135-b) e (136-b):

(135) a. "Nós não adquirimos uma empresa para nos livrarmos dos trabalhadores, *mas sim* para a expandir" [...]. (CETEMPúblico, Ext 2323 (eco, 95a))

b. Nós não adquirimos uma empresa para nos livrarmos dos trabalhadores, *mas* para a expandir [...].

(136) a. [...] não é com a contratação de técnicos estrangeiros que se investe no desporto em Portugal, *mas antes* com uma forte aposta no ensino superior de Educação Física. (CETEMPúblico, Ext 19938 (soc, 92b))

b. [...] não é com a contratação de técnicos estrangeiros que se investe no desporto em Portugal, *mas* com uma forte aposta no ensino superior de Educação Física.

No entanto, tal como notam Matos & Raposo (2013), o mesmo já não acontece em enunciados em que ocorre a expressão *e sim*, que adquirem uma interpretação radicalmente diferente na ausência de *sim* (cf. (137-b)), tornando-se, nalguns casos, mesmo inaceitáveis (cf. 138-b):

(137) a. [...] o seu grande inimigo não é o governo "tory", *e sim* o seu passado.
(CETEMPúblico, Ext 28834 (pol, 92a))

b. [...] o seu grande inimigo não é o governo "tory" *e* o seu passado [...].

(138) a. [...] não é ali que tem os seus maiores arsenais, *e sim* no Norte.

(CETEMPúblico, Ext 103487 (pol, 96a))

b. * [...] não é ali que tem os seus maiores arsenais, *e* no Norte.

No nosso entender, a distinta interpretação ou mesmo inaceitabilidade de exemplos como os anteriores, aliada ao elevado número de ocorrências destas expressões nos *corpora* analisados e, em particular, ao facto de estas surgirem, com grande frequência, como um "bloco", não havendo qualquer constituinte¹⁶⁹ ou pausa entre as mesmas,¹⁷⁰ leva-nos a considerar bastante plausível que estas se estejam a constituir como novas expressões conectivas especializadas na marcação de valores refutativo-retificativos em PE. De facto, embora com os limites que uma análise meramente sincrónica impõe ao tratamento de uma questão desta complexidade, parece-nos bastante provável que as expressões *mas sim*, *mas antes* e *e sim* sejam o resultado de um processo de gramaticalização que deu origem a unidades especializadas na marcação destes valores:

- (i) por um lado, temos a conjunção *mas*, que tem, num dos seus usos mais prototípicos, um valor refutativo-retificativo, e a conjunção *e*, que, para além de um valor aditivo, pode implicitar igualmente, dependendo dos

¹⁶⁹ De facto, nos *corpora* analisados, é bastante rara a ocorrência de um constituinte entre os elementos constitutivos das expressões conectivas em análise. O exemplo apresentado de seguida é um dos poucos onde tal se verifica:

(i) Outro argumento absurdo que aqui ouvi hoje foi o da liberalização. Sr. Deputado João Paulo Correia, já dissemos, várias vezes, nesta Câmara, que não está aqui em causa a questão da liberalização, *mas, isso sim*, o subsídio de mobilidade e garantia da insularidade, da ultraperiferia e da continuidade territorial.

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 39, p. 33)

¹⁷⁰ Tal como atestam os diversos exemplos apresentados, quando há uma pausa, esta surge, com grande frequência, antes das expressões em análise, materializada sob a forma de uma vírgula. Esta pausa surge na maioria das ocorrências de *mas sim* e de *mas antes*, mas não de *e sim*, o que, porventura, poderá ser explicado pelo facto de as duas primeiras expressões terem como primeiro elemento a unidade *mas*, que nos seus usos enquanto conjunção coordenativa adversativa surge tipicamente antecédida de pausa, e a segunda expressão ter como primeiro elemento a unidade *e*, que, nos seus usos como conjunção coordenativa copulativa, surge frequentemente sem qualquer pausa anterior. É de referir ainda que, nos *Diários da Assembleia da República*, *sim* e *antes* surgem quase invariavelmente demarcados por uma pausa, assinalada por uma vírgula antes e depois da sua ocorrência. Todavia, tendo em conta que os *DAR* são da responsabilidade de um número restrito de transcritores e que tal não se verifica nem nos outros *corpora* analisados nem nos diversos textos, particularmente de carácter jornalístico, onde encontramos ocorrências destas expressões, consideramos que tal não invalida a análise proposta.

elementos conectados, um valor contrastivo, tal como tem sido sobejamente referido na literatura;¹⁷¹

- (ii) por outro lado, temos o advérbio *sim*, que, pelo seu valor, acentua o contraste de polaridade entre os segmentos refutativo e retificativo, e o advérbio *antes*, que, em determinados contextos, pode assumir um valor preferencial (Lopes & Morais, 1999-2000), denotando ambos que é o segmento no qual ocorrem que deve ser retido como relevante para a continuidade discursiva.¹⁷²

Na verdade, embora estas unidades possam, regra geral, parafrasear e ser parafraseáveis por *mas* _{SN}, as mesmas parecem ter um valor refutativo-retificativo ainda mais saliente, o que, aliado ao facto de *mas* poder ter, sob a mesma forma, várias interpretações possíveis – que, embora co(n)textualmente marcadas, implicarão, provavelmente, um maior esforço de processamento –, poderá igualmente ter propiciado o seu surgimento.

Comportando-se como locuções conjuncionais coordenativas,¹⁷³ estas expressões partilham a generalidade das propriedades de *mas* _{SN} apontadas anteriormente, sendo necessariamente antecidas de um segmento refutativo contendo uma negação sintática¹⁷⁴ e conectando apenas sintagmas (com exceção de sintagmas verbais) e frases subordinadas, que devem, regra geral, ter a mesma natureza categorial e surgir em

¹⁷¹ A este propósito, vejam-se, entre outros, Lang (1984), Quirk *et al.* (1985), Peres (1997) ou Matos & Raposo (2013).

¹⁷² No mesmo sentido aponta a descrição de *mas sim* feita por Rudolph (1996), que afirma que a ocorrência desta unidade permite realçar "the correctness of the substitution" (p. 305) que tem lugar no segmento que prefacia.

¹⁷³ À imagem de *mas* _{SN}, as expressões conectivas em análise têm todas as propriedades formais geralmente atribuídas às conjunções de coordenação (Matos, 2003a: 569):

- (i) ocupam a posição inicial do membro coordenado;
- (i) não podem deslocar-se no interior do termo coordenado;
- (ii) não podem concorrer para uma mesma posição estrutural – a de núcleo da estrutura coordenada;
- (iii) coordenam constituintes frásicos e não frásicos;
- (iv) podem coocorrer com complementadores quando coordenam as frases subordinadas por eles iniciadas.

¹⁷⁴ Tal como já foi referido a propósito das construções com *mas* _{SN}, ainda que esta negação seja tipicamente realizada pelo operador *não*, a sua realização por meio de outros operadores, tais como os quantificadores negativos *ninguém*, *nada*, *nunca*, *nenhum(a)* e *algum(a)* (este último apenas em posição pós-nominal), é igualmente possível.

posições contíguas, tal como acontece na generalidade dos exemplos apresentados.¹⁷⁵

Os segmentos prefaciados por estas unidades constituem ainda, a par de *mas* *SN*, uma das continuações típicas para enunciados contendo uma negação de constituinte com deslocação do operador de negação para junto do elemento que é refutado.

Assim, nas construções em que ocorrem estas expressões conectivas também não é possível, desde logo, que o segmento retificativo anteceda o segmento refutativo:

(139) A: O Pedro comprou um computador.

B: O Pedro não comprou um computador, mas sim um telemóvel.

B': * Mas sim um telemóvel, o Pedro não comprou um computador.

Por outro lado, também não é possível que no escopo da negação estejam sintagmas verbais ou frases independentes, o que não permite, por exemplo, que estas construções sejam utilizadas para refutar as pressuposições associadas a um enunciado como (140-A):

(140) A: A Ana já deixou de jogar andebol.

B: Ela não deixou de jogar andebol. Ela jogava voleibol.

B': * Ela não deixou de jogar andebol, mas sim jogava voleibol!

Quanto às formas que podem assumir, as construções em que ocorrem as expressões em análise são também muito semelhantes às construções com *mas* *SN*. Tipicamente, no segmento refutativo há uma retoma global ou parcial do enunciado alvo de refutação, mantendo a sua estrutura ou transformando-o, por exemplo, numa construção clivada, tal como se ilustra na sequência seguinte:

(141) Depois da minha vitória no Masters, não foi a confiança que aumentou, mas antes o modo de reagir num campo de golfe.

(CETEMPúblico, Ext 36264 (des, 94a))

¹⁷⁵ No entanto, tal como se verifica nas construções com *mas* *SN*, quando essa equivalência categorial não se verifica, o facto de os elementos em questão desempenharem funções semelhantes é, regra geral, suficiente para que os enunciados continuem a ser aceitáveis:

(i) Eu não penso [estar a ser superprotector], *mas sim* [que há alguma coisa de mágico no personagem].

(CETEMPúblico, Ext 4595 (soc, 96a))

Tal como ilustrado nas sequências seguintes, estas construções podem surgir ainda sob as formas *não é p, mas sim/mas antes/e sim q* ou *não se diz p, mas sim/mas antes/e sim q*, às quais se aplicam as restrições já apontadas anteriormente aquando da sua análise em construções com *mas* _{SN}:

(142) A: O João [b]ai para Lisboa amanhã.

B: Não é [b]ai, e sim [v]ai.

(143) A: * Ontem houveram muitas quedas de árvores por causa do temporal.

B: Não se diz *houveram*, mas sim *houve*.

3.1.4. Construções correlativas do tipo *não só p, mas também q*

Na literatura, as locuções conjuncionais do tipo *não só... mas também* são geralmente integradas no grupo das conjunções coordenativas correlativas.¹⁷⁶ O primeiro membro desta locuções é constituído pelo advérbio *não* acompanhado dos advérbios *só*, *apenas* ou *somente* e o segundo pelas conjunções *mas* ou *como*, que podem ocorrer isoladamente ou acompanhadas de expressões adverbiais tais como *também*, *igualmente*, *ainda*, *inclusive*, *até*, *mesmo*, *sobretudo* ou *acima de tudo*.¹⁷⁷

Tal como tem sido referido na literatura (Quirk *et al.*, 1985; Svensson, 2010; Matos & Raposo, 2013) estas locuções têm tipicamente um valor copulativo/aditivo e são utilizadas, com grande frequência, em sequências argumentativas, permitindo conectar dois membros coorientados para a mesma conclusão, sendo o primeiro de entre

¹⁷⁶ A este grupo pertencem ainda as locuções conjuncionais *nem... nem, quer... quer, ou...ou e ora... ora*.

¹⁷⁷ É de referir que, enquanto a alternância, no primeiro membro destas construções, entre os advérbios *só*, *apenas* ou *somente* não parece acarretar alterações significativas do ponto de vista semântico-pragmático, o mesmo já não acontece no segundo membro destas construções, em que a alternância entre as várias expressões adverbiais elencadas está associada à expressão de diferentes valores semântico-pragmáticos. Todavia, não pretendendo levar a cabo, no presente trabalho, uma análise aprofundada dos diferentes valores destas construções, mas antes dar conta da leitura refutativo-retificativa que estas podem ter nalguns contextos, o critério que presidiu à seleção dos exemplos a analisar não foi, assim, a apresentação das várias formas que as mesmas podem assumir, mas sim a sua frequência nos *corpora* analisados, em particular no que diz respeito ao seu primeiro membro. Deste modo, os exemplos selecionados são maioritariamente constituídos por construções cujo primeiro membro é *não só*, dado que esta expressão se afigura, de longe, como a mais frequente nos *corpora* analisados. No que diz respeito ao segundo membro, e dado que aqui, para além das implicações semântico-pragmáticas já mencionadas, a frequência de ocorrência das várias expressões se revela claramente instável, não houve qualquer critério que nos levasse a optar por qualquer uma delas em detrimento das restantes.

eles tipicamente apresentado como informação dada e o segundo como informação nova.

Tendo em conta não só o valor da expressão adverbial que pode acompanhar a conjunção que prefacia o segundo membro destas construções, mas também o valor semântico-pragmático de cada um dos membros conectados, a força argumentativa de que se reveste cada um deles pode ser variável. Nos *corpora* analisados, parece ser tipicamente o segundo membro destas construções que se constitui, com maior frequência, como o argumento mais forte para a conclusão visada, mas é igualmente possível que o argumento mais forte ocorra no primeiro membro conectado, tal como parece verificar-se, respetivamente, em (144) e (145):

(144) Os cientistas fazem notar que o teste às amígdalas talvez não funcione nos bovinos, dado que as análises feitas sugerem que as amígdalas não são infecciosas neste animais, mas consideram que, apesar disso, vale a pena estudar a hipótese. "A realização de biópsias às amígdalas de bovinos vivos é não só *possível*, como *mais fácil de realizar do que nos ovinos*", escrevem os investigadores. (CRPC, Ref.ª J18667, N.º 12839)

(145) Fazer exercício é extremamente importante. Melhora não só *a saúde e aparência física*, mas também *o estado de humor*.

Considerando que este valor aditivo será, de facto, o mais saliente nas locuções em análise, pensamos ser igualmente possível vislumbrar um valor refutativo-retificativo em algumas das suas ocorrências.¹⁷⁸ Vejam-se as sequências seguintes:

(146) Penso que o Sr. Deputado Nuno Reis estará com o PS nessa satisfação, e *não só* na satisfação *mas também* na exigência.

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 38, p. 31)

¹⁷⁸ É de notar que o facto de poderem ter uma leitura refutativo-retificativa não invalida, de modo algum, que as construções em análise surjam integradas em sequências de ordem argumentativa, como acontece com grande frequência no Discurso Político Parlamentar.

(147) Na realidade, quando se está numa escola não se deve estar enregelado com frio. O problema aflige-me o coração. Mas *não só* a mim, *como* a todos os portugueses que aqui se encontram. (CRPC, Ref.^a A47040)

De facto, no primeiro membro dos exemplos em análise, parece estar subjacente a refutação, por parte do locutor, de uma Q-implicatura decorrente de uma asserção da sua própria responsabilidade: em (146), tal implicatura seria a de que o Deputado Nuno Reis estaria com o PS *apenas* nessa satisfação e, em (147), a de que o referido problema afligiria *apenas* o locutor. No segundo membro destas construções, é apresentado o elemento que vem corrigir ou retificar a asserção alvo de refutação (mais propriamente, a leitura exaustiva a ela associada), justificando, deste modo, a própria refutação levada a cabo.¹⁷⁹

A utilização das locuções em análise em construções refutativo-retificativas não se restringe, todavia, à refutação de Q-implicaturas. De facto, estas podem igualmente ser utilizadas quando está em causa o valor de verdade ou conteúdo proposicional do enunciado alvo de refutação. Neste contexto, o segmento prefaciado pelo primeiro membro das locuções em análise é tipicamente um enunciado negativo (de natureza metalinguística). Vejam-se os exemplos apresentados de seguida:

(148) Ora, a verdade é bem diferente: *não só* as técnicas utilizadas não demonstram nada, *como* as conclusões se baseiam em falácias, *como* todo o processo nada tem a ver com a Ciência, ao contrário do que as máquinas de propaganda pretendem fazer crer. (CETEMPúblico, Ext 207 (clt, 97b))

¹⁷⁹ Há um outro tipo de construções refutativo-retificativas, que podem ser ou não de coordenação, em que ocorrem advérbios de exclusão, como é o caso, entre outros, de *só*, *apenas* ou *somente*, que tornam ainda mais saliente a refutação da Q-implicatura associada ao enunciado alvo de refutação. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (i) *Não é apenas* uma questão de política externa; *é também* uma questão de respeito pelos direitos e pela forma como, designadamente, a investigação criminal e o tratamento dos dados estão, constitucional e legalmente, organizados em Portugal. (DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 34, p. 46)
- (ii) Uma aposta reforçada pelas deficientes condições de acolhimento das praias nortenhas (*e não somente* por causa das imprevisíveis condições meteorológicas) [...]. (CETEMPúblico, Ext 57648 (soc, 96a))
- (iii) [...] o problema de Chernobyl *não é apenas* um problema da Ucrânia, *mas sim* de toda a Europa. (CETEMPúblico, Ext 15439 (clt-soc, 92b))

Em exemplos deste tipo, a principal intenção do locutor parece ser a de refutar a Q-implicatura associada a uma determinada asserção, apresentado em relação à mesma a alternativa que considera mais adequada. A predominância do valor refutativo-retificativo nestas construções é, aliás, evidenciada pelo facto de nelas poderem ocorrer expressões conectivas como *mas sim* (cf. (iii)).

(149) O Sr. Bernardino Soares (PCP): – Mal seria, Sr. Deputado José Manuel Pureza, que o nosso Governo fosse obrigado a seguir uma política de direita, na União Europeia, pura e simplesmente, porque a maioria dos outros governos é de direita. É por isso que dizemos que a vinda do FMI *não só* não é inevitável *como* é, antes, totalmente inaceitável, na defesa da soberania nacional, dos direitos dos portugueses e do progresso social de que tanto precisa o nosso País.

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 38, p. 20)

A consideração de que, nalguns contextos, as locuções em análise podem ter uma leitura refutativo-retificativa parece ser igualmente partilhada por Horn (1989), que inclui as construções *not only...but also*, a par das construções *not X but Y*, nos "sondern-type environments" (p. 450), ou ainda por Quirk *et al.* (1985), onde se aproximam as construções *not...but* e *not only...but* (pp. 940-941). Rudolph (1996) adota uma posição semelhante, introduzindo a análise destas construções no subcapítulo "Correction used as addition – type *non solum...sed etiam*" (p. 302), onde o seu funcionamento é descrito nos seguintes termos:

It is built exactly after the pattern of the type of correction: in the first part of the relation the indicator *non solum* rejects the uniqueness of the mentioned state of affairs and demands a continuation with *sed (etiam)* substituting abundance for uniqueness [...]. (Rudolph, 1996: 302)

Ao dar conta da forma que estas construções podem assumir em Espanhol e Alemão, Rudolph apresenta um argumento adicional para a defesa desta posição. De facto, não deixará de ser significativo o facto de estas locuções, sempre que o segundo membro é introduzido por uma conjunção adversativa, serem construídas, nas referidas línguas, com as formas *sino* e *sondern* e não *pero* e *aber*.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Cf. 3.1.1.

3.2. Construções refutativo-retificativas de justaposição

Quando estão ambos presentes na superfície textual, os segmentos refutativo e retificativo surgem também, com grande frequência, sob a forma de uma construção de justaposição. Vejam-se os exemplos seguintes:

(150) [...] não é uma justa repartição dos sacrifícios, é sempre a mesma injusta repartição dos sacrifícios. (DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 40, p. 29)

(151) [...] não fiz qualquer insinuação sobre a Caixa Geral de Depósitos ou sobre a sua administração. [...] Expresssei, de forma clara, uma vez mais, a minha opinião sobre o que se passou no BPN anteriormente à nacionalização.

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 36, p. 16)

(152) [...] este não é o cerne da questão, o cerne da questão é a Bósnia.

(CETEMPúblico, Ext 147 (nd, 95b))

Como se evidencia nos exemplos anteriores, em construções deste tipo a conexão entre os segmentos refutativo e retificativo não é realizada por qualquer tipo de conjunção. De facto, como salienta Duarte (2003: 93), embora este processo seja por vezes identificado com a coordenação assindética,¹⁸¹ a verdade é que se trata de dois tipos de conexão distintos, dado que as construções de justaposição, embora fazendo parte do grupo das conexões paratáticas,¹⁸² não são compatíveis com a inserção de

¹⁸¹ Bechara (1999: 479) considera a justaposição como um tipo de coordenação assindética.

¹⁸² Ao contrário do que se verifica na hipotaxe, as conexões paratáticas caracterizam-se por combinar unidades que não estabelecem entre si relações sintáticas de dependência hierárquica. Duarte (2003) considera que a coordenação e a justaposição são os dois processos de conexão paratática disponíveis em Português. Mais recentemente, Mendes (2013) considera existirem três processos de conexão paratática: a coordenação, a suplementação e a justaposição. De acordo com esta proposta, a suplementação e a justaposição distinguem-se da coordenação pelo facto de não darem origem a um novo constituinte sintático resultante da conexão realizada. Partilhando esta propriedade fundamental, a justaposição distinguir-se-á da suplementação – que a autora define como um tipo de conexão "em que uma oração acrescenta algum tipo de informação sobre outra oração independente, ou sobre uma expressão nominal dessa oração, sem que, no entanto, as duas orações estejam formalmente integradas num mesmo constituinte sintático" (p. 1726) – pelas seguintes propriedades (p. 1736):

(i) na justaposição, não há qualquer conector ligando as duas orações conectadas;

(ii) a segunda oração não pode ocorrer no interior da primeira;

(iii) a inversão da ordem das orações conectadas produz geralmente resultados pouco aceitáveis.

qualquer conjunção coordenativa entre os segmentos conectados e não dão origem, ao contrário das construções de coordenação, a um novo constituinte sintático resultante da conexão realizada.

Ao contrário do que se verifica igualmente nas construções de coordenação, nas construções em análise o segmento retificativo pode anteceder o segmento refutativo, tal como se ilustra nos exemplos seguintes:¹⁸³

(153) [...] a taxa de cobertura manteve-se ao longo das duas últimas décadas, não se agravou. (DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 40, p. 21)

(154) A: Ele foi de férias para o Brasil.

B: Ele foi trabalhar. Não está lá de férias.

Por outro lado, por permitirem a conexão de orações independentes, estas construções são compatíveis, por exemplo, com a refutação de conteúdos pressuposicionais, tal como se ilustra no exemplo seguinte:

(155) A: A tua amiga deixou de fumar.

B: Ela não deixou de fumar. Ela nunca fumou.

Tal como é típico da generalidade das construções refutativo-retificativas, nas construções de justaposição o constituinte alvo de refutação pode ser focalizado não só prosodicamente, mas também através de uma elipse (do(s) constituinte(s) que não são

Nas construções que estamos a analisar, embora a segunda oração não possa ocorrer no interior da primeira, é geralmente possível a inversão da ordem da sua ocorrência, sem que tal dê origem a qualquer inaceitabilidade. Por outro lado, como veremos mais adiante, é igualmente possível a ocorrência, particularmente na oração retificativa, de expressões que, embora não sendo conjunções, têm igualmente uma função conectiva, como é o caso de *sim*, *antes*, ou *pelo contrário*. Tendo em conta estas propriedades, que dificultam a integração das construções em análise em qualquer uma das duas últimas categorias propostas por Mendes (2013), optámos por basear a nossa classificação no quadro proposto por Duarte (2003), integrando-as no grupo das construções justapostas.

¹⁸³ É de notar que, nalguns contextos, tal inversão parece produzir resultados pouco aceitáveis:

(i) A: O rei de França é calvo.

B: O Rei de França não é calvo. Não há nenhum Rei de França.

B': ?? Não há nenhum Rei de França. O Rei de França não é calvo.

No entanto, a reduzida aceitabilidade da intervenção de B' num exemplo como o anterior não parece estar relacionada com questões de ordem sintática, mas sim com o facto de não ser pertinente predicar-se algo acerca de uma entidade que já foi declarada inexistente.

alvo de refutação) ou ainda de uma construção clivada, tal como se verifica no exemplo seguinte:

(156) O Sr. Ministro de Estado e das Finanças: – [...] o Sr. Deputado acusa o Governo de ter a despesa sem controlo e de aumentar a despesa...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): – Não foi disso que o acusei, foi de não conseguir reduzi-la! (DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 37, p. 48)

Em estruturas elípticas, as construções de justaposição podem assumir, particularmente no registo oral, a forma *p, não // q*, que permite a retoma, no segmento refutativo, de enunciados negativos não passíveis de refutação por meio de uma construção do tipo *não p // q*, tal como se ilustra em (157) e (158):

(157) A: O Pedro *não* quer fazer o trabalho.

B: Não quer fazer o trabalho, não. Ainda não teve tempo.

(158) A: *Nunca* te disse que o trabalho estaria pronto hoje.

B: Nunca disseste, não. Ainda ontem falámos nisso e prometeste enviar-mo logo de manhã.

Ao contrário do que se verifica nas construções de coordenação, o segmento refutativo das construções de justaposição não se realiza apenas sob a forma de um enunciado negativo, podendo materializar-se noutro tipo de enunciados, onde se assinala tipicamente o aspeto à luz do qual o enunciado alvo de refutação é considerado inaceitável. Em construções deste tipo, o segmento retificativo é frequentemente elidido, dado ser facilmente inferível a partir do segmento refutativo:

(159) O Sr. Primeiro-Ministro: – [...] num momento difícil para todas as economias europeias, o Governo fez um esforço para manter esse acordo e para actualizar o salário mínimo acima da inflação... [...]

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): – *É falso!*

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 36, p. 35)

(160) O Sr. João Paulo Correia (PS): – [...] É oportuno relembrar que o processo de liberalização das tarifas aéreas mereceu os maiores elogios por parte do CDS, do PSD e do Governo Regional da Madeira.

O Sr. José Manuel Rodrigues (CDS-PP): – *Está enganado!*

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 39, p. 31)

Enunciados deste tipo são outro dos recursos para a refutação de aspetos relacionados com o que é dito ou implicado em enunciados negativos, tal como se verifica em (161) e (162):

(161) A: O Pedro *não* quer fazer o trabalho.

B: *Isso é mentira*. Ele ainda não teve tempo.

(162) A: *Nunca* te disse que o trabalho estaria pronto hoje.

B: *Isso não é verdade*. Ainda ontem falámos nisso e prometeste enviar-mo logo de manhã.

Quando estão em causa aspetos atinentes à correção linguística do enunciado alvo de refutação, as construções em análise podem ocorrer ainda sob as formas *não é p // é q* ou *não se diz p // diz-se q*, tal como se ilustra nas sequências seguintes:

(163) A: * Ele *entreviu* no momento certo.

B: Não é *entreviu*. É *interveio*.

(164) A: * Quantas gramas de farinha são precisas?

B: Não se diz *quantas gramas*. Diz-se *quantos gramas*.

3.2.1. As construções *não p // sim/antes q*

No segmento retificativo das construções de justaposição, podem ocorrer as unidades *sim* ou *antes*, que parecem realçar o carácter mais adequado ou preferencial do que é asserido no segmento em questão:

(165) Em primeiro lugar, não estamos perante propostas que apenas concretizam os cortes salariais impostos pelo Orçamento do Estado, estamos, *sim*, perante propostas que impõem novas e acrescidas reduções remuneratórias aos magistrados, de forma permanente e definitiva [...].

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 38, p. 62)

(166) Esta é uma situação que não pode prosseguir, que não precisa de projectos de lei, porque já existem, e que, ao contrário do que alguns aqui disseram e continuam a dizer, nada tem a ver com a liberdade contratual, tem, *antes*, a ver com a imposição de comissões inaceitáveis [...].

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 39, p. 58)

Neste contexto, estas unidades parecem comportar-se como expressões conectivas (de origem adverbial) que, não contribuindo para o valor de verdade dos segmentos em que ocorrem e não sendo necessárias, ao contrário das conjunções, à sua boa formação, fornecem instruções sobre o seu valor, facilitando o seu processamento.

De facto, ainda que exemplos como os anteriores continuassem a ser aceitáveis na ausência destas unidades,¹⁸⁴ a verdade é que estas facilitam claramente a sua interpretação, assinalando que o que se asserir no segmento em que ocorrem, tendo em conta o contraste de polaridade e o valor preferencial assinalados, respetivamente, por cada uma delas, é aquele que deve ser retido.

¹⁸⁴ Vejam-se as seguintes paráfrases de (165) e (166):

(165') Em primeiro lugar, não estamos perante propostas que apenas concretizam os cortes salariais impostos pelo Orçamento do Estado, estamos perante propostas que impõem novas e acrescidas reduções remuneratórias aos magistrados, de forma permanente e definitiva [...].

(166') Esta é uma situação que não pode prosseguir, que não precisa de projectos de lei, porque já existem, e que, ao contrário do que alguns aqui disseram e continuam a dizer, nada tem a ver com a liberdade contratual, tem a ver com a imposição de comissões inaceitáveis [...].

Nas construções em análise, a ocorrência de *sim* e *antes* apenas parece ser possível quando, na base da refutação realizada, estão aspetos atinentes ao que é dito ou implicitado no enunciado alvo de refutação. Quando na base da refutação se encontram aspetos de ordem formal, a ocorrência das unidades em análise parece ter uma aceitabilidade reduzida, tal como se verifica em (167-b) e (167-c):

- (167) a. Não é *houveram* que se diz. É *houve*.
b. ?? Não é *houveram* que se diz. É, *sim*, *houve*.
c. ?? Não é *houveram* que se diz. É, *antes*, *houve*.

Tal como se verifica na generalidade das construções em que ocorrem conectores especializados na marcação de valores refutativo-retificativos – sejam estes conjunções ou expressões conectivas de outro tipo –, uma das condições necessárias à boa formação destas sequências será a ocorrência de uma negação sintática no segmento refutativo *p*. Tal negação será tipicamente assinalada pela presença do morfema de negação *não* (cf. (165)) ou, em alternativa, por quantificadores negativos como *ninguém*, *nada* (cf. (166)), *nunca*, *nenhum(a)* e *algum(a)* (este último apenas em posição pós-nominal).

No que toca à sua posição, estas unidades parecem ocorrer preferencialmente após o núcleo do sintagma verbal do segmento retificativo (cf. (165) e (166)), podendo ocorrer igualmente, ainda que com menos frequência, antes deste constituinte, tal como se verifica no exemplo seguinte:

- (168) Para o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, João Silveira, os resultados do estudo não podem ser considerados preocupantes, *antes* vêm demonstrar a necessidade de reforçar, de forma sistemática e rigorosa, o papel do farmacêutico no fornecimento de medicamentos não-prescritos.
(CRPC, Ref.^a J15598, N.º 4636)

Pese embora a sua reduzida mobilidade, o facto de estas unidades serem tipicamente demarcadas por pausas, surgindo como um constituinte prosódico nas sequências em que ocorrem, e dando origem a produtos textuais e não frásicos, parece constituir evidência adicional de que, nestas construções, estas se comportam como

conectores ou, como também são designados, marcadores discursivos que fornecem instruções sobre o processamento da relação discursiva relevante.

3.2.2. A construção *não p // pelo contrário q*

Em construções de justaposição, quando está em causa o conteúdo proposicional do enunciado alvo de refutação, o segmento retificativo pode igualmente ser prefaciado pela expressão conectiva *pelo contrário*, cuja ocorrência em construções deste tipo foi recentemente objeto de análise em Lopes & Sousa (2014). Veja-se a sequência seguinte:

(169) A: A situação está a melhorar.

B: A situação não está a melhorar. *Pelo contrário*, a situação está cada vez pior.

Dado o valor antitético desta unidade, umas das condições necessárias à boa formação destas sequências será a existência de um contraste semântico entre o que se asseire no segmento alvo de refutação e no segmento prefaciado por esta unidade. Mais concretamente, no enunciado alvo de refutação e no enunciado retificativo prefaciado por *pelo contrário*, terão de existir dois predicadores distintos que, pertencendo ao mesmo domínio conceptual, estabeleçam entre si uma relação de antonímia, seja esta graduável ou binária/complementar. Comparem-se as intervenções de B e B' na sequência seguinte:

(170) A: O João é tímido.

B: O João não é tímido. É reservado.

B': # O João não é tímido. Pelo contrário, é reservado.

De facto, ao contrário de (170-B), (170-B') não parece ser aceitável, dada a não existência de uma relação antonímica, convocada pela presença de *pelo contrário*, entre os predicadores *tímido* e *reservado*.

O funcionamento prototípico destas sequências, ilustrado em (169), poderá ter múltiplas realizações discursivas. De facto, tal como se verifica no exemplo seguinte, já

analisado no capítulo anterior, o segmento alvo de refutação pode estar ausente da superfície textual:

(171) "E se nos sentássemos aí num desses bancos?", diz-me o Niassa, que logo se apressa a acrescentar: "Não que eu esteja cansado. Antes pelo contrário. Até me sinto rijo. Elegante, mas rijo."¹⁸⁵ (CRPC, Ref.^a L0474p0156X, N.º 1297)

Para além da ausência do enunciado alvo de refutação, é também bastante frequente que o segmento retificativo *q*, prefaciado por *pelo contrário*, não seja explicitado:

(172) [...] isto para conhecer um aluno é preciso tempo. Porque... vêm doutros professores, uns são repentes, outros vêm doutro professor, eu não estou aqui a criticar o trabalho do outro professor, pelo contrário, simplesmente eles, os miúdos tiveram [...].
(CRPC, Ref.^a 60-14-S00-005-39-M-A-4-5-00, N.º 99)

Será justamente por apontar para a existência de um contraste antitético que *pelo contrário* parece propiciar a elisão deste segmento. De facto, a sua ocorrência constitui um forte guia do processo inferencial que torna possível a identificação do conteúdo proposicional do segmento que prefacia, mesmo quando este não é linguisticamente realizado:

(173) A: A vitória nas próximas eleições está agora facilitada.
B: A vitória não está facilitada. Pelo contrário!

Num exemplo como o anterior, da ocorrência de *pelo contrário* facilmente se infere que, para o locutor B, a vitória em questão está dificultada e não facilitada, ainda que tal não seja explicitamente asserido.

¹⁸⁵ Tal como já foi referido anteriormente, o que se refuta nesta sequência não é um enunciado efetivamente produzido por um determinado locutor, mas sim a inferência que este poderia ser conduzido a fazer a partir da pergunta, de valor sugestivo, que antecede o segmento refutativo em análise.

Do valor antitético de *pelo contrário* parece decorrer também a possibilidade de este ser acompanhado de expressões adverbiais como *bem* ou *muito* que acentuam precisamente o contraste entre o elemento que esteve na base da refutação e o elemento considerado mais adequado para o substituir:

(174) Para o primeiro-secretário as coisas são claras: com as suas críticas de tom definitivista, o "maire" de Belfort não ajuda a esquerda. Isto não quer dizer que Lionel Jospin seja contra o debate, *muito pelo contrário*.

(CRPC, Ref.^a J1908P1219A, N.º 1649)

(175) Repete-se, a finalizar, que não está em causa o mérito do êxito "leonino", como é óbvio, mas não se pode dizer é que se assistiu a uma grande final. *Bem pelo contrário*. (CRPC, Ref.^a J1831P1015E, N.º 1388)

O valor retificativo desta unidade pode ainda ser reforçado pelo adverbial *antes* que, neste contexto, parece acentuar igualmente o carácter preferencial do segmento introduzido pelo conector:

(176) O Governo está a abrandar a pressão sobre os promotores imobiliários das costas algarvia e alentejana. Pelo menos é o que se depreende de um documento que esclarece a interpretação oficial do chamado decreto das compatibilidades. Mas o secretário de Estado do Ordenamento garante que não está a ceder em coisa alguma. "*Antes pelo contrário*, estamos a retirar argumentos a quem pretende combater o decreto."

(CRPC, Ref.^a J18285, N.º 1290)

(177) Não há mais taxas, *antes pelo contrário*, foram eliminadas uma série de taxas que existiam e as taxas que foram actualizadas algumas delas foram criadas em 1968 e outras existiam com valores desde 1982.

(DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 39, p. 18)

Tal como se verifica na generalidade dos conectores que introduzem segmentos retificativos, uma das condições necessárias à boa formação destas sequências será a ocorrência de uma negação no segmento refutativo *p*, que poderá ser assinalada pelo morfema *não*, tal como se verifica na generalidade dos exemplos apresentados até à data, ou ainda por quantificadores negativos como *ninguém*, *nada*, *nunca*, *nenhum(a)* e *algum(a)* (este último apenas em posição pós-nominal) ou outras expressões de valor negativo, tal como se ilustra nos exemplos seguintes:

(178) O essencial é simplificar, prestigiar Portugal e torná-lo mais atractivo nesta matéria. E *ninguém* aqui, Sr.^a Deputada Helena Pinto, tem a ilusão de que a arbitragem seja a substituição dos tribunais do Estado na sua função. Pelo contrário, tem de haver uma articulação entre os tribunais do Estado e os tribunais arbitrais [...]. (DAR, I Série, XI Legislatura, N.º 38, p. 72)

(179) [...] os riscos de conflitos militares *estão longe de* ter acabado, antes pelo contrário. Entrou-se num sistema em que o risco de conflitualidade é maior. (CRPC, Ref.^a R2366, N.º 1288)

No que toca à sua posição, em construções deste tipo *pelo contrário* parece ocorrer tipicamente em posição inicial, prefaciando o segmento que introduz, tal como se ilustra na generalidade dos exemplos apresentados. No *corpus* do CETEMPúblico, encontrámos ainda algumas ocorrências desta unidade no interior do segmento refutativo:

(180) Em termos políticos, Tonet sempre assumiu uma postura crítica relativamente ao regime do MPLA, o que não significa, bem pelo contrário, que nutrisse simpatias da Unita. (CETEMPúblico, ext239332-pol-93a-1)

Pese embora a sua reduzida mobilidade nestas construções, provavelmente determinada pelo seu valor discursivo, o facto de *pelo contrário* ser tipicamente demarcado por pausas à esquerda e à direita, surgindo como um constituinte prosódico nas sequências em que ocorre, e dando origem a produtos textuais e não fráscicos, parece

constituir evidência de que, nestas construções, também esta expressão se comporta como um conector ou marcador discursivo que, embora não contribuindo para as condições de verdade das sequências em que ocorre,¹⁸⁶ fornece instruções sobre o valor, em termos de coerência relacional, do segmento em que ocorre, quer este se encontre linguisticamente realizado, quer este se encontre elidido, sendo inferível pela presença do conector.

Em construções refutativo-retificativas não parece haver outras expressões conectivas que possam substituir *pelo contrário*, mantendo o valor antitético por ele assinalado.

3.3. Marcadores das relações de refutação e retificação em Português Europeu

Na oralidade e, particularmente, em registos informais, estão ainda disponíveis em PE expressões de natureza não conectiva que parecem ter-se igualmente especializado na marcação das relações de refutação e retificação, quando na base da sua ocorrência se encontram aspetos atinentes ao que é dito ou implicado no enunciado alvo. É sobre estes marcadores que iremos debruçar-nos de seguida.

3.3.1. Marcadores de refutação

Os trabalhos que se têm debruçado sobre a refutação atribuem, regra geral, um papel de destaque às construções refutativas materializadas em enunciados negativos contendo, prototipicamente, o operador de negação *não* (ou outros operadores equivalentes, de acordo com a língua em consideração).

Pese embora o facto de, nos casos em que há uma negação de constituinte com deslocação do referido operador para junto do elemento que é alvo de refutação, este parecer ter tipicamente uma leitura metalinguística/refutativa e não descritiva,¹⁸⁷ a verdade é que, regra geral, quando o operador de negação ocorre em posição pré-verbal este tipo de enunciados pode ter ambas as leituras, não podendo o referido operador –

¹⁸⁶ De facto, a elisão de *pelo contrário* também não parece alterar as condições de verdade das sequências em análise. Veja-se, a título de exemplo, a seguinte paráfrase de (169):
(169') A: A situação está a melhorar.

B: A situação não está a melhorar. A situação está cada vez pior!
¹⁸⁷ Cf. 2.1.3.1.

ou outros quantificadores negativos que podem marcar igualmente a negação sintática em PE – ser considerado um marcador de negação metalinguística/refutação não-ambíguo.

Num artigo publicado recentemente, Martins (2010) debruça-se sobre esta questão, considerando que, ao contrário de *não*, os deíticos *lá*, *cá* e *agora* podem ser considerados marcadores de negação metalinguística não-ambíguos em PE, em exemplos como os seguintes:

(181) A: Tu estás um pouco preocupado, não estás?

B: Eu estou {*lá*, *cá*, *agora*} um pouco preocupado. Estou morto de preocupação. (Martins, 2010: 569)

(182) A: Tu é que conheces uma pessoa que sabe arranjar isso.

B: Eu conheço {*lá*, *cá*, *agora*} alguém que saiba arranjar isso.

(Martins, 2010: 571)

(183) A: O Pedro disse que vendeu o carro.

B: O Pedro disse {*lá*, *cá*, *agora*} que vendeu o carro. (Martins, 2010: 571)

De acordo com Martins, em construções deste tipo, *lá* e *cá* apenas podem ocorrer em posição pós-verbal e em adjacência estrita ao verbo, tal como o contraste de aceitabilidade entre (B-a) e (B-b, c) na sequência seguinte parece, segundo a autora, comprovar:

(184) A: Ele viveu sempre em Paris.

B: a. Ele viveu {*lá*, *cá*} sempre em Paris.

b. * Ele viveu sempre {*lá*, *cá*} em Paris.

c. * {*Lá*, *cá*} ele viveu sempre em Paris {*lá*, *cá*}.

(Martins, 2010: 572-573)

Ao contrário de *lá* e *cá*, que se comportam, em termos sintáticos, como marcadores de negação metalinguística internos, *agora* apresenta, segundo a autora, um

padrão de colocação inconsistente, podendo ocorrer tanto no interior da frase (em posição imediatamente pós-verbal, tal como *lá* e *cá*) ou no final da frase:

(185) A: Ele viveu sempre em Paris.

B: a. Ele viveu *agora* sempre em Paris.

b. * Ele viveu sempre *agora* em Paris.

c. Ele viveu sempre em Paris *agora*.

d. *Agora* viveu (dialetos minhotos).¹⁸⁸ (Martins, 2010: 573)

Para além de apresentar uma maior mobilidade, *agora* pode ainda ocorrer isolado ou em fragmentos nominais, o que não se verifica com *lá* e *cá*:

(186) A: Ele pagou o jantar, não pagou?

B: a. *Agora*!

b. * {*Lá/cá*}! (Martins, 2010: 573)

(187) A: Vamos comprar um carro vermelho/ o vermelho.

B: a. *Agora* (o) vermelho!

b. * {*Lá/cá*} (o) vermelho {*lá/cá*}. (Martins, 2010: 573)

Em frases com elipse de VP, apenas a ocorrência de *agora* é aceitável, tal como o contraste entre a gramaticalidade das frases seguintes parece evidenciar:¹⁸⁹

¹⁸⁸ Sobre a ocorrência de *agora* como marcador de negação metalinguística nos dialetos do PE, veja-se Pereira (2011).

¹⁸⁹ Para além destas propriedades, *agora* é ainda compatível, segundo Martins (2010), com advérbios enfáticos (cf. (i)) e frases idiomáticas (cf. (ii)), o que não se verifica com *lá* e *cá*:

(i) A: O tubarão *sempre* sobreviveu.

B: a. *Sempre* sobreviveu *agora*.

b. * *Sempre* sobreviveu {*lá/cá*}. (Martins, 2010: 574)

(ii) A: Já correu muita água sobre a ponte.

B: a. (Já) correu (*agora*) muita água sobre a ponte (*agora*).

b. * (Já) correu {*lá/cá*} muita água sob a ponte. (Martins, 2010: 574)

Adicionalmente, quando no escopo da negação está uma estrutura de coordenação, apenas *agora* parece ter escopo sobre a totalidade da frase:

(iii) A: Eles casaram e tiveram um filho.

B: a. Eles casaram (*agora*) e tiveram um filho (*agora*), eles casaram porque tiveram um filho.

b. * Eles casaram {*lá/cá*} e tiveram um filho, eles casaram porque tiveram um filho.

(Martins, 2010: 575)

(188) A: O João ofereceu um cão à filha.

B: a. * Ofereceu {lá/cá}.

b. Ofereceu *agora*.

c. O João ofereceu {lá/cá} um cão à filha. (Martins, 2010: 575)

Embora consideremos que *lá*, *cá* e *agora* podem ter efetivamente uma leitura metalinguística/refutativa nalguns contextos, temos dúvidas relativamente à aceitabilidade de alguns dos exemplos apresentados por Martins. Aliás, aquando da análise da aceitabilidade destas unidades em diferentes tipos de construções, a própria autora nota que as estruturas com elipse de VP e um sujeito nulo são geralmente mais "naturais" do que as estruturas correspondentes sem omissão de constituintes, que são precisamente as estruturas que ocorrem em grande parte dos exemplos apresentados no artigo em análise.

De facto, o uso destas unidades em construções refutativas parece restringir-se ao registo oral e, em particular, a contextos discursivos em que haja uma grande familiaridade entre os interlocutores, o que possivelmente explica o facto de, nos *corpora* analisados, não termos encontrado qualquer ocorrência deste tipo.

Em construções refutativas, as unidades *lá* e *cá* podem ainda coocorrer com *agora*, parecendo ter, nesse caso, uma leitura exclusivamente refutativa:

(189) A: Ele tem razão.

B: a. Tem {*agora lá/agora cá*} razão.

b. Tem {*lá agora/cá agora*} razão. (Martins, 2010: 581)

Segundo Martins, quando ocorrem em simultâneo, estas unidades podem assumir as formas [*agora+lá/cá*], ilustrada em (B-a), ou [*lá/cá+agora*], ilustrada em (B-b), que terão, respetivamente, um comportamento sintático semelhante ao do seu primeiro membro, isto é, de *agora* e *lá/cá*.

Assim, entre outras propriedades decorrentes do facto de a primeira unidade se comportar, segundo a autora, como um marcador de negação metalinguística periférico e a segunda como um marcador de negação metalinguística interno, está o facto de [*agora+lá/cá*] poder ocorrer isoladamente ou em frases com elipse de VP, o que não

parece verificar-se com [*lá/cá+agora*], tal como se ilustra, respetivamente, em (190) e (191):

(190) A: Ele tem razão.

B: a. {*Agora lá/agora cá*}.

b. *{*Lá agora/cá agora*}. (Martins, 2010: 581)

(191) A: Ele tem dito sempre a verdade.

B: a. Tem {*agora lá/agora cá*}.

b. * Tem {*lá agora/cá agora*}. (Martins, 2010: 582)

Também neste caso, temos algumas dúvidas relativamente à aceitabilidade de alguns dos exemplos apresentados. De facto, a intervenção de (B-a) em (190) não nos parece aceitável, parecendo-nos, por outro lado, aceitável a intervenção de (B-b) em (191). A falta de convergência relativamente à gramaticalidade de alguns destes exemplos, que a própria autora reconhece em nota, poderá dever-se, entre outros aspetos, a diferenças de origem dialetal no uso das unidades em consideração. De facto, embora tenhamos verificado a ocorrência das unidades em consideração em interações do quotidiano, nos *corpora* analisados apenas encontramos ocorrências de *lá agora*:

(192) O Orador: – [...] tenha cuidado quando passar na variante de Almancil, que é uma obra típica do seu Governo, uma típica obra traiçoeira feita para ser inaugurada nas vésperas das eleições, mas que caiu com os primeiros tempos. Tenha cuidado, Sr. Deputado! [...]

O Sr. Álvaro Viegas (PSD): – Caiu *lá agora*! Passo lá sempre e sei que está tudo de pé! (CRPC, Ref.^a A140012)

(193) O Orador: – [...] Uma e outra – a consonância nos objectivos e a divergência nas políticas – assumimo-las, com a coragem e a responsabilidade de quem não troca convicções por conveniências [...].

Vozes do CDS-PP: – Não! *Lá agora*! (CRPC, Ref.^a A0185)

Para além de *lá, cá e agora*, Martins refere ainda o valor metalinguístico/refutativo de expressões idiomáticas como *uma ova* ou *o tanas*, em exemplos como os seguintes:

(194) A: Ele viveu sempre em Paris.

B: a. Ele viveu sempre em Paris *uma ova*.

b. *Uma ova* é que ele viveu sempre em Paris. (Martins, 2010: 573)

(195) A: O Hermenegildo tem razão.

B: Tem razão *o tanas*. (Martins, 2010: 568-569, n. 4)

Nos *corpora* que analisámos, todas as ocorrências das expressões idiomáticas em consideração parecem ter efetivamente um valor refutativo:

(196) Às vezes, vezes de mais, apetece rogar pragas contra o progresso e toda essa cantilena de como é boa a era das comunicações e nos facilita a vida a todos. *Uma ova*, pelo menos em Portugal, onde nunca se aprende coisa nenhuma e se repetem os mesmos erros, ano após ano, de Norte a Sul.

(CRPC, Ref.^a R2440)

(197) Disco de viagem? *O tanas*. Disco de quem prefere ficar em casa, à sombra. A viagem, aqui, é imaginária. Disco de sandálias e martinis, disco para fechar os olhos e imaginar os lugares onde nunca se foi.

(CRPC, Ref.^a 1068571)

Uma vez mais, parece-nos que estas expressões idiomáticas ocorrerão prototipicamente no registo oral e num contexto bastante informal, até pelo potencial ato ameaçador da face que o seu uso pode configurar e que, porventura, poderá igualmente justificar a sua reduzida frequência nos *corpora* analisados.

Num estudo igualmente recente, Pinto (2011) defende que *nada* pode ser também considerado um marcador de negação metalinguística em construções do tipo [V_*nada*], ilustradas em exemplos como os seguintes:

(198) A: O Pedro caiu das escadas!

B: Caiu *nada*! Foi empurrado. (Pinto, 2011: 506)

(199) Fumava muito. E o homem dizia... O homem fumava muito. E eu dizia para ele: "Ó senhor doutor isso mata-o!". "Mata *nada*, não faz mal!". Fumava assim por uma caneta como a senhora, assim como...

(Pinto, 2011: 506 (CORDIAL-Sin_COV35-N))

Embora não ocorra com grande frequência nos *corpora* por nós analisados, parece-nos, partindo da nossa experiência enquanto falante, que esta construção, que parece ocorrer também predominantemente no registo oral e num contexto informal, tem uma frequência discursiva bastante elevada.

No estudo em consideração, Pinto procura distinguir a construção em análise das chamadas construções com negação enfática do tipo [*não_V_nada*], que ilustra num exemplo como o seguinte:

(200) O Pedro *não* comprou *nada* o livro. (Pinto, 2011: 506)

Reconhecendo a possibilidade de a construção [*V_nada*] poder ser considerada por alguns uma forma derivada da construção enfática [*não_V_nada*], Pinto propõe-se demonstrar que estas duas construções são, na realidade, distintas. Retomando alguns dos testes propostos por Horn (1989) para a aferição das propriedades distintivas dos usos descritivo e metalinguístico da negação, a autora procura, assim, demonstrar que apenas a construção [*V_nada*] tem um valor metalinguístico, sendo a única que é compatível, por exemplo, com termos de polaridade positiva:

(201) A: A Maria é uma dançarina e pêras.

B: a. ??/* *Não é nada* uma dançarina e pêras. Dança tão mal!

b. É *nada* uma dançarina e pêras. Dança tão mal! (Pinto, 2011: 509)

Ao contrário do que defende a autora, não nos parece, todavia, que (B-a) seja agramatical. De facto, parece-nos que a generalidade dos exemplos apresentados no

artigo em análise seriam igualmente aceitáveis com uma estrutura do tipo [não_V_nada]. Vejam-se as seguintes paráfrases de (198) e (199):

(198') A: O Pedro caiu das escadas!

B: *Não* caiu *nada*! Foi empurrado.

(199') Fumava muito. E o homem dizia... O homem fumava muito. E eu dizia para ele: "Ó senhor doutor isso mata-o!". "*Não* mata *nada*, não faz mal!".

Fumava assim por uma caneta como a senhora, assim como...

De facto, ao contrário do que defende Pinto, parece-nos que tanto a construção [V_nada], como a construção [não_V_nada] – classificada pela autora de enfática na senda das propostas de Gonçalves (1994) e Hagemeyer & Santos (2004)¹⁹⁰ – são ambas construções com um valor tipicamente metalinguístico/refutativo e com um comportamento discursivo muito semelhante, o que leva a que, na generalidade dos casos, a construção [V_nada] possa ser parafraseável pela construção [não_V_nada].¹⁹¹

3.3.2. Marcadores de retificação

Na oralidade, particularmente em registos informais, a expressão *mas é* parece constituir-se como um marcador de retificação em PE. Vejam-se os exemplos seguintes:

(202) A: A Maria quer ajudar-te.

B: Ela quer *mas é* aborrecer-me.

¹⁹⁰ Em PE, esta negação pode ainda assumir a forma [não_V_não], ilustrada num exemplo como o seguinte:

(i) A: O Pedro está no Brasil.

B: *Não* está *não*! Está na Argentina.

¹⁹¹ A este propósito, veja-se ainda a seguinte paráfrase (cf. (ii)) de outro dos exemplos apresentados pela autora no artigo em análise (cf. (i)):

(i) INF1 – Não me dou mal, mas já tenho muitos dias. [...] Já é dias a mais. Já podia dar os meus dias [...] a outro, (que estou velho)!

INQ1 – Ah! Tem *nada*, está tão rijo! Agora dias a mais! (Pinto, 2001: 507 (Cordial-Sin-MLD01-N))

(ii) INF1 – Não me dou mal, mas já tenho muitos dias. [...] Já é dias a mais. Já podia dar os meus dias [...] a outro, (que estou velho)!

INQ1 – Ah! *Não* tem *nada*, está tão rijo! Agora dias a mais!

(203) Aquilo não é uma limpeza ao monumento, é *mas é* uma limpeza aos cofres do Estado [...]. (CETEMPúblico, Ext 738200 (soc, 93a))

(204) A sua mãe e a sua mulher, Maria Zita, duvidam da morte por doença, porque, segundo a primeira relatou ao PÚBLICO, "a assistente social que tratou do funeral" disse-lhe que o corpo do filho, encontrado morto na cela, "estava cheio de formigas e de marcas negras", denotando sinais de agressão. "Ele foi *mas é* espancado. Tinha a parte esquerda do corpo toda negra [...]", disse também a mulher de Francisco Cordeiro.

(CRPC, Ref.^a J87601)

Em construções deste tipo, esta expressão – que, tanto quanto é do nosso conhecimento, ainda não foi objeto de análise em Português – ocorre sempre em posição pós-verbal, assinalando que o constituinte que prefacia é o elemento considerado mais adequado para substituir o elemento alvo de refutação. Nos exemplos apresentados, esta expressão assinala, assim, que a oração completiva *aborrecer-me* (cf. (202-B)) e os sintagma nominal (cf. (203)) e adjetival (cf. (204)) com a função de predicativo do sujeito *uma limpeza aos cofres do Estado* e *espancado* são os constituintes considerados mais adequados para substituir/corrigir os elementos que estão na base da refutação levada a cabo, isto é, a oração completiva *ajudar-te* e o sintagma nominal com a função de predicativo do sujeito *uma limpeza ao monumento*, em (202-A) e (203), ou ainda a asserção implícita, em (204), de que o indivíduo em questão terá morrido por doença.

Ao contrário do que se verifica com os marcadores de negação metalinguística/refutação, a expressão *mas é* não é necessária à boa formação das construções em análise. Todavia, a sua presença parece não só facilitar o processamento do valor retificativo do segmento em que ocorre (ou refutativo-retificativo, no caso de o segmento em questão desempenhar esta dupla função (cf. (202-B) e (204)), mas igualmente focalizar o constituinte que é apresentado pelo locutor como o mais adequado para substituir o elemento que está na base da refutação realizada.

3.4. Síntese

Em PE, quando ocorrem em simultâneo na superfície textual, os segmentos refutativo e retificativo podem moldar-se em dois tipos de construções paratáticas: construções de coordenação e construções de justaposição.

Em construções de coordenação, os referidos segmentos podem assumir a forma *não p, mas q* ou ainda as formas *não p, mas sim/mas antes/e sim q*. Em construções deste tipo, as conjunções *mas* e *e*, coocorrendo sistematicamente com os advérbios *sim* e *antes*, parecem ter-se especializado na marcação de um valor refutativo-retificativo.

Estas construções são aceitáveis quer com refutações baseadas no que é dito ou implicado no enunciado alvo, quer com refutações baseadas em aspetos formais. No entanto, pelo facto de não permitirem a conexão de sintagmas verbais ou de frases independentes, estas construções não são aceitáveis quando na base da refutação se encontram, por exemplo, conteúdos pressuposicionais, dado que, neste caso, o segmento retificativo assumirá tipicamente a forma de uma frase independente com uma função mais justificativa do que propriamente retificativa, tal como acontece no célebre exemplo *The King of France isn't bald. There is no King of France*.

Em construções de coordenação, os segmentos refutativo e retificativo podem ainda assumir formas especializadas na refutação de determinados aspetos do enunciado alvo, tais como a estrutura *não só p, mas também q*, especializada, em contextos deste tipo, na refutação de aspetos atinentes ao conteúdo proposicional ou às Q-implicaturas associadas ao enunciado alvo, ou ainda as formas *não é p, mas/mas sim/mas antes/e sim q* e outras de valor semelhante, tais como *não se diz p, mas/mas sim/mas antes/e sim q*, especializadas na refutação de aspetos formais do enunciado alvo.

Em construções de justaposição do tipo *não p // q*, os segmentos refutativo e retificativo não são articulados por nenhuma conjunção, não havendo também qualquer restrição relativamente ao tipo de elementos que podem estar na base da refutação levada a cabo.

Estas construções podem igualmente assumir formas especializadas na refutação de aspetos formais do enunciado alvo, como é o caso de *não é p // é q* ou outras de valor semelhante como *não se diz p // diz-se q*, ou ainda a forma *p, não // q*, que permite a refutação de enunciados negativos não compatíveis, por definição, com uma refutação do tipo *não p // q*. Em construções de justaposição, o segmento refutativo não tem

necessariamente de ser realizado sob a forma de um enunciado negativo, podendo materializar-se em enunciados do tipo *Isso é falso* ou *Estás enganado*, que têm tipicamente uma leitura refutativa.

Em construções de justaposição, podem ainda ocorrer as expressões *sim*, *antes* ou *pelo contrário*, em estruturas do tipo *não p // sim/antes/pelo contrário q*. Neste contexto, estas unidades comportam-se como conectores ou marcadores discursivos que, embora não contribuindo para as condições de verdade das sequências em que ocorrem nem sendo necessárias à sua boa formação, fornecem instruções sobre o modo como deve ser computada a relação que se estabelece entre os segmentos que articulam.

As construções *não p // sim, antes q*, onde as unidades *sim* e *antes* permitem realçar, respetivamente, o contraste de polaridade e o valor preferencial do segmento que prefaciam, apenas são aceitáveis quando na base da refutação se encontra o que é dito ou implicitado no enunciado alvo. A construção *não p // pelo contrário q*, dado o valor antitético da expressão conectiva nela presente, apenas é aceitável quando na base da refutação se encontra o conteúdo proposicional do enunciado alvo, tendo de existir, entre este e o enunciado prefaciado por *pelo contrário*, dois predicadores distintos que estabeleçam entre si uma relação de antonímia.

Quer os segmentos refutativo e retificativo ocorram em simultâneo ou isoladamente na superfície textual, estão ainda disponíveis em PE outro tipo de expressões que parecem igualmente ter-se especializado na marcação destas relações discursivas. Tal parece ser o caso das unidades *lá*, *cá* e *agora* (Martins, 2010) e da unidade *nada*, em construções do tipo [V_*nada*] (Pinto, 2010, 2011) que, em determinados contextos, parecem ter um valor inequivocamente refutativo ou ainda da expressão *mas é* que parece constituir-se como um marcador de retificação. Estas unidades ocorrem predominantemente na oralidade, particularmente em registos informais, e o seu uso parece restringir-se aos casos em que, na base da refutação, se encontra o que é dito ou implicitado no enunciado alvo.

Conclusões

No quadro das relações que contribuem para a construção da coerência pragmático-funcional dos textos/discursos, a *refutação* surge como a relação que se estabelece entre um enunciado, da responsabilidade de um locutor B, cuja função é rejeitar ou declarar inaceitável um outro e o enunciado, da responsabilidade de um locutor A, que é alvo de refutação. Prototipicamente, esta relação ocorre em textos dialogais, constituindo-se, nos termos da Análise Conversacional, como um ato reativo negativo, que constitui uma ameaça potencial não só à face do locutor cujo enunciado é alvo de refutação, mas igualmente à face do próprio locutor que a leva a cabo.

Em sequências deste tipo, o segmento que desempenha esta função é tipicamente seguido de uma continuação discursiva que estabelece com este e com o enunciado alvo de refutação uma relação que designamos de *retificação*. Neste segmento, é apresentado, pelo locutor B, o elemento considerado mais adequado para substituir aquele que é alvo de refutação e, deste modo, é igualmente "justificada" a refutação realizada. Com alguma frequência, a própria refutação é realizada por um segmento deste tipo que, neste caso, terá uma dupla função refutativo-retificativa.

Na base de uma refutação poderá estar um vasto conjunto de aspetos relacionados, em sentido lato, com as condições de aceitabilidade do enunciado alvo. Nas suas ocorrências mais prototípicas, a refutação terá por base o que é dito ou implicado no referido enunciado. É precisamente este tipo de refutação que tem como efeito discursivo a recusa, por parte do locutor que a realiza, em aumentar o *common ground* ou quadro de crenças e conhecimentos partilhados pelos interlocutores, recorrentemente descrito na literatura (Moeschler, 1982; van der Sandt, 1991; van der Sandt & Maier, 2003; Geurts, 1998). Nas suas ocorrências mais periféricas, cuja frequência discursiva parece ser substancialmente inferior, a refutação pode ter igualmente por base aspetos de ordem formal, relacionados com a "correção" linguística do enunciado alvo.

Em ambos os casos, no escopo de um enunciado refutativo não se encontra tipicamente a totalidade do enunciado alvo, mas determinados constituintes que, pelo seu valor semântico-pragmático ou pela sua realização linguística, conduzem à sua inaceitabilidade do ponto de vista do locutor que o refuta. Tais constituintes são

tipicamente focalizados por processos de vária ordem, onde se destacam a negação de constituinte, as construções de clivagem e a marcação prosódica.

Curiosamente, pese embora o seu carácter mais periférico, as refutações baseadas em aspetos de ordem formal têm sido alvo de grande atenção na literatura, particularmente em trabalhos sobre negação metalinguística. Em certa medida, tal é compreensível tendo em conta que grande parte dos trabalhos sobre este tema, como é o caso de Horn (1989), tem por objeto a distinção entre os usos descritivo e metalinguístico da negação, procurando evidenciar que esta última não opera ao nível proposicional, mas sim, como a própria designação indica, ao nível metalinguístico. Todavia, como procuramos evidenciar ao longo da nossa exposição, o facto de a refutação, prototipicamente realizada por um enunciado contendo uma negação deste tipo, poder ter no seu escopo o conteúdo proposicional do enunciado alvo, não invalida o facto de esta operar ao nível pragmático e não ao nível semântico-proposicional. De facto, mesmo neste contexto, a negação continua a ter no seu escopo um enunciado e não uma proposição, tendo uma função refutativa e não descritiva.

Nos casos em que o enunciado alvo de refutação não se encontra explicitado na superfície textual, nem sempre é fácil, todavia, estabelecer uma fronteira entre os dois tipos de negação e, tal como daí decorre, distinguir uma asserção negativa não marcada de uma asserção negativa de valor refutativo. Contudo, mesmo em contextos deste tipo, parece-nos ser possível identificar alguns indícios do valor refutativo ou meramente descritivo deste tipo de enunciados. Em primeiro lugar, a sua realização linguística pode constituir um forte indicador do seu valor discursivo, particularmente se o enunciado negativo for seguido de uma continuação discursiva de valor retificativo ou se nele estiverem presentes alguns dos fenómenos associados à marcação de um foco contrastivo, como é o caso das já referidas negação de constituinte, construções de clivagem (neste caso, negativas) ou entoação contrastiva. Na ausência de tais indicadores, parece-nos que o facto de o enunciado alvo de refutação ser facilmente inferível a partir do contexto discursivo, bem como a polemicidade do tópico da sequência discursiva em questão podem constituir igualmente fortes indicadores do valor refutativo de um determinado enunciado negativo. Esta questão não poderá, naturalmente, ser equacionada sem recurso à noção de polifonia: o locutor antecipa mentalmente um determinado enunciado, da responsabilidade de outra instância

enunciativa, rejeitando-o e apresentando, regra geral, a alternativa considerada mais adequada para o substituir.

No que à sua realização linguística em PE diz respeito, as sequências refutativo-retificativas, quando ocorrem em simultâneo na superfície textual, assumem tipicamente a forma de um construção paratática, que pode ser de coordenação ou de justaposição. Em cada um dos tipos de construções, podem ocorrer expressões conectivas que parecem ter-se especializado na marcação de um valor refutativo-retificativo, como é o caso, em construções de coordenação, das unidades *mas sim*, *mas antes*, *e sim* e, em construções de justaposição, das unidades *sim*, *antes* e *pelo contrário*. No presente trabalho, procuramos descrever não só o valor refutativo-retificativo de tais unidades, mas igualmente fundamentar a sua inclusão no seio das expressões conectivas em Português. Em cada uma das construções em análise, há igualmente formas que parecem ter-se especializado em cada um dos tipos de refutação referidos anteriormente, o que parece evidenciar a validade da divisão proposta.

No quadro seguinte, apresentamos uma síntese dos vários tipos de construções refutativo-retificativas disponíveis em PE:

Tipo de construção / Tipo de refutação		Refutação baseada no que é dito ou implicitado no enunciado alvo	Refutação baseada em aspetos formais do enunciado alvo
Construções de coordenação	<i>Não p, mas/mas sim/mas antes/e sim q</i>	X	X
	<i>Não só p, mas também q</i>	X	
	<i>Não é p, mas/mas sim/mas antes/ e sim q</i> <i>Não se diz p, mas/mas sim/mas antes/ e sim q</i>		X
Construções de justaposição	<i>Não p q</i>	X	X
	<i>p, não q</i>		
	<i>Não é p é q</i>		X
	<i>Não se diz p diz-se q</i>		
	<i>Não p sim/antes q</i>	X	
	<i>Não p pelo contrário q</i>	X (relação de antonímia entre os termos conectados)	

Quadro I: Construções refutativo-retificativas em PE

Para além destas construções, existem ainda em PE algumas expressões de natureza não conectiva que parecem constituir-se como marcadores das relações em análise, quando na base da refutação se encontra o que é dito ou implicado no enunciado alvo. Tal é o caso das unidades *lá*, *cá* e *agora* (Martins, 2010) e da unidade *nada*, em construções do tipo [V_*nada*] (Pinto, 2010, 2011) que, em determinados contextos, têm um valor claramente refutativo ou ainda da expressão *mas é* que tem um valor retificativo. O uso destas unidades parece restringir-se predominantemente à oralidade e a registos informais.

Para além do elemento que é alvo de refutação, a opção por qualquer uma das construções elencadas anteriormente, bem como as próprias estratégias de focalização utilizadas, parecem estar fortemente dependentes do contexto enunciativo e, em particular, do género textual/discursivo em que se enquadra a interação e que é igualmente determinante para a aferição do grau de ameaça à face dos interlocutores das sequências em análise. Esta questão, que pretendemos explorar em trabalhos futuros, revela-se de grande importância não só de um ponto de vista teórico, mas igualmente do ponto de vista da sua aplicação em disciplinas como a Didática do Português, na medida em que será determinante para a adequação discursiva das produções dos falantes, particularmente em textos de pendor argumentativo, onde a refutação desempenha um papel determinante.

Neste domínio, parece-nos também de grande interesse uma exploração mais aprofundada do papel da refutação no Discurso Político, particularmente ao nível parlamentar, enquanto estratégia argumentativa de atribuição ao alocutário de asserções que não são da sua responsabilidade.

Referências bibliográficas

- Abbott, Barbara (2000) Presuppositions as nonassertions. *Journal of Pragmatics* 32, pp. 1419-1437.
- Adam, Jean-Michel (1990) *Éléments de linguistique textuelle. Théorie et pratique de l'analyse textuelle*. Liège: Mardaga.
- (1992) *Les textes: types et prototypes*. Paris: Éditions Nathan.
- Allwood, Jens, Lars-Gunnar Andersson & Östen Dahl (1977) *Logic in Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Amaral, Sónia D., Rosa L. Coimbra & António J. S. Teixeira (2005) A prosódia no discurso espontâneo. In Inês Duarte & Isabel Leiria (eds.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 351-362.
- Ambar, Manuela (1992) *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Lisboa: Colibri.
- (1999) Aspects of the syntax of focus in Portuguese. In G. Rebuschi & L. Tuller (eds.) *The grammar of focus*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 23-53.
- Angouri, Jo & Miriam A. Locher (2012) Theorising disagreement. *Journal of Pragmatics* 44(12), pp. 1549-1553.
- Anscombe, Jean-Claude & Oswald Ducrot (1976) L'argumentation dans la langue. *Langages* 42, pp. 5-27.
- (1977) Deux *mais* en français? *Lingua* 43, pp. 23-40.
- (1983) *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga.
- Asher, Nicholas & Asher Lascarides (2003) *Logics of conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Atlas, Jay D. (1977) Negation, ambiguity, and presupposition. *Linguistics and Philosophy* 1, pp. 321-336.
- (1979) How Linguistics matters to Philosophy: presupposition, truth, and meaning. In C.-K. Oh & D. A. Dinneen (eds.) *Syntax and Semantics 11: Presupposition*. New York: Academic Press, pp. 265-281.

- (2005) *Logic, meaning and conversation: semantical underdeterminacy, implicature, and their interface*. Oxford: Oxford University Press.
- Atlas, Jay D. & Stephen C. Levinson (1981) *It-clefts, informativeness, and logical form: Radical Pragmatics* (revised standard version). In Peter Cole (ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, pp. 1-61.
- Attal, Pierre (1984) Deux niveaux de négation. *Langue Française* 62, pp. 4-11.
- Barros, Clara (1986) *Construções Contrastivas em Português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (1998a) Observações sobre a adversativa *mas*. In Joaquim Fonseca & Clara Barros (eds.) *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o Português*, tomo I. Porto: Porto Editora, pp. 11-23.
- (1998b) De *magis* a *mas*: deriva semântica e pragmática. In Joaquim Fonseca & Clara Barros (eds.) *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o Português*, tomo I. Porto: Porto Editora, pp. 25-48.
- (1998c) A propósito de morfemas contrastivos em português: um "mas" de exceção/provocação. In Joaquim Fonseca & Clara Barros (eds.) *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o Português*, tomo I. Porto: Porto Editora, pp. 49-58.
- Beaugrande, Robert de (1980) *Text, discourse and process. Toward a multidisciplinary science of texts*. London: Longman.
- Beaugrande, Robert de & Wolfgang U. Dressler (1981) *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman.
- Bechara, Evanildo (1999) *Moderna gramática portuguesa*, 37.^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Beltrán, David, Isabel Orenes & Carlos Santamaría (2008) Context effects on the spontaneous production of negation. *Intercultural Pragmatics* 5(4), pp. 409-419.
- Bentolila, Fernand (1986) *Car en français écrit*. *La Linguistique* 22, pp. 95-115.
- Blakemore, Diane (1987) *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell.

- (1989) Denial and contrast: a relevance theoretic analysis of *but*. *Linguistics and Philosophy* 12, pp. 15-37.
- Blok, Peter I. & Kurt Eberle (1999) What is the alternative? The computation of focus alternatives from lexical and sortal information. In Peter Bosch & Rob van der Sandt (eds.) *Focus: linguistic, cognitive, and computational perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 105-120.
- Bolinger, Dwight (1961) Contrastive accent and contrastive stress. *Language* 37, pp. 83-96.
- (1972) Accent is predictable (if you are a mind-reader). *Language* 48, pp. 633-644.
- Bosque, Ignacio (1980) *Sobre la negación*. Madrid: Cátedra.
- Bosque, Ignacio & Violeta Demonte (eds.) (1999) *Gramática descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe.
- Braga, Daniela *et al.* (2006) PRO-GMÁTICA: uma base de dados prosódica pragmaticamente orientada em Português Europeu. In Fátima Oliveira & Joaquim Oliveira (eds.) *Actas do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 231-243.
- Bravo, Diana & Antonio Briz (eds.) (2004) *Pragmática sociocultural: estúdios sobre el discurso de cortesía en Español*. Barcelona: Ariel.
- Brito, Ana M. & Inês Duarte (2003) Orações relativas e construções aparentadas. In Maria Helena M. Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 653-694.
- Briz, Antonio (2008) Atenuación y cortesía verbal en España y América. Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático. In César H. Alonso & Leticia C. San Cirilo (eds.) *El Español de América. Actas del VI Congreso Internacional de 'El Español de América'*. Valladolid: Diputación provincial de Valladolid, pp. 31-60.
- Briz, Antonio & Salvador Pons Bordería (2010) Unidades, marcadores discursivos y posición. In Óscar Loureda Lamas & Esperanza Acín Villa (eds.) *Los estudios*

- sobre marcadores del discurso en Español, hoy*. Madrid: Arco Libros, pp. 327-357.
- Brown, Gillian & George Yule (1983) *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, Penelope & Stephen C. Levinson (1978) Universals in language: politeness phenomena. In Esther N. Goody (ed.) *Questions and politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 56-289.
- (1987) *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bublitz, Wolfram, Uta Lenk & Eija Ventola (eds.) (1999) *Coherence in spoken and written discourse: how to create it and how to describe it*. Amsterdam: John Benjamins.
- Burgess, Alexis G. & John p. Burgess (2011) *Truth*. Princeton: Princeton University Press.
- Burton-Roberts, Noel (1989a) On Horn's dilemma: presupposition and negation. *Journal of Linguistics* 25, pp. 95-125.
- (1989b) *The limits to debate: a revised theory of semantic presupposition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Campos, Maria Henriqueta C. & Clara N. Correia (1999) A negação polémica num corpus de diálogo. In Ana C. M. Lopes & Cristina Martins (eds.) *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I. Braga: APL, pp. 241-249.
- Carlson, Katy (2002) *Parallelism and prosody in the processing of ellipsis sentences*. New York: Routledge.
- Carreira, Maria Helena A. (2003-2006) Atenuação de crítica ou de desacordo: meios linguísticos e realizações discursivas em Português. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXV, tomo I, pp. 87-94.
- Carston, Robyn (1996) Metalinguistic negation and echoic use. *Journal of Pragmatics* 25, pp. 309-330.

- (1998) Negation, 'presupposition' and the semantics/pragmatics distinction. *Journal of Linguistics* 34(2), pp. 309-350.
- (2002) *Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication*. Oxford: Blackwell.
- Casteleiro, João Malaca (1979) Sintaxe e semântica das construções enfáticas com *é que*. *Boletim de Filologia* XXV, pp. 97-166.
- Cierchia, Genaro & Sally McConnell-Ginet (1990) *Meaning and grammar*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.
- Chafe, Wallace (1976) Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and points of view. In Charles N. Li (ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, pp. 25-56.
- Chafe, Wallace & Deborah Tannen (1987) The relation between written and spoken language. *Annual Review of Anthropology* 16, pp. 383-407.
- Chomsky, Noam (1971) Deep structure, surface structure, and semantic interpretation. In Danny D. Steinberg & Leon A. Jakobovitz (eds.) *Semantics: an interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 183-216.
- Chomsky, Noam & Morris Halle (1968) *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row.
- Costa, João (1998) *Word order variation. A constraint-based approach*. Hague: Holland Academic Graphics.
- (2000) Multiple focus in European Portuguese. Apparent optionality and subject positions. In Claire Beyssade *et al.* (eds.) *Romance languages and linguistic theory*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 93-109.
- (2008) *O advérbio em português europeu*. Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, João & Ana Costa (2001) *O que é um advérbio?* Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, João & Inês Duarte (2001) Minimizando a estrutura: uma análise unificada das construções de clivagem em Português. In Clara N. Correia & Anabela Gonçalves

- (eds.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 627-638.
- Costa, João & Ana M. Martins (2011) On focus movement in European Portuguese. *Probus* 23, pp. 217 – 245.
- Costa, João & Maria Cristina F. Silva (2006) On the (in)dependence between syntax and pragmatics. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 83-104.
- Cruttenden, Alan (1981) Falls and rises: meanings and universals. *Journal of Linguistics* 17, pp. 77-91.
- (1997) *Intonation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunha, Celso & Lindley Cintra (2002 [1984]) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 17ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- Culpeper, Jonathan (1996) Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics* 25(3), pp. 349-367.
- Dascal, Marcelo & Tamar Katriel (1977) Between semantics and pragmatics: the two types of 'but' – Hebrew 'aval' and 'ela'. *Theoretical Linguistics* 4, pp. 143-172.
- Delin, Judy & Jon Oberlander (1995) Syntactic constraints on discourse structure: the case of it-clefts. *Linguistics* 33, pp. 465-500.
- Dias, Luísa C. S. (2003) *As estruturas de clivagem no Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Drenhaus, Heiner, Malte Zimmermann & Shravan Vasishth (2011) Exhaustiveness effects in clefts are not truth-functional. *Journal of Neurolinguistics* 24(3), pp. 320-337.
- Duarte, Inês (2003) Aspectos linguísticos da organização textual. In Maria Helena M. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Caminho, pp. 85-123.
- Ducrot, Oswald (1972) *Dire et ne pas dire. Principes de sémantique linguistique*. Paris: Hermann.
- (1973) *La preuve et le dire*. Paris: Maison Mame.

- (1978) Deux "mais". *Cahier de Linguistique* 8, pp. 109-120.
- (1980) *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- (1984) *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- Dummett, Michael (1973) *Frege: Philosophy of Language*. Cambridge: Harvard University Press.
- Duranti, Alessandro (1997) *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Figueiredo, Olívia (1986) *Da asserção negativa à refutação. Algumas aporções à pragmática da negação em Português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fillmore, Charles J. (1971) Types of lexical information. In Danny D. Steinberg & Leon A. Jakobovitz (eds.) *Semantics: an interdisciplinary reading in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 370-392.
- (1985) Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica* 6, pp. 222-254.
- Flamenco García, Luis (1999) Las construcciones concesivas y adversativas. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.) *Gramática descriptiva de la Lengua Española*, vol. 3. Madrid: Editorial Espasa, pp. 3805-3878.
- Fonseca, Joaquim (1992) *Linguística e texto/discurso: teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: Ministério da Educação, ICALP.
- (1993) *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora.
- (1994) *Pragmática Linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- (1998) O funcionamento discursivo de 'se não A, pelo menos B'. In Joaquim Fonseca & Clara Barros (eds.) *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o Português*, tomo II. Porto: Porto Editora, pp. 237-282.
- (2001) *Língua e discurso*. Porto: Porto Editora.

- Foolen, Ad (1991) Metalinguistic negation and pragmatic ambiguity: some comments on a proposal by Laurence Horn. *Pragmatics* 1, pp. 217-237.
- Franco, António C. (1988) Partículas modais da língua portuguesa: relances contrastivos com as partículas alemãs. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, série II, vol. 5(1), pp. 137-156.
- (1991) *Descrição linguística das partículas modais no Português e no Alemão*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Fraser, Bruce (1998) Contrastive discourse markers in English. In Andreas H. Jucker & Yael Ziv (eds.) *Discourse markers: descriptions and theory*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 301-326.
- Frege, Friederich Gottlob (1970 [1892]). On sense and reference. In Peter Geach & Mark Black (eds.) *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 56-78.
- Frota, Sónia (2000) *Prosody and focus in European Portuguese. Phonological phrasing and intonation*. New York: Garland.
- Gazdar, Gerald (1979) *Pragmatics: implicature, presupposition, and logical form*. New York: Academic Press.
- Gernsbacher, Morton Ann & Talmy Givón (eds.) (1995) *Coherence in spontaneous text*. Amsterdam: John Benjamins.
- Geurts, Bart (1998) The mechanisms of denial. *Language* 74, pp. 274-307.
- Geurts, Bart & Emar Maier (2003) Layered DRT. Disponível em <URL: <http://ncs.ruhosting.nl/bart/papers/ldrt.pdf>>.
- Giora, Rachel (2007) "A good Arab is *not* a dead Arab – a racist incitement": on the accessibility of negated concepts. In Ivan Kecskes & Laurence R. Horn (eds.) *Explorations in Pragmatics: linguistic, cognitive and intercultural aspects*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 129-162.
- Givón, Talmy (1978) *Negation in language: pragmatics, function, ontology*. In Peter Cole (ed.) *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*. New York: Academic Press, pp. 69-112.

- (1995) Coherence in text vs. coherence in mind. In Morton Ann Gernsbacher & Talmy Givón (eds.) *Coherence in spontaneous text*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 59-115.
- Goffman, Erwin (1967) *Interaction ritual: essays in face-to-face behaviour*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- Gómez Txurruka, Isabel (2002) *Foco y tema: una aproximación discursiva*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea.
- Gonçalves, Fernanda M. (1994) *Negação frásica em Português: caracterização sintáctica com referência ao processo de aquisição*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Graesser, Arthur C., Morton A. Gernsbacher & Susan R. Goldman (eds.) (2003) *Handbook of discourse processes*. Mahwah NJ: Laurence Erlbaum.
- Grice, H. Paul (1975 [1967]) Logic and conversation. In Peter Cole & Jerry L. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics, vol. 3: Speech acts*. New York: Academic Press, pp. 113-127.
- (1989) *Studies in the way of words*. Cambridge: Harvard University Press.
- Grim, Patrick (1981) A Note on the Ethics of Theories of Truth. In Mary Vetterling-Braggin (ed.) *Sexist language. A modern philosophical analysis*. Totowa: Littlefield Adams.
- Groenendijk, Jeroen & Martin Stokhof (1991) Dynamic predicate logic. *Linguistics and Philosophy* 14(1), pp. 39-100.
- Gross, Maurice (1977) Une analyse non presuppositionnelle de l'efft contrastif: l'extraction dans C'EST...QU et la negation. *Lingvisticae Investigationes* I(1), pp. 39-62.
- Gundel, Jeanette K. (1985) 'Shared knowledge' and topicality. *Journal of Pragmatics* 9, pp. 83-97.
- (1999) On different kinds of focus. In Peter Bosch & Rob van der Sandt (eds.) *Focus: linguistic, cognitive, and computational perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 293-305.

- (2006) Clefts in English and Norwegian: implication for the grammar-pragmatics interface. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 517-548.
- Gussenhoven, Carlos (2002) Intonation and interpretation: phonetics and phonology. Paper presented at *Speech Prosody 2002*. Disponível em <URL: <http://sprog.isle.illinois.edu/sp2002/pdf/gussenhoven.pdf/>>.
- Haegeman, Liliane (1995) *The syntax of negation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hagemeyer, Tjerk & Ana Lúcia Santos (2004) Elementos polares na periferia direita: negação aparentemente descontínua, afirmação enfática e tags. In Tiago Freitas & Amália Mendes (eds.) *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 465-476.
- Halliday, Michael A. K. (1967) *Intonation and grammar in British English*. The Hague: Mouton.
- (1973) *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold.
- Halliday, Michael A. K. & Ruqaiya Hasan (1976) *Cohesion in English*. London: Longman.
- Halvorsen, Per-Kristian (1978) *The syntax and semantics of cleft constructions*. Austin: Department of Linguistics, University of Texas at Austin.
- Hedberg, Nancy (1990) *Discourse pragmatics and cleft sentences in English*. PhD dissertation. University of Minnesota.
- (2000) The referential status of clefts. *Language* 76, pp. 891-920.
- (2002) The prosody of contrastive topic and focus in spoken English. Paper presented at *Pre-proceedings of the workshop on information structure in context, 14 –52*. Stuttgart: Institut für Maschinelle Sprachverarbeitung. Disponível em <URL: http://www.sfu.ca/~hedberg/Stuttgart_paper.pdf/>.
- (2006) Topic-focus controversies. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 373-397.

- (2013) Multiple focus and cleft sentences. In Katharina Hartmann & Tonjes Veenstra (eds.) *Cleft structures*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 227-250.
- Hedberg, Nancy & Lorna Fadden (2007) The information structure of it-clefts, wh-clefts and reverse wh-clefts in English. In Nancy Hedberg & Ron Zacharski (eds.) *The Grammar-Pragmatics interface: essays in honor of Jeanette K. Gundel*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 49-76.
- Hedberg, Nancy, Juan M. Sosa & Lorna Fadden (2003) The intonation of contradictions in American English. Paper presented at *Pragmatics and Prosody. North West Conference on Linguistics, University of Southern Lancashire, Preston, England, Nov. 2003*. Disponível em
<URL: http://www.sfu.ca/~hedberg/Preston_paper_text4.pdf/>.
- Heldner, Christina (1981) *La portée de la négation. Un examen de quelques facteurs sémantiques et textuelles pertinents à sa détermination dans les énoncés authentiques*. Thèse de doctorat. Institut d'Etudes Romanes de l'Université de Stockolm.
- Herzberger, Hans (1970) Truth and modality in semantically closed languages. In Robert L. Martin (ed.) *The Paradox of the Liar*. Ridgeview: Ridgeview Publishing Company, pp. 25-46.
- Hetland, Jorunn (2003) Contrast, the fall-rise accent, and information focus. In Jorunn Hetland & Valéria Molnár (eds.) *Structures of focus and grammatical relations*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 1-33.
- Hintikka, Jaakko (2002) Negation in logic and in natural language. *Linguistics and Philosophy* 25, pp. 585-600.
- Hirschberg, Julia (2002) The pragmatics of intonational meaning. Paper presented at *Speech Prosody 2002*. Disponível em
<URL: http://www1.cs.columbia.edu/~julia/papers/pragmatics_sp02_065.pdf/>.
- Hirschberg, Julia & Janet Pierrehumbert (1986) The intonational structuring of discourse. In *Proceedings of the 24th annual meeting of the Association for Computational Linguistics*. Stroudsburg, PA: Association for Computational Linguistics, pp. 136-144.

- Hobbs, Jerry R. (1985) On the coherence and structure of discourse. *Technical Report CSLI-85-37*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, Stanford University, pp. 1-36.
- Hoeksema, Jack (2011) Negative and positive polarity items: an investigation of the interplay of lexical meaning and global conditions on expression. In Laurence R. Horn (ed.) *The expression of negation*. Berlin: Walter de Gruyter, pp. 187-224.
- Horn, Laurence R. (1981) Exhaustiveness and the semantics of clefts. In V. Burke & J. Pustejovsky (eds.) *Proceedings of the Eleventh Annual New England Linguistics Society Conference, November 7-9, 1980*. Amherst, Department of Linguistics: University of Massachusetts, pp. 125-142.
- (1984) Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-Based and R-Based Implicature. In Deborah Schiffrin (ed.) *Meaning, form and use in context: linguistic applications*. Washington: Georgetown University Press, pp. 11-42.
- (1985) Metalinguistic negation and pragmatic ambiguity. *Language* 61 (1), pp. 121-174.
- (1989) *A natural history of negation*. Chicago: The University of Chicago Press.
- (1990) Showdown at truth-value gap: Burton-Roberts on presupposition. *Journal of Linguistics* 26, pp. 483-503.
- (1992) The said and the unsaid. In Chris Barker & David Dowty (eds.) *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory 2*. Columbus: Ohio State University, pp. 163-192.
- (1996) Presupposition and implicature. In S. Lappin (ed.) *Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Oxford: Blackwell, pp. 299-319.
- (2002) Assertoric inertia and NPI licensing. In *Proceedings from the Panels of the thirty-eighth meeting of the Chicago Linguistic Society* 38(2), pp. 55-82.
- (2004) Implicature: some basic oppositions. In Laurence R. Horn & Gregory Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, pp. 3-28.

- (2007) Toward a Fregean pragmatics: *Voraussetzung, Nebengedanke, Andeutung*. In Ivan Kecskes & Laurence R. Horn (eds.) *Explorations in Pragmatics: linguistic, cognitive and intercultural aspects*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 39-69.
- Horn, Laurence R. & Gregory Ward (eds.) (2004) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell.
- Hovy, Eduard H. (1990) Parsimonious and profligate approaches to the question of discourse structure relations. In Johanna D. Moore (ed.) *Proceedings of the 5th International Workshop on Natural Language Generation*. Pittsburgh: ACL, pp. 128-136.
- Hovy, Eduard H. & Elisabeth Maier (1995) Parsimonious or profligate: how many and which discourse structure relations? Disponível em <URL: <http://www.isi.edu/natural-language/people/hovy/papers/93discproc.pdf/>>.
- Huber, Stefan (2006) The complex functions of it-clefts. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 549-578.
- Hume, David (1955 [1748]) *An inquiry concerning human understanding*. New York: The Liberal Arts Press.
- Izutsu, Mitsuko N. (2008) Contrast, concessive, and corrective: toward a comprehensive study of opposition relations. *Journal of Pragmatics* 40, pp. 646-675.
- Jackendoff, Ray S. (1969) An interpretative theory of negation. *Foundations of Language* 5, pp. 218-241.
- (1972) *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Jespersen, Otto (1971 [1924]) *La Philosophie de la Grammaire*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Kakavá, Christina (1993) Aggravated corrections as disagreement in casual Greek conversations. *Texas Linguistic Forum* 33, pp. 187-95.

- Kamp, Hans (1981) A theory of truth and semantic representation. In Jeroen Groenendijk, Theo Janssen & Martin Stokhof (eds.) *Formal methods in the study of language*. Amsterdam: Mathematical Centre Tracts 135, pp. 277-322.
- Kamp, Hans & Uwe Reyle (1993) *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer.
- Karagjosova, Elena (2009) A monotonic model of denials in discourse. In Jens Edlund *et al.* (eds.) *Proceedings of DiaHolmia*. Stockholm: Royal Institute of Technology, pp. 75-82.
- Karttunen, Lauri & Stanley Peters (1979) Conventional implicature. In Choon-Kyu Oh & David A. Dinneen (eds.) *Syntax and Semantics 11: Presupposition*. New York: Academic Press, pp. 1-56.
- Kasimir, Elke (2006) On 'nicht...sondern...' (contrastive 'not...but...'). In S. Ishihara, M. Schmitz & A. Schwarz (eds.) *Interdisciplinary studies on information structure*. Postdam: Univ.-Verl., pp. 107-151.
- Katz, Jerrold (1964) Antonymy and contradiction in natural language. In Jerry A. Fodor & Jerrold Katz (eds.) *The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language*. New Jersey: Prentice Hall, pp. 519-543.
- (1972) *Semantic Theory*. New York: Harper & Row.
- (1977) *Propositional structure and illocutionary force. A study of the contribution of sentence meaning to speech acts*. Cambridge: MIT Press.
- Kaufmann, Anita (2002) Negation and prosody in British English: a study based on the London-Lund Corpus. *Journal of Pragmatics* 34, pp. 1473-1494.
- Kehler, Andrew (2002) *Coherence, reference, and the theory of grammar*. Stanford: CSLI Publications.
- (2004) Discourse coherence. In Laurence R. Horn & Gregory Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, pp. 241-265.
- Kempson, Ruth M. (1975) *Presupposition and the delimitation of Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- (1977) *Semantic theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1986) Ambiguity and the Semantics-Pragmatics distinction. In Charles Travis (ed.) *Meaning and interpretation*. Oxford: Blackwell, pp. 77-103.
- Kenesei, István (2006) Focus as identification. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 137-168.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1990) *Les interactions verbales*, tomo I. Paris: Armand Colin.
- (1992) *Les interactions verbales*, tomo II. Paris: Armand Colin.
- Kiparsky, Paul & Carol Kiparsky (1971) Fact. In Danny D. Steinberg & Leon A. Jakobovitz (eds.) *Semantics: an interdisciplinary reading in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 345-369.
- Kiss, Katalin É. (1998) Identificational focus versus information focus. *Language* 74, pp. 245-273.
- (1999) The English cleft construction as a focus phrase. In Lunella Mereu (ed.) *Boundaries of Morphology and Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 217-229.
- (2006) Focussing as predication. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 169-193.
- Klima, Edward S. (1964) Negation in English. In Jerry A. Fodor & Jerrold Katz (eds.) *The structure of language: readings in the Philosophy of Language*. New Jersey: Prentice Hall, pp. 246-323.
- Knott, Alistair (2001) Semantic and pragmatic relations and their intended effects. In Ted Sanders, Joost Schilperoord & Wilbert Spooren (eds.) *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 127-151.
- Koenig, Jean-Pierre & Beate Benndorf (1998) Meaning and context: german *aber* and *sondern*. In Jean-Pierre Koenig (ed.) *Discourse and Cognition*. Stanford: CSLI, pp. 365-386.

- Konietzko, Andreas & Susanne Winkler (2010) Contrastive ellipsis: mapping between syntax and information structure. *Lingua* 120, pp. 1436-1457.
- König, Ekkehard (1991) *The meaning of focus particles. A comparative perspective*. London: Routledge.
- Kortmann, Bernd (1997) *Adverbial subordination. A typology and history of adverbial subordinators based on european languages*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Kotthoff, Helga (1993) Disagreement and concession in disputes: on the context sensitivity of preference structures. *Language in Society* 22, pp. 193-216.
- Krahmer, Emiel & Marc Swerts (2001) On the alleged existence of contrastive accents. *Speech Communication* 34(4), pp. 391-405.
- Krifka, Manfred (2007) Basic notions of information structure. In Caroline Féry, Gisbert Fanselow & Manfred Krifka (eds.) *Interdisciplinary studies on information structure 6: the notions of information structure*, Potsdam: Univ.-Verl., pp. 13-55.
- Kroch, Anthony S. (1974) Functional sentence perspective. *Linguistic Inquiry* 3, pp. 269-320..
- Ladd, D. Robert (1980) *The structure of intonational meaning*. Bloomington: Indiana University Press.
- Ladusaw, William A. (1992) Expressing negation. In Chris Barker & David Dowty (eds.) *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory 2*, Columbus: Ohio State University, pp. 237-259.
- (1996) Negation and polarity items. In Shalom Lappin (ed.) *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Oxford: Blackwell, pp. 321-341.
- Lakoff, George (1987) *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lakoff, Robin (1971) If's, and's, and but's about conjunction. In Charles J. Fillmore & D. Terence Langendoen (eds.) *Studies in Linguistic Semantics*. New York: Mouton de Gruyter, pp. 114-149.

- (1973) The logic of politeness; or, minding your p's and q's. In Claudia Corum, T. Cedric Smith-Stark & Ann Weiser (eds.) *Papers from the Ninth regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: CLS, pp. 292-305.
- (1979) Stylistic strategies within a grammar of style. In Judith Orasanu, Mariam K. Slater & Leonore L. Adler (eds.) *Language, sex, and gender (Annals of the New York Academy of Sciences 327)*. New York: The New York Academy of Sciences, pp. 53-78.
- Lambrecht, Kund (2006) *A framework for the analysis of cleft constructions*. *Linguistics* 39(3), pp. 463-516.
- Lang, Ewald (1984) *The semantics of coordination*. Amsterdam: John Benjamins.
- (2000) Adversative connectors on distinct levels of discourse: a re-examination of Eve Sweetser's three level approach. In Elizabeth Couper-Kuhlen & Bernd Kortmann (eds.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 235-256.
- Langacker, Ronald W. (1987) *Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- Lappin, Shalom (ed.) (1996) *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Oxford: Blackwell.
- Lascarides, Asher & Nicholas Asher (2009) Agreement, disputes and commitments in dialogue. *Journal of Semantics* 26(2), pp. 109-158.
- Leech, Geoffrey N. (1983) *Principles of Pragmatics*. New York: Longman.
- Levinson, Stephen C. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2000) *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge: MIT Press.
- Liberman, Mark & Ivan A. Sag (1974) Prosodic form and discourse function. In Michael W. La Galy et al. (eds.) *Papers from the Tenth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: CLS, pp. 416-427.
- Linebarger, Marcia C. (1981) *The grammar of negative polarity*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club.

- Lobo, Maria (2006) Assimetrias em construções de clivagem do português: movimento vs. geração na base. In Fátima Oliveira & Joaquim Oliveira (eds.) *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 457-473.
- Locher, Miriam A. (2004) *Power and politeness in action. Disagreements in oral communication*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Longacre, Robert E. (1983) *The grammar of discourse*. New York: Plenum Press.
- Lopes, Ana C. M. (1997) A argumentação: uma área de investigação pluridisciplinar. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI, pp. 157-175.
- (2005) Texto e Coerência. *Revista Portuguesa de Humanidades* 19(1/2), pp. 13-33.
- (2009) Justification: a coherence relation. *Pragmatics* 19(2), pp. 241-252.
- Lopes, Ana C. M. & Maria Felicidade Morais (1999-2000) *Antes e depois: elementos para uma análise semântica e pragmática*. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII, pp. 183-243.
- Lopes, Ana C. M. & Sara Sousa (2014) The discourse connectives *ao invés* and *pelo contrário* in European contemporary Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 13(1), pp. 3-27.
- Lopes, Óscar (1972) *Gramática simbólica do Português*, 2.^a ed. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Lukasiewicz, Jan (1967a [1930]) Philosophical remarks on Many-Valued systems of Propositional Logic. In Storrs McCall (ed.) *Polish Logic 1920-1939*. Oxford: Clarendon, pp. 40-65.
- (1967b [1934]) On the history of the Logic of Propositions. In Storrs McCall (ed.) *Polish Logic 1920-1939*. Oxford: Clarendon, pp. 66-87.
- Lyons, John (1977) *Semantics*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mann, William C. & Sandra A. Thompson (1988) Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. *Text* 8 (3), pp. 243-281.

- Marques, Maria Aldina (2000) *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar: a organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. Braga: CEHUM – Universidade do Minho.
- (2007) Discordar no Parlamento: estratégias de documentação. *Revista Galega de Filoloxía* 8, pp. 99-124.
- (2008) Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In Fátima Oliveira & Isabel M. Duarte (eds.) *O fascínio da linguagem: actas do Colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: Faculdade de Letras. Centro de Linguística, pp. 277-296.
- Martin, James R. (1992) *English text: system and structure*. Amsterdam: John Benjamins.
- Martin, Robert L. (ed.) (1970) *The paradox of the liar*. Ridgeview: Ridgeview Publishing Company.
- Martins, Ana M. (2010) Negação metalinguística (*lá, cá e agora*). In Ana M. Brito *et al.* (eds.) *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Porto: APL, pp. 567-587.
- Martín Zorraquino, María Antonia & José Portolés (1999) Los marcadores del discurso. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.) *Gramática descriptiva de la Lengua Española*, vol. 3, pp. 4051-4213.
- Mateus, Maria Helena M. *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a ed. Lisboa: Caminho.
- Mateus, Maria Helena M., Sónia Frota & Marina Vigário (2003) Prosódia. In Maria Helena M. Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.^a ed. Lisboa: Caminho, pp. 1305-1076.
- Matos, Gabriela (1999) Negação frásica e concordância negativa em Português Europeu. In Ana C. M. Lopes & Cristina Martins (eds.) *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I. Braga: APL, pp. 197-218.

- (2003a) Estruturas de coordenação. In Maria Helena M. Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 549-592.
- (2003b) Aspectos sintáticos da negação. In Maria Helena M. Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 767-793.
- (2003c) Construções elípticas. In Maria Helena M. Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 869-913.
- (2004) Parataxe: coordenação e justaposição: evidência a partir da elipse. In Inês Duarte & Isabel Leiria (eds.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 687-699.
- (2013) Elipse. In Eduardo P. Raposo *et al.* (eds.) *Gramática do Português*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 2351-2386.
- Matos, Gabriela & Edite Prada (2004) Construções contrastivas de focalização: adversativas vs. concessivas. In Inês Duarte & Isabel Leiria (eds.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, pp. 701-713.
- Matos, Gabriela & Eduardo P. Raposo (2013) Estruturas de coordenação. In Eduardo P. Raposo *et al.* (eds.) *Gramática do Português*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1759-1817.
- McCawley, James D. (1991) Contrastive negation and metalinguistic negation. *Chicago Linguistic Society* 27(2), pp. 189-206.
- Mendes, Amália (2013) Organização textual e articulação de orações. In Eduardo P. Raposo *et al.* (eds.) *Gramática do Português*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1687-1755.
- Merchant, Jason (2011) Ellipsis. In Artemis Alexiadou & Tibor Kiss (eds.) *Syntax: an international handbook*. 2.^a ed. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 2-36.
- Moeschler, Jacques (1982) *Dire et contredire. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. Berne: Peter Lang.

- (1995) La négation comme expression procédurale. In Danielle Forget *et al.* (eds.) *Negation and polarity: syntax and semantics*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 231-249.
- Móia, Telmo (2008) Coordenações e aposições adversativas não frásicas em estruturas nominais. In Sónia Frota & Ana Lúcia Santos (eds.) *XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 345-358.
- Molnár, Valéria (2002) Contrast: from a contrastive perspective. In Hilde Hasselgard *et al.* (eds.) *Information structure in a crosslinguistic perspective*. Amsterdam: Rodopi, pp.147-161.
- (2006) On different kinds of contrast. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 197-233.
- Moreno Cabrera, Juan Carlos (1999) Las funciones informativas: las perífrasis de relativo y otras construcciones perifrásticas. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.) *Gramática descriptiva de la Lengua Española*, vol. 3. Madrid: Editorial Espasa, pp. 3805-3878.
- Muller, Claude (1991) *La négation en Français. Syntaxe, sémantique et éléments de comparaison avec les autres langues romanes*. Genève: Librairie Droz.
- Neves, Maria Helena M. (2000) *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP.
- Partee, Barbara H. (1999) Focus, quantification, and semantics-pragmatics issues. In Peter Bosch & Rob van der Sandt (eds.) *Focus: linguistic, cognitive, and computational Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 213-231.
- Penka, Doris & Hedde Zeijlstra (2010) Negation and polarity: an introduction. *Natural Language & Linguistic Theory* 28, pp. 771–786.
- Percus, Orin (1997) Prying open the cleft. In Kiyomi Kusumoto (ed.) *Proceedings of NELS 27*. Amherst: University of Massachusetts, pp. 337-351.
- Pereira, Sílvia (2011) O marcador de negação metalinguística *agora* nos dialectos do Português Europeu. In Armanda Costa, Isabel Falé & Pilar Barbosa (eds.) *XXVI*

- Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados.* Lisboa: APL, pp. 490-504.
- Peres, João A. (1997) Sobre conexões proposicionais em Português. In Ana M. Brito *et al.* (eds.) *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes.* Porto: Campo das Letras, pp. 775-787.
- (2013) Negação. In Eduardo P. Raposo *et al.* (eds.) *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 461-498.
- Peres, João A. & Salvador Mascarenhas (2006) Notes on sentential connections in Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 5(1), pp. 113-169.
- Peres, João A. & Telmo Mória (1995) *Áreas críticas da Língua Portuguesa*, 2.^a ed. Lisboa: Caminho, pp. 375-448.
- Pierrehumbert, Janet & Julia Hirschberg (1990) The meaning of intonational contours in the interpretation of discourse. In Philip R. Cohen, Jerry Morgan & Martha E. Pollack (eds.) *Intentions in communication.* Cambridge: MIT Press, pp. 342-369.
- Pinto, Clara (2010) *Negação metalinguística e estruturas com "nada" no Português Europeu.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- (2011) O marcador de negação metalinguística *nada* em PE. In Armanda Costa, Isabel Falé & Pilar Barbosa (eds.) *XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados.* Lisboa: APL, pp. 505-520.
- Pomerantz, Anita (1984) Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In J. Maxwell Atkinson & John Heritage (eds.) *Structures of social action. Studies in Conversational Analysis.* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 57-101.
- Portolés, José (2010) Los marcadores del discurso y la estructura informativa. In Óscar Loureda Lamas & Esperanza Acín Villa (eds.) *Los estudios sobre marcadores del discurso en Español, hoy.* Madrid: Arco Libros, pp. 281-325.
- Potts, Christopher (2005) *The Logic of conventional implicatures.* New York: Oxford University Press.

- Prada, Edite (2000) *Produção de construções adversativas no Português Europeu*.
Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta.
- (2002) Coordenação adversativa: regularidades e singularidades. In Anabela Gonçalves & Clara N. Correia (eds.) *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 377-385.
- Prince, Ellen F. (1978) A comparison of WH-clefts and it-clefts in discourse. *Language* 54, pp. 893-906.
- Quirk, Randolph *et al.* (1985) *A comprehensive grammar of the English Language*.
London: Longman.
- Raposo, Eduardo P. *et al.* (eds.) (2013) *Gramática do Português*, vols. I e II. Lisboa:
Fundação Calouste Gulbenkian.
- Redeker, Gisela (1990) Ideational and pragmatic markers of discourse structure.
Journal of Pragmatics 14(3), pp. 367-381.
- Repp, Sophie (2009) Defining 'contrast' as an information-structural notion in grammar.
Lingua 120 (6), pp. 1333-1345.
- Rialland, A, J. Doetjes & G. Rebuschi (2002) What is focused in 'C'est XP qui/que' in
cleft sentences in French? Paper presented at *Speech Prosody 2002*. Disponível
em: <URL: <http://aune.lpl.univ-aix.fr/sp2002/pdf/rialland-doetjes-rebuschi.pdf/>>.
- Roberts, Craige (1998) Focus, the flow of information, and universal grammar. In Peter
Culicover & Louise McNally (eds.) *The limits of Syntax*. New York: Academic
Press, pp.109-160.
- Rooth, Mats (1985) *Association with focus*. PhD dissertation. GLSA, University of
Massachusetts. Disponível em <URL: <http://hdl.handle.net/1813/28568/>>.
- (1992) A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics* 1(1), pp. 75-
116.
- (1996) Focus. In Shalom Lappin (ed.) *The Handbook of Contemporary Semantic
Theory*. Oxford: Blackwell, pp. 271-297.

- (1999) Association with focus or association with presupposition? In Peter Bosch & Rob van der Sandt (eds.) *Focus: linguistic, cognitive, and computational perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 232-244.
- Roulet, Eddy (1984) Speech acts, discourse structure, and pragmatic connectives. *Journal of Pragmatics* 8(1), pp. 31-47.
- Roulet, Eddy et al. (1985) *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang.
- Rudolph, Elisabeth (1996) *Contrast: adversative and concessive expressions and their expression in English, German, Spanish, Portuguese on sentence and text level*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Russell, Bertrand (1905) On denoting. *Mind* 14, pp. 479-493.
- (1957) Mr. Strawson on referring. *Mind* 263, pp. 385-389.
- Sánchez López, Cristina (1999) La negación. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.) *Gramática descriptiva de la Lengua Española*, vol. 3. Madrid: Editorial Espasa, pp. 2561-2634.
- Sanders, Ted (1997) Semantic and pragmatic sources of coherence: on the categorization of coherence relations in context. *Discourse Processes* 24, pp. 119-147.
- Sanders, Ted & Wilbert Spooren (1999) Communicative intentions and coherence relations. In Wolfram Bublitz, Uta Lenk & Eija Ventola (eds.) *Coherence in spoken and written discourse: how to create it and how to describe it*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 235-251.
- (2001) Text representation as an interface between language and its users. In Ted Sanders, Joost Schilperoord & Wilbert Spooren, (eds.) *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-25.
- Sanders, Ted, Wilbert Spooren & Leo Noordman (1992) Toward a taxonomy of coherence relations. *Discourse Processes* 15, pp. 1-35.
- (1993) Coherence relations in a cognitive theory of discourse representation. *Cognitive Linguistics* 4(2), pp. 93-133.

- Schegloff, Emanuel, Gail Jefferson & Harvey Sacks (1977) The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language* 53, pp. 361-382.
- Schiffrin, Deborah, Deborah Tannen & Heidi E. Hamilton (eds.) (2001) *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell.
- Schwenter, Scott A. (1998) From hypothetical to factual and beyond: refutational *si*-clauses in spanish conversation. In Jean-Pierre Koenig (ed.) *Discourse Cognition*. Stanford: CSLI, pp. 423-435.
- (2000) Viewpoints and polysemy: linking adversative and causal meanings of discourse markers. In Elizabeth Couper-Kuhlen & Bernd Kortmann (eds.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 257-282.
- (2001) Spanish evidence for implicature denials. In Arika Okrent & John Boyle (eds.) *The Proceedings from the Main Session of the Chicago Linguistic Society's Thirty-sixth Meeting*, Vol. 36-1. Chicago: Chicago Linguistic Society, pp. 441-53.
- (2002) Discourse markers and the PA/SN distinction. *Journal of Linguistics* 38, pp. 43-69.
- (2005) The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese. *Lingua* 115, pp. 1427-1456.
- Searle, John (1969) *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1979) *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sifianou, Maria (2012) Disagreements, face and politeness. *Journal of Pragmatics* 44(12), pp. 1554-1564.
- Silva, Paulo N. (2012) *Tipologias textuais. Como classificar textos e sequências*. Coimbra: Livraria Almedina/CELGA.
- Smiley, Timothy (1960) Sense without denotation. *Analysis* 20, pp. 125-135.
- Sousa, Sara (2006) *Contributos para o estudo das construções refutativo-rectificativas em português europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- (2011a) Contributos para o estudo da relação discursiva *refutação*. In Armanda Costa, Isabel Falé & Pilar Barbosa (eds.) *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 549-557.
- (2011b) Refutação e coerência pragmática. In Ana R. Luís (ed.) *Estudos de Linguística*, vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 149-157.
- Sperber, Dan & Deirdre Wilson (1986) *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell.
- Srikant, Sarangi & Stef Slembrouck (1997) Confrontational asymmetries in institutional discourse: a socio-pragmatic view of information exchange and face management. In Jan Blommaert & Chris Bulcaen (eds.) *Political Linguistics (Belgian Journal of Linguistics 11)*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 255-275.
- Stalnaker, Robert C. (1973) Presuppositions. *Journal of Philosophical Logic* 2, pp. 447-457.
- (1974) Pragmatic presuppositions. In Milton K. Munitz & Peter K. Unger (eds.) *Semantics and Philosophy*. New York: New York Academic Press, pp. 197-213.
- (1978) Assertion. In Peter Cole (ed.) *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*. New York: Academic Press, pp. 315-332.
- Steube, Anita (2001) Correction by contrastive focus. *Theoretical Linguistics* 27, pp. 215-249.
- Strawson, Peter (1950) On referring. *Mind* 59, pp. 320-344.
- Sudhoff, Stefan (2010) Focus particles and contrast in German. *Lingua* 120(6), pp. 1458-1475.
- Svensson, Maria (2010) Marqueurs corrélatifs en français et en suédois. Étude sémantico-fonctionnelle de *d'une part... d'autre part, d'un côté... de l'autre e de non seulement... mais en contraste*. Acta Universitatis Upsaliensis. *Studia Romana Upsaliensia* 79, pp. 239-272.
- Sweetser, Eve E. (1990) *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Taboada, Maite & William C. Mann (2006) Rhetorical Structure Theory: looking back and moving ahead. *Discourse Studies* 8(3), pp. 423-459.
- Taylor, John R. (1995) *Linguistic categorization. Prototypes in Linguistic Theory*. 2.^a ed. Oxford: Clarendon Press.
- Terkourafi, Marina (2007) Toward a universal notion of face for a universal notion of cooperation. In Ivan Kecskes & Laurence R. Horn (eds.) *Explorations in Pragmatics: linguistic, cognitive and intercultural aspects*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 313-344.
- Tomás, Octávio (2003) *Marcadores discursivos contrastivos: contribuição para uma análise sintáctica e semântico-pragmática no PE*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Umbach, Carla (2004) On the notion of contrast in information structure and discourse structure. *Journal of Semantics* 21, pp. 155-175.
- (2005) Contrast and information structure: a focus-based analysis of *but*. *Linguistics* 43(1), pp. 207-232.
- Umbach, Carla *et al.* (2004) Intonational patterns in contrast and concession. In Anita Steube (ed.) *Information structure: theoretical and empirical Aspects*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 277-305.
- Vallduví, Enric & M. Vilkuna (1998) On rheme and kontrast. In Peter Culicover & Louise McNally (eds.) *The limits of Syntax*. New York: Academic Press, pp. 79-106.
- van der Auwera, Johan (2011) On the diachrony of negation. In Laurence R. Horn (ed.) *The expression of negation*. Berlin: Walter de Gruyter, pp. 73-109.
- van der Sandt, Rob (1991) Denial. In *Papers from CLS 27(2): the parasession on negation*. Chicago: CLS, pp. 331-344.
- van der Sandt, Rob & Emar Maier (2003) Denials in discourse. Paper presented at *Fall 2003 Workshop in Philosophy and Linguistics*. University of Michigan.
- Disponível em:
<URL:<http://web.eecs.umich.edu/~rthomaso/lpw03/vandersandt.html>>.

- van Dijk, Teun A. (1972) *Some aspects of text grammars. A study in theoretical poetics and linguistics*. The Hague: Mouton de Gruyter.
- (1977) *Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London: Longman.
- (1979) Pragmatic connectives. *Journal of Pragmatics* 3(5), pp. 447-456.
- van Dijk, Teun A. (ed.) (1997) *Discourse studies. A multidisciplinary introduction*. 2 vols. London: Sage.
- van Eemeren, Frans H. & Bart Garssen (eds.) (2010) *Pondering on problems of argumentation. Twenty essays on theoretical issues*. New York: Springer.
- van Eemeren, Frans H. & Rob Grootendorst (1984) *Speech acts in argumentative discussions: a theoretical model for the analysis of discussions directed towards solving conflicts of opinion*. Dordrecht: Foris.
- van Leusen, Noor (1994) The interpretation of corrections. In Peter Bosch & Rob van der Sandt (eds.) *Focus and Natural Language Processing*. Heidelberg: IBM Deutschland, Institut for Logic and Linguistics, pp. 523-532.
- (2004) Incompatibility in context. A diagnosis of correction. *Journal of Semantics* 21(4), pp. 415-442.
- Varela, Lina (2000) *Para uma semântica das construções concessivas e adversativas do português*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.
- Vigário, Marina C. (1997) Marcação prosódica em frases negativas no Português europeu. In Ivo Castro (ed.) *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I. Lisboa: APL, pp. 329-349.
- von Stechow, Kay & Lisa Matthewson (2008) Universals in Semantics. *The Linguistic Review* 25(1-2), pp. 139-201.
- von Stechow, Kay (1994) *But* and negation. *Nordic Journal of Linguistics* 17, pp. 1-34.
- Wedgwood, Daniel (2007) Identifying inferences in focus. In Kerstin Schwabe & Susanne Winkler (eds.) *Information structure, meaning, and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 207-227.

- Wharton, Tim (2012) Prosody and meaning: theory and practice. In Jesús Romero-Trillo (ed.) *Pragmatics, Prosody and English Language Teaching*. New York: Springer, pp. 97-116.
- Wilson, Deidre (1975) *Presupposition and Non-Truth-Conditional Semantics*. New York: Academic Press.
- Wilson, John (1997) Metalinguistic negation and textual aspects of political discourse. In Jan Blommaert & Chris Bulcaen (eds.) *Political Linguistics (Belgian Journal of Linguistics 11)*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 69-88.
- Winkler, Susanne (2006) Ellipsis at the interfaces: an information-structural proposal. In Valéria Molnár & Susanne Winkler (eds.) *The architecture of focus*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 401-428.
- Xu, Yi (2012) Function vs. form in speech prosody: lessons from experimental research and potential implications for teaching. In Jesús Romero-Trillo (ed.) *Pragmatics, Prosody and English Language Teaching*. New York: Springer, pp. 61-76.
- Yaeger-Dror, Malcah (1995) Intonational prominence on negatives in English. *Language and Speech* 28, pp. 197-230.
- (1997) Contraction of negatives as evidence of variance in register-specific interactive rules. *Language variation and change* 9, pp. 1-36.
- Yoshimura, Akiko (1998) Procedural semantics and metalinguistic negation. In Robyn Carston & Seiji Uchida (eds.) *Relevance Theory. Applications and Implications*. Amsterdam, John Benjamins, pp. 105-122.
- (2000) The target of metalinguistic use of negation: a unified characterization from the cognitive processing point of view. Disponível em <URL: <http://hdl.handle.net/10935/890/>>.
- (2002) A cognitive-pragmatic approach to metalinguistic negation. In *Proceedings of the Sophia Symposium on Negation*. Sophia: Sophia Linguistic Institute for International Communication, pp. 113-132.
- Zanuttini, Raffaella (1997) *Negation and clausal structure: a comparative study of Romance languages*. Oxford: Oxford University Press.

Zimmermann, Malte (2007) Contrastive focus. In Caroline Féry, Gisbert Fanselow & Manfred Krifka (eds.) *Interdisciplinary studies on information structure 6: The notions of information structure*, Potsdam: Univ.-Verl., pp. 147–159.

Zimmermann, Malte & Edgar Onea (2011) Focus marking and focus interpretation. *Lingua* 121, pp. 1651-1670.

Zubizarreta, María Luisa (1998) *Prosody, focus, and word order*. Cambridge, MA: The MIT Press.

(1999) Las funciones informativas: tema y foco. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.) *Gramática descriptiva de la Lengua Española*, vol. 3. Madrid: Editorial Espasa, pp. 4215-4244.

Fontes

CRPC (*Corpus* de Referência do Português Europeu Contemporâneo). Base de dados disponível em <URL: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-crpc#cqp/>>.

CETEMPúblico (*Corpus* de Extratos de Textos Electrónicos MCT/Publico). Base de dados disponível em <URL: <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>.

DAR (Diários da Assembleia da República). Base de dados disponível em <URL: <http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/default.aspx/>>.